



Universidade Federal
de São João del-Rei

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGEOG**

CAROLINA RIBEIRO GOMES

**ANÁLISE DAS OPORTUNIDADES RECREATIVAS OFERECIDAS EM
PARQUES NACIONAIS NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS**

São João del-Rei
2020



Universidade Federal
de São João del-Rei

ANÁLISE DAS OPORTUNIDADES RECREATIVAS OFERECIDAS EM PARQUES NACIONAIS NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS

Carolina Ribeiro Gomes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Análise Ambiental e Territorial

Linha de pesquisa: Dinâmica das Paisagens Tropicais

Orientador: Prof. Dr. Mucio do Amaral Figueiredo (UFSJ)

Coorientador: Prof. Dr. Geraldo Majela Moraes Salvio (IFSUDESTEMG Campus Barbacena)

São João del-Rei
2020

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G633a Gomes, Carolina Ribeiro.
ANÁLISE DAS OPORTUNIDADES RECREATIVAS OFERECIDAS
EM PARQUES NACIONAIS NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS
/ Carolina Ribeiro Gomes ; orientador Mucio do
Amaral Figueiredo; coorientador Geraldo Majela
Moraes Salvio. -- São João del-Rei, 2020.
143 p.

Dissertação (Mestrado - Geografia) -- Universidade
Federal de São João del-Rei, 2020.

1. Plano de Gestão. 2. Uso Público. 3. Área
Protegida. 4. Unidade de Conservação. 5. Gestão da
Visitação Turística. I. Figueiredo, Mucio do Amaral ,
orient. II. Salvio, Geraldo Majela Moraes , co
orient. III. Título.



Universidade Federal
de São João del-Rei

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ANÁLISE DAS OPORTUNIDADES RECREATIVAS OFERECIDAS EM PARQUES NACIONAIS NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS

Autor: Carolina Ribeiro Gomes

Orientador: Prof. Dr. Múcio do Amaral Figueiredo

Coorientador: Prof. Dr. Geraldo Majela Moraes Salvio

A Banca Examinadora composta pelos membros abaixo aprovou esta dissertação:



Prof. Dr. Múcio do Amaral Figueiredo – Orientador

Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ



Prof. Dr. Geraldo Majela Moraes Salvio – Coorientador

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - IF Sudeste



Prof. Dr. Leonardo Cristian Rocha

Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ



Prof. Dr. Helder Antônio da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - IF Sudeste
MG

São João del-Rei

Fevereiro de 2020

Dedico este trabalho a todos os apaixonados pela ciência, que buscam por meio dela, fortalecer o incansável trabalho de proteger a natureza.

AGRADECIMENTOS

“Se consegui ver mais longe é porque estava aos ombros de gigantes” (Isaac Newton). Todo caminho percorrido até aqui foi construído com o apoio de muitas pessoas. Primeiramente, agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Múcio do Amaral Figueiredo. Obrigada pela disponibilidade e retorno em todas as minhas dúvidas. Obrigada pelos conselhos, ensinamentos e pela paciência em aguentar uma orientanda tão ansiosa.

Ao meu co-orientador Prof. Dr. Geraldo Majela Moraes Salvio. Gratidão por tudo que aprendi ao longo destes anos como sua aluna e estagiária. A luta em prol das Áreas Protegidas nem sempre é fácil, mas quando temos alguém em quem nos inspirar, o trajeto fica menos pesado. A você, minha admiração e respeito sempre!

Aos membros da banca, Prof. Dr. Leonardo Cristian Rocha e Prof. Dr. Helder Antônio da Silva, pelas observações e sugestões.

Aos colegas, à Mônica, funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São João Del-Rei, e, aos mestres, que se tornaram essenciais para meu crescimento profissional e pessoal. Em especial, ao meu amigo Lucas, por tantas conversas e desabafos.

Aos meus parceiros do Grupo de Pesquisa em Planejamento e Gestão de Áreas Naturais Protegidas e do Grupo Brasil Verde. TODOS vocês foram fundamentais! Obrigada por tudo! Ao Rodrigo pela ajuda com os documentos deste trabalho e aos meus orientandos, Kelly e Alberto, obrigada pela experiência e pela confiança em mim depositada!

Ao Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais Campus Barbacena pela oportunidade de lecionar. A experiência como docente voluntária só afirmou minha paixão pela vida acadêmica e pela pesquisa.

Agradeço também aos meus amigos. Em especial, a Luana e a Karen pela ajuda com as revisões deste trabalho e Natália, pelo talento com os mapas. Muito obrigada por tudo!

A minha família, meu avô Woni por tamanha sabedoria, meu avô Roberto (*in memorian*) que sabia exatamente cada passo que eu daria e me incentivava em todos os momentos, aos meus padrinhos, Vladimir e Solange (*in memorian*) que sempre fizeram tanto por mim; a Fabi, minha “fada madrinha”, que me fez evoluir tanto! Ao

meu pai Márcio, a Selma e meus irmãos, Marina e Junior, obrigada pelo incentivo e por entender a minha ausência tantas vezes.

Ao meu tio e grande amigo, Antonio, por ser minha referência (Sua opinião é essencial para mim! Obrigada por tanto!).

A minha avó Leda, que, com todo seu carinho deixava os dias mais doces. Obrigada pelos lanchinhos temperados com tanto amor. Você é demais! E, a minha mãe, que nestes dois anos se tornou ainda mais extraordinária. Já sabia da sua força mãe, mas obrigada por ter sido a minha! Obrigada a vocês duas por nunca me deixarem desistir diante de tantas (e foram muitas) dificuldades! Obrigada por cada abraço, cada palavra de conforto e cada empurrão! Eu amo vocês!

You cannot get through a single day without having an impact on the world around you. What you do makes a difference, and you have to decide what kind of difference you want to make.

Jane Goodall

RESUMO

Os Parques Nacionais (PN) são instrumentos fundamentais para o desenvolvimento turístico e a proteção do meio ambiente. Ao promover a conexão entre turismo e natureza, sendo esta a “matéria-prima” da atividade, permitem responder às expectativas dos turistas, oferecendo diversas oportunidades, as quais, são formadas pela relação entre as possíveis experiências, as atividades, os ambientes naturais, socioculturais e de gestão e os benefícios gerados. A junção de todos esses fatores, seja cenários propícios a visitação, atrativos e atividades turísticas, tipos de acessos, serviços de hospedagem e alimentação, nível de infraestrutura, presença institucional, entre outros, quando bem manejados, despertam o apoio dos próprios visitantes na conservação do local. Neste cenário, o crescimento das atividades nas áreas naturais demanda conhecimentos e técnicas para que seja possível proporcionar experiências de alta qualidade aos visitantes e controlar ou reduzir os impactos decorrentes das visitas. Dessa forma, esta pesquisa teve por objetivo analisar as oportunidades recreativas oferecidas em cinco PN mais visitados no Brasil e cinco mais visitados nos Estados Unidos, por meio da identificação, descrição e classificação das zonas de visitação, e investigar como as diferentes classes de oportunidades oferecidas influenciam a visitação turística. Para a realização da pesquisa, utilizou-se suporte bibliográfico e documental, a partir de materiais específicos sobre os Parques, como planos de gestão e documentos oficiais disponíveis pelos órgãos gestores a respeito do uso público e visitação dos PN estudados. Para a coleta de dados, foi utilizado o método *Recreation Opportunity Spectrum (ROS)* para identificar as áreas específicas de recreação, permitindo a definição do zoneamento de oportunidades recreativas, o qual é dividido em cinco classes (*Prístina*; Primitiva, Natural, Rural e Urbana). Após a identificação e descrição das classes de oportunidades, a discussão da pesquisa foi conduzida pela análise crítica. Os resultados mostraram que existe relação entre o número de oportunidades recreativas oferecidas e o número de visitantes que o Parque passa a receber, confirmando o pressuposto que, tanto nos Parques brasileiros quanto norte-americanos, se há diferentes oportunidades recreativas disponíveis para os visitantes, há mais visitantes. As áreas com alta concentração de recursos turísticos disponíveis podem influenciar a variedade de usos e densidade de visitantes, enfatizando a ideia de que, áreas com mais diversidade de atrativos e atividades, ou seja, de oportunidades, influenciam, significativamente, a quantidade de visitantes que a área passa a receber. Dessa forma, é possível concluir que as ferramentas de gestão da visitação turística são de extrema importância devido a urgência em resgatar áreas extremamente ameaçadas pela gestão inadequada do turismo. Em suma, a possibilidade de criar classes de visitação em áreas naturais deve ser explorada para garantir que o turismo permaneça sustentável.

Palavras-Chave: Plano de Gestão; Uso Público; Área Protegida

ABSTRACT

National Parks (NP) are fundamental tools for touristic development and environmental protection. By promoting the connection between tourism and nature, which is the "feedstock" of the activity, are able to meet the expectations of tourists, offering a lot of opportunities, which, are formed by the relationship between possible experiences, activities, natural, socio-cultural and management environments and the benefits generated. The combination of all these factors, be it scenarios conducive to visitation, attractions and tourist activities, types of access, accommodation and food services, level of infrastructure, institutional presence, among others, when well-managed, can make the visitors themselves to support the conservation of the site. In this scenario, the growth of activities in natural areas requires knowledge and techniques in order to provide high quality experiences for the visitors, as well as to control or reduce the impacts resulting from it. Thus, this research aimed to analyze how recreational opportunities offered in five most visited NPs in Brazil and five most registered in the United States, through the identification, description and classification of visitation zones, and to investigate how different classes of opportunities offered influence a tourist visitation. For the achievement of this research, bibliographical and documental support, as well as some specific materials about the Parks were used, like management plans and official documentation about public use and visitation in the studied NP available by the management agency. For the collect of the data, the Recreation Opportunity Spectrum (ROS) method was used to identify the specific recreation areas, allowing the definition of a zoning of recreational opportunities which is divide in five categories (Pristine, Primitive, Natural, Rural and Urban). After the identification and description of the classes of opportunities, the discussion of the research was conducted by critical analysis. The results shown that there is a relation between the number of the recreative opportunities offered and the number of the park's new visitors, confirming that if there are different recreational opportunities available for visitors, therefore, there be more visitors. Areas with a high concentration of touristic resources available can influence the variety of use and density of visitors, emphasizing that, areas with more diversity of attractive and activities, that is, of opportunities, influences, significantly, the amount of visitors in the area. Therefore, it is possible to conclude that the tools of touristic visitation management are very important due to the urgency of rescuing extremely endangered areas by the inadequate management of tourism. In short, the possibility of creating kinds of management in natural areas must be explored to guaranty that tourism remains sustainable.

Key words: Management Plan; Public Use; Protect Area

LISTA DE FIGURAS

| | Pág. |
|--|-------------|
| Figura 1: Cronologia dos modelos de planejamento da recreação e turismo em Áreas Naturais Protegidas | 45 |
| Figura 2: Classes de Oportunidades organizadas gradativamente de acordo com seus indicadores | 50 |
| Figura 3: Localização do Parque Nacional da Tijuca..... | 55 |
| Figura 4: Localização do Parque Nacional do Iguaçu | 56 |
| Figura 5: Localização do Parque Nacional de Jericoacoara | 58 |
| Figura 6: Localização do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha | 59 |
| Figura 7: Localização do Parque Nacional de Brasília..... | 60 |
| Figura 8: Localização do <i>Great Smoky Mountains National Park</i> | 61 |
| Figura 9: Localização do <i>Grand Canyon National Park</i> | 62 |
| Figura 10: Localização do <i>Zion National Park</i> | 63 |
| Figura 11: Localização do <i>Rocky Mountain National Park</i> | 65 |
| Figura 12: Localização do <i>Yosemite National Park</i> | 66 |
| Figura 13: Etapas de Aplicação do ROS em ordem de execução | 73 |

LISTA DE TABELAS

| | Pág. |
|--|------|
| Tabela 1: Edições das Conferências e Congressos Mundiais de Parques desde 1962 e suas principais discussões | 29 |
| Tabela 2: Sistema de Categorias de Manejo de Áreas Protegidas proposto pela UICN e seus respectivos objetivos de conservação | 31 |
| Tabela 3: Categorias de Unidades de Conservação presentes no grupo de Proteção Integral e Uso Sustentável do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza no Brasil | 37 |
| Tabela 4: Benefícios Potencial do Turismo em Unidades de Conservação da Natureza..... | 40 |
| Tabela 5: Principais métodos de planejamento da recreação e turismo em Áreas Naturais Protegidas, sigla, ano e o local de origem | 44 |
| Tabela 6: Propostas de Classificação das Oportunidades Recreativas do ROS em alguns estudos | 47 |
| Tabela 7: Parque Nacionais utilizados como objetos da pesquisa..... | 54 |
| Tabela 8: <i>Sites</i> oficiais utilizados na pesquisa bibliográfica e documental | 68 |
| Tabela 9: Classes de Oportunidades de acordo com grau de intervenção humana e seus atributos correspondentes | 71 |
| Tabela 10: Forma de aplicação do <i>Recreation Opportunity Spectrum</i> nos Parques estudados..... | 72 |

| | |
|---|-----|
| Tabela 11: Identificação e classificação das Oportunidades Recreativas do Parque Nacional da Tijuca..... | 76 |
| Tabela 12: Identificação e classificação das Oportunidades Recreativas do Parque Nacional do Iguaçu..... | 81 |
| Tabela 13: Identificação e classificação das Oportunidades Recreativas do Parque Nacional de Jericoacoara..... | 84 |
| Tabela 14: Identificação e classificação das Oportunidades Recreativas do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha..... | 89 |
| Tabela 15: Identificação e classificação das Oportunidades Recreativas do Parque Nacional de Brasília..... | 93 |
| Tabela 16: Identificação e classificação das Oportunidades Recreativas do Parque Nacional <i>Great Smoky Mountains</i> | 96 |
| Tabela 17: Identificação e classificação das Oportunidades Recreativas do Parque Nacional <i>Grand Canyon</i> | 101 |
| Tabela 18: Identificação e classificação das Oportunidades Recreativas do Parque Nacional <i>Zion</i> | 105 |
| Tabela 19: Identificação e classificação das Oportunidades Recreativas do Parque Nacional <i>Rocky Mountains</i> | 109 |
| Tabela 20: Identificação e classificação das Oportunidades Recreativas do Parque Nacional <i>Yosemite</i> | 113 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|----------|--|
| AP | Área Protegida |
| APA | Área de Proteção Ambiental |
| APP | Área de Preservação Permanente |
| CCT | <i>Capacidade de Carga Turística</i> |
| CE | Ceará |
| CNUC | Cadastro Nacional de Unidades de Conservação |
| CONAMA | Conselho Nacional do Meio Ambiente |
| DF | Distrito Federal |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FAO | Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura |
| FUNATURA | Fundação Pró-Natureza |
| ICMBIO | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| IBDF | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal |
| IUCN | <i>International Union for Conservation of Nature</i> |
| LAC | <i>Limits of Acceptable Change</i> |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| NOVACAP | Companhia de Desenvolvimento da Nova Capital |
| NPS | <i>National Park Service</i> |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PE | Pernambuco |
| PN | Parque Nacional |
| PR | Paraná |

| | |
|-------|---|
| RL | Reserva Legal |
| RJ | Rio de Janeiro |
| RN | Rio Grande do Norte |
| ROS | <i>Recreation Opportunity Spectrum</i> |
| ROVAP | <i>Rango de Oportunidades para Visitantes em Areas Protegidas</i> |
| ROVUC | Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação |
| SAP | Sistema de Áreas Protegidas |
| SEMA | Secretaria Especial do Meio Ambiente |
| SNUC | Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza |
| SRT | <i>Sustainable Recreation and Tourism</i> |
| TOMM | <i>Tourism Optimisation Management Model</i> |
| VAMP | <i>Visitor Activity Management Process</i> |
| VERP | <i>Visitor Experience and Resource Protection</i> |
| VIM | <i>Visitor Impact Management</i> |
| UICN | União Internacional para a Conservação da Natureza |
| UC | Unidade de Conservação |
| USA | <i>United States of America</i> |

SUMÁRIO

| | Pág. |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 19 |
| 2. OBJETIVOS..... | 23 |
| 2.1. OBJETIVO GERAL..... | 23 |
| 2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... | 23 |
| 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 24 |
| 3.1. O SURGIMENTO DOS PARQUES NACIONAIS E AS PRIMEIRAS ÁREAS PROTEGIDAS DO MUNDO..... | 24 |
| 3.1.1. <i>A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e as Conferências Mundiais de Parques Nacionais.....</i> | 28 |
| 3.1.2. <i>Serviço de Parques Nacionais dos Estados Unidos da América.....</i> | 32 |
| 3.1.3. <i>Breve histórico brasileiro das Áreas Protegidas e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).....</i> | 33 |
| 3.2. OS PARQUES NACIONAIS E SEUS ASPECTOS TURÍSTICOS..... | 38 |
| 3.3. PLANEJAMENTO E GESTÃO DA VISITAÇÃO EM PARQUES NACIONAIS: OPORTUNIDADES RECREATIVAS E MÉTODOS DE GESTÃO..... | 42 |
| 3.3.1. <i>Recreation Opportunity Spectrum (ROS).....</i> | 46 |
| 4. MATERIAIS E MÉTODOS..... | 54 |

| | | |
|---------|---|----|
| 4.1. | ÁREA DE ESTUDO..... | 54 |
| 4.1.1. | Parque Nacional da Tijuca..... | 55 |
| 4.1.2. | Parque Nacional do Iguaçu..... | 56 |
| 4.1.3. | Parque Nacional de Jericoacoara..... | 57 |
| 4.1.4. | Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha..... | 58 |
| 4.1.5. | Parque Nacional de Brasília..... | 60 |
| 4.1.6. | <i>Great Smoky Mountains National Park</i> | 61 |
| 4.1.7. | <i>Grand Canyon National Park</i> | 62 |
| 4.1.8. | <i>Zion National Park</i> | 63 |
| 4.1.9. | <i>Rocky Mountain National Park</i> | 64 |
| 4.1.10. | <i>Yosemite National Park</i> | 65 |
| 4.2. | MATERIAIS UTILIZADOS | 67 |
| 4.3. | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 69 |
| 5. | RESULTADOS E ANÁLISE | 75 |
| 5.1. | IDENTIFICAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS OPORTUNIDADES RECREATIVAS DOS PARQUES NACIONAIS ESTUDADOS..... | 75 |
| | <i>Parque Nacional da Tijuca</i> | 75 |

| | | |
|------|--|-----|
| | <i>Parque Nacional do Iguaçu.....</i> | 81 |
| | <i>Parque Nacional de Jericoacoara.....</i> | 84 |
| | <i>Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha.....</i> | 88 |
| | <i>Parque Nacional de Brasília.....</i> | 92 |
| | <i>Great Smoky Mountains National Park.....</i> | 95 |
| | <i>Grand Canyon National Park.....</i> | 100 |
| | <i>Zion National Park.....</i> | 105 |
| | <i>Rocky Mountains National Park.....</i> | 109 |
| | <i>Yosemite National Park.....</i> | 113 |
| 5.2. | RELAÇÃO ENTRE AS DIFERENTES OPORTUNIDADES OFERECIDAS E AS TAXAS DE VISITAÇÃO TURÍSTICA..... | 117 |
| 6. | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 129 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 133 |

1. INTRODUÇÃO

Os Parques Nacionais (PN) são importantes instrumentos de conservação da natureza e promoção da atividade turística. Permitem oferecer diversas oportunidades e possibilidades, as quais, quando bem manejadas, despertam o apoio dos próprios visitantes na conservação do meio ambiente (DUDLEY, 2008; CUNHA; SPINOLLA, 2014; SPINOLA, 2013; STEVENS *et al.*, 2014; PIRES, P.; RUGINE, 2018).

Ao promover a conexão entre turismo e natureza, sendo esta a “matéria-prima” da atividade, os gestores de PN têm a responsabilidade de manter a qualidade da visita, a partir das oportunidades oferecidas e não perder o objetivo principal de sua criação, a conservação da natureza (MANNING, 2002).

Para conciliar as ações e objetivos, a recreação, bem como a educação e interpretação ambiental são vitais para o desenvolvimento das características de cada visitante e os tipos de usos que cada área a ser visitada possui, além dos potenciais impactos que estes usos provocam. Informações sobre o tipo de uso e os visitantes são premissas para preparar planos de gestão eficientes. Compreender a real situação e as tendências variáveis como a frequência de uso, os métodos utilizados, o tempo de utilização de cada oportunidade ou atrativo, tamanho dos grupos que frequentam cada local, entre outros, favorece a definição de objetivos, se tornando fundamentais para traçar estratégias de gestão (TAKAHASHI, 2004).

Com o desenvolvimento das atividades turísticas em Áreas Protegidas (AP), expandiu-se também as modalidades e o número de turistas. Esta realidade tem demandando conhecimentos, habilidades e ferramentas para que seja possível proporcionar experiências de alta qualidade aos visitantes e controlar ou reduzir os impactos decorrentes das visitas (MMA, 2006).

Neste sentido, a importância da aplicação do *Recreation Opportunity Spectrum* (ROS), o qual define zonas específicas, denominadas “Classes de Oportunidades”, está na capacidade de categorizar cada zona de uso, desde aquelas consideradas primitivas àquelas que já sofreram alguma intervenção, para identificar as atividades específicas adequadas para cada área e para cada público, conciliando a qualidade da experiência da visita com os objetivos de conservação, e no desenvolvimento de planos de gestão para administrar e conservar as oportunidades (CLARK; STANKEY, 1979; ORMSBY *et al.*, 2004; BROWN *et al.*, 2005; ICMBIO, 2011b; ICMBIO, 2018c;).

As oportunidades de visitação são formadas a partir da relação entre quatro

elementos: Atividade, ambiente (atributos biofísicos, socioculturais e de manejo), experiência potencial e os benefícios (DRIVER; BROWN, 1978), uma vez que os visitantes buscam realizar “atividades” em “ambientes” que lhes permitem obter as “experiências” desejadas, produzindo “benefícios” pessoais, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Dessa forma, as motivações do visitante não estão nas atividades em si, mas na combinação de diversos fatores (ICMBIO, 2018c).

A junção de todos esses fatores, seja cenários e ambientes propícios a visita, atrativos e atividades turísticas, tipos de acessos, serviços de hospedagem e alimentação, nível de infraestrutura, presença institucional, entre outros, variam em cada classe do espectro. As classes são desenhadas conforme o aumento intensivo do uso de acordo com aspectos naturais, sociais e de gestão (atributos do ROS). A pesquisa propôs utilizar a matriz de cinco classes de oportunidades, sendo elas: *Prístina*, Primitiva, Natural, Rural e Urbana.

É importante destacar que, as palavras “*Prístina*”¹, “Rural” e “Urbana” possuem, nesta pesquisa, apenas a definição e características propostas pela metodologia ROS. Além disso, o termo “*Recreation Opportunity Spectrum*” (ROS), é também conhecido por *Rango de Oportunidades para Visitantes em Áreas Protegidas* (ROVAP), versão traduzida para o espanhol com vistas à sua utilização por países latino americanos. Nesta pesquisa, refere-se ao ROS, sigla em inglês, devido sua aplicabilidade universal.

Neste cenário, o estudo é norteado pela seguinte pergunta: “Os PN mais visitados são os que oferecem mais oportunidades recreativas?”. A pesquisa foi conduzida pela hipótese que os PN apresentam diversas possibilidades e experiências para diferentes tipos de turistas, as quais determinam que, se há diferentes oportunidades recreativas disponíveis para os visitantes, há mais visitantes.

O objetivo desta pesquisa foi analisar as oportunidades recreativas oferecidas em Parques Nacionais no Brasil e nos Estados Unidos, bem como identificar tais oportunidades, considerando compreender o que cada Parque Nacional oferece; classificar as oportunidades recreativas em zonas de visita propostas pelo ROS; e analisar como as diferentes classes de oportunidades oferecidas podem influenciar a visita turística.

¹ Prístino é uma palavra latina que pode significar “antigo”, “remoto”, “original”, “intocado”

Para alcançar os resultados, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. O delineamento da pesquisa foi desenvolvido com a determinação dos materiais a serem utilizados para a coleta de dados, a exploração destes materiais com leitura e análise, e posteriormente o tratamento e interpretação dos dados encontrados. Após, a discussão foi conduzida pela análise crítica, integrando-se ainda a etapa de interpretação e tratamento dos dados a fim de compreender como a visita turística influencia a visita e os diferentes tipos de visitantes.

O estudo foi organizado a partir do referencial teórico, divididos em capítulos e subcapítulos. Primeiramente, traçou-se o contexto histórico das Áreas Protegidas e dos Parques Nacionais no mundo, apresentando a importância da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), as Conferências Mundiais de Parques Nacionais e o Serviço de Parques Nacionais dos Estados Unidos da América. Após, foi apresentado o histórico brasileiro das AP e o estabelecimento do Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC).

O segundo subcapítulo da fundamentação teórica referiu-se aos aspectos turísticos dos PN, com benefícios e impactos da atividade turística encontrados na literatura. O terceiro subcapítulo expôs o cenário do planejamento e gestão da visita turística em PN, evidenciando as oportunidades recreativas e os métodos de gestão inerentes a este processo. Além disso, deu-se foco a apresentar a importância de aplicação do ROS, método utilizado na presente dissertação.

Cada tópico dos resultados foi traçado de acordo com o cumprimento dos objetivos. O primeiro capítulo aborda a etapa de identificação, descrição e classificação das oportunidades recreativas nos PN estudados a partir dos resultados obtidos na aplicação do ROS; e o segundo apresenta a discussão central da hipótese, onde considerou explicar como as diferentes oportunidades podem influenciar níveis de visita turística.

É importante mencionar que a pesquisa não pretendeu realizar nenhuma abordagem comparativa entre os dois países, mas possibilitou visualizar, de maneira conjunta, a realidade que se encontram em relação ao que os PN oferecem para a realização da atividade turística.

Com o inventário sobre as oportunidades turísticas de cada Parque, possibilitando manter os objetivos de conservação em conformidade com as atividades, espera-se respaldar a utilização de metodologias de visita turística em planos de gestão e também oferecer base teórica para políticas públicas. Além

disso, espera-se que colaborar para expandir pesquisas com a mesma temática, reforçando a importância da utilização das metodologias de visitação turística na gestão das Áreas Protegidas.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Analisar as oportunidades recreativas oferecidas em Parques Nacionais no Brasil e nos Estados Unidos.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar e descrever as oportunidades recreativas oferecidas em cinco Parques Nacionais mais visitados no Brasil e cinco nos Estados Unidos;
- Classificar as oportunidades recreativas em zonas de visitação propostas pela metodologia *Recreation Opportunity Spectrum* (ROS);
- Investigar como as diferentes classes de oportunidades oferecidas podem influenciar as taxas de visitação turística nos Parques Nacionais estudados.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. O SURGIMENTO DOS PARQUES NACIONAIS E AS PRIMEIRAS ÁREAS PROTEGIDAS DO MUNDO

Áreas Protegidas (AP) são espaços reconhecidos e gerenciados por meios legais destinados a alcançar a conservação da natureza (DUDLEY, 2008). Suas raízes históricas estão nos primórdios da construção e desenvolvimento das sociedades (CASTRO JUNIOR *et al.*, 2009). Os primeiros relatos sobre a conservação da vida silvestre surgiram na Índia, no século quatro antes de Cristo, quando as formas de extrativismo² foram proibidas em florestas consideradas sagradas (DAVENPORT; RAO, 2002).

As AP vêm evoluindo e se constituindo ao longo das civilizações com o propósito de preservar sítios em determinadas regiões que possam ter alguma característica especial. Esses locais são caracterizados por povos antigos em função de necessidades relacionadas a mitos, crenças, fatos históricos marcantes e posteriormente à proteção de fontes de abastecimento de água, segurança alimentar, plantas utilizadas para cura de males e outros recursos naturais (DORST, 1973).

No Oriente Próximo, datado de 700 antes de Cristo, havia evidências de que os nobres assírios expandiram suas caçadas e aperfeiçoaram suas técnicas de corridas e combate em reservas de caça, criadas especificamente com essa finalidade. Correlato aos embates de caça do Império Persa, que se intensificaram pela Ásia Menor (DAVENPORT; RAO, 2002).

Foram estabelecidas leis para a proteção das áreas úmidas da planície de Huang-Huai-Hai, no nordeste da China, durante o sexto século depois de Cristo. A cidade-estado de Veneza criou reservas de javalis e veados antes do estabelecimento da cidade, em 726, e na Brenha, as leis florestais do Rei Canuto foram promulgadas no início do século XI. Na Rússia, as profundas

² Extrativismo, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000) é o sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis.

raízes históricas das áreas protegidas estão associadas a criação de bosques e florestas sagrados, “áreas comunais proibidas” e “áreas sagradas”, nas quais caçar, pescar e derrubar árvores e mesmo a presença humana eram proibidas (DAVENPORT; RAO, 2002, p.53).

Desde a Antiguidade até o final do século XVIII diversos acontecimentos marcaram a relação entre a cultura humana e o ambiente natural: as florestas sagradas na Rússia, onde a caça era proibida; a manutenção e estoque de recursos, como madeira no Império Romano; e os espaços destinados a conservação na África. A humanidade foi repetidamente desafiada a encontrar melhores mecanismos de conviver com a natureza, tendo geralmente criado, ao longo da história, Áreas Protegidas para enfrentar esta questão (BENSUSAN, 2006).

Segundo Bensusan (2006, p. 13), no século XVIII, as paisagens naturais possuíam forte componente religioso, onde as paisagens eram consideradas sublimes, “onde o ser humano teria maior chance de entrever a face de Deus”. A origem de espaços protegidos “intocados” estava vinculada aos mitos judaico-cristãos, os quais tratavam a palavra “Parque” como derivação de “paraíso”, procedente do idioma persa e inserida ao grego.

Até a criação dos primeiros Parques norte-americanos, como *Yosemite*, *Yellowstone* e *Grand Canyon* seguiu esta premissa, de que paisagens menos sagradas não deveriam ser protegidas, e posteriormente, com a redução de locais onde sustentava a “hipotética condição *prístina*”, a ideia de criar espaços para a conservação de paisagens naturais se tornou mais evidente (BENSUSAN, 2006).

No Século XIX, houve a intensificação das práticas agrícolas e industriais e paralelamente o estabelecimento de novas formas de proteção da natureza (MEDEIROS, 2005). Nesta época, ganhou força a discussão sobre as ideias de conservação e preservação da natureza, principalmente com destaque para as áreas chamadas “*wilderness*” (CASTRO JUNIOR *et al.*, 2009).

As “*wilderness areas*”, ou áreas selvagens, são espaços cujas paisagens permanecem em condição natural. São locais sustentados por forças e

processos naturais, onde organismos vivos evoluem e interagem com o mínimo de interferência se tornando refúgios ecológicos e armazéns da bio e geodiversidades, entre outras possibilidades. É remoto de estradas e cidades, onde há evidência mínima de aspectos da sociedade humana moderna (HAWES *et al.*, 2018).

A conservação de tais áreas sempre foi algo alarmante e a expansão da temática ambiental levou ao surgimento dos primeiros movimentos ambientalistas organizados. De acordo com Davenport e Rao (2002), o surgimento do movimento a favor dos Parques Nacionais foi resposta à Revolução Industrial, a qual pôs a humanidade em percurso transformador das paisagens naturais. A rápida modificação estimulou a preservação do que estava se perdendo, por parte, inclusive, de países submetidos a industrialização acelerada e com efeitos visíveis.

O grande salto ocorreu em 1864 quando o Congresso dos Estados Unidos assegurou a condição de uso público e recreativo à região do Vale de *Yosemite* no Estado da Califórnia. Em 1872, outra extensão de terra que possuía monumentos naturais de rara beleza cênica foi declarada como primeiro PN por lei: o PN de *Yellowstone*. Tais eventos marcam o início do movimento pela destinação de áreas naturais para a conservação. Tópico que, na segunda metade do século XX, tornou-se o foco dos Congressos Mundiais de Parques Nacionais da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) (SOUZA, 2013).

Vale ressaltar que o termo contemporâneo “Parque Nacional” havia sido descrito em 1832, pelo artista e explorador norte-americano George Catlin, o qual tratava como lugar “contendo homens e animais, em seu estado selvagem e não transformado de sua beleza natural” (MORSELLO, 2008, p.23). A criação do PN de *Yellowstone* foi determinada no contexto de valorização e manutenção de grandes espaços naturais, pela significação histórica e pelo potencial para atividades de lazer (DORST, 1973). Além disso, o grande avanço relacionado à conservação da natureza foi destinar áreas para a preservação “contra qualquer

interferência ou exploração de recursos de madeira, depósitos minerais e peculiaridades naturais (...)" (MILANO, 2001, p. 7).

No século XIX, a ideia de determinar espaços para a proteção da natureza ganhou o viés central de resguardar para as gerações futuras; concepção ampliada nos anos de 1990, com a Convenção sobre Diversidade Biológica, trazendo a conservação dos recursos naturais como questão fundamental a atingir "proteção, acesso aos recursos genéticos, repartição dos benefícios, reconhecimento dos direitos das populações tradicionais, entre outros (MEDEIROS, 2006). A partir do século XX, a criação das AP se tornou ferramenta de sustentação dos problemas ambientais enfrentados pela humanidade (MAGALHÃES, 2002).

De fato, a transição do século XIX para o XX foi marcada pelos países industrializados que passaram a criar Parques Nacionais em conformidade com o modelo de Yellowstone (SOUZA, 2013), o qual se tornou a imagem mais duradoura e referência de PN, e seu exemplo ganhou força e outras nações seguiram o modelo norte-americano, como em 1885, o Canadá, criando seu primeiro PN; a Nova Zelândia o fez em 1894; a África do Sul, México e Austrália em 1898; Argentina, em 1903; Chile, em 1926; Equador, em 1934; e, juntamente com a Venezuela, o Brasil, em 1937 (MILANO, 2001).

Outros modelos surgiram como Reservas Biológicas, Refúgios de Vida Silvestre, Florestas, entre outros, com escopos variados em relação à preservação e conservação, e o controle da exploração dos recursos (DRUMMOND *et al.*, 2010).

Até o ano de 1933 nenhum conceito sobre PN era globalmente aceito. A Convenção para a Preservação da Flora e Fauna, em Londres, estabeleceu que estes espaços deveriam ser determinados por locais controlados pelo poder público; áreas para a preservação da fauna e flora, objetos de interesses estético, geológico e arqueológico onde a caça era proibida, e áreas de visitação pública (SOUZA, 2013). Em 1969, na 10ª Assembleia Geral da UICN, na Índia, recomendou-se que: os PN fossem criados em locais onde algum ecossistema tenha sido alterado pela exploração e ocupação humana; os sítios arqueológicos

e habitats fossem de especial interesse científico, educacional e recreativo ou que contivesse paisagens naturais de grande beleza; a responsabilidade geral caberia ao Estado; e fosse permitido a entrada de visitantes (MACHADO, 2014).

O conceito de PN foi modificado ao longo das décadas resultando em diferentes tipos de AP. Essas áreas passaram a adquirir formas e objetivos de acordo com as particularidades do país de origem (MORSELLO, 2008)

3.1.1. A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e as Conferências Mundiais de Parques Nacionais

Os primeiros anos do século XX foram marcados pelo estabelecimento do organismo global destinado a ações de conservação da natureza, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). Criada em 5 de outubro de 1948, a organização representou o ápice nos acordos protagonizados por países europeus, norte-americanos e a Organização das Nações Unidas (ONU), servindo de referência para a solidificação do paradigma clássico para a conservação da natureza. Simbólico, emblemático, e mais antigo órgão a tratar das questões ambientais em escala mundial, a UICN permitiu ampliar a cooperação internacional (SOUZA, 2013).

A UICN, estabeleceu em 1960, a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, no intuito de promover, monitorar e orientar a gestão destes espaços. A ideia era introduzir, no que se refere às AP, uma classificação e nomenclatura a nível global (BENSUSAN, 2006). Tais ações se refletiram na criação destes espaços protegidos, sendo acelerado com estabelecimento das primeiras conferências que se discutiam sobre o assunto (BROOKS *et al.*, 2004).

Com o crescimento da rede de cooperação entre as nações, a década de 1960 marcou o início da realização de conferências e congressos sobre Parques Nacionais. Tais eventos sinalizaram a importância de criação das AP e temas relacionados e serviram de base para o desenvolvimento do novo modelo da conservação da natureza. Em 1962, após longa preparação prévia, a Primeira

Conferência Mundial de Parques Nacionais foi aprovada na Sétima Assembleia-Geral da UICN, em Varsóvia, na Polônia (BENSUSAN, 2006). A **Tabela 1** apresenta as edições realizadas e suas discussões principais.

Tabela 1: Edições das Conferências e Congressos Mundiais de Parques desde 1962 e suas principais discussões

| Ano/Local do Evento | Principais Discussões |
|--|---|
| 1962 – Seattle, EUA | A 1ª Conferência Mundial de Parques Nacionais teve por objetivo efetivar a conexão internacional e incentivar o desenvolvimento do movimento global de Parques. Estabeleceu definições e padrões para os sistemas de AP. |
| 1972 – PN de Yellowstone/ Grand Teton, EUA | A 2ª Conferência Mundial de Parques Nacionais enfatizou os efeitos do turismo, a necessidade de planejamento e gerenciamento nas AP, e os problemas sociais, científicos e ambientais nas regiões tropicais úmidas, áridas e montanhosas. |
| 1982 – Bali, Indonésia | O 3º Congresso Mundial de Parques Nacionais reconheceu a ineficácia da rede global e a necessidade de melhorar a qualidade gerencial das AP. Definiu o Sistema de Categorias como ferramenta para equilibrar as ações de conservação e desenvolvimento. |
| 1992 – Caracas, Venezuela | O 4º Congresso Mundial sobre Parques Nacionais e Áreas Protegidas, com o tema “Parques para a Vida”, enfatizou a relação entre as populações e as AP, e a necessidade de identificar locais de importância para conservação da biodiversidade. O Plano de Ação de Caracas sintetizou as ações estratégicas ao longo da década de 1992-2002, e determinava que a rede de AP deveria cobrir pelo menos 10% de cada bioma até o ano 2000. |
| 2003 – Durban, África do Sul | O 5º Congresso Mundial de Parques ajudou a desenvolver o novo paradigma para as AP, avançando com os papéis dos líderes governamentais em relação às finanças sustentáveis e equidade social. Entre os resultados estavam o Plano de Ação e o Acordo de Durban; a Lista das Nações Unidas e as Áreas Protegidas do Estado do Mundo, a Rede de Aprendizagem de Áreas Protegidas e o Manual sobre Gestão de Áreas Protegidas no Século XXI. |
| 2014 – Sydney, Austrália | O Congresso Mundial de Parques em Sydney, na Austrália, teve como tema “Parques, pessoas, planeta: soluções inspiradoras”. Teve como objetivo alcançar metas da conservação; responder às mudanças climáticas; melhorar a saúde e o bem-estar; apoiar a vida humana; enfrentar desafios de desenvolvimento; respeitar a cultura do conhecimento indígena e tradicional; e inspirar a nova geração a priorizar a conservação. |

Fonte: IUCN, 2018. Elaborado pela autora, 2019.

Depois, a cada década, os Congressos Mundiais de Parques ocorreram em mais cinco reuniões, em *Yellowstone*, EUA, (1972); Bali, Indonésia, (1982), Caracas, Venezuela, (1992); Durban, África do Sul (2003), e Sydney, Austrália (2014) (IUCN, 2018), e foram significativos para impulsionar e fortalecer o debate sobre a relação entre as populações e as AP, visando manter a compreensão internacional mais efetiva sobre o tema e incentivar o movimento de PN em rede global (SOUZA, 2013).

O Congresso Mundial de Parques é o principal fórum global do mundo para definir a agenda das AP. Desde 1962, influenciam substancialmente a maneira pela qual o mundo vê a importância dos Parques Nacionais e dos Sistemas de Áreas Protegidas (SAP). Todas as edições influenciaram as perspectivas sobre a função das AP na conservação da biodiversidade e no desenvolvimento sustentável. Cada Congresso tem sido vital para a política de conservação em todo o mundo, abordando desafios e oportunidades globais, estabelecendo padrões para garantir que sejam eficazes e sendo fonte de inspiração e inovação para a década a seguir (IUCN, 2018).

Pelo papel significativo e pela diversidade de áreas e de formas de gestão, a UICN desenvolveu durante o IV Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas ocorrido em Caracas, em 1992 (MORSELLO, 2008), o Sistema de Categorias de Manejo de Áreas Protegidas com seis Categorias de Manejo, apresentado na **Tabela 2**, para orientar na definição, classificação e organização dessas áreas definindo diferentes categorias com diferentes objetivos de conservação (DUDLEY, 2008).

As categorias configuram em um gradiente de restrição onde as áreas consideradas I a IV são mais restritivas e em caráter de proteção integral, com menor interferência humana e maior naturalidade. Por outro lado, as categorias V e VI representam mais permissões, uso sustentável e manejo dos recursos (JOPPA *et al.*, 2008; JENKINS; JOPPA, 2009; LEROUX *et al.*, 2010).

Tabela 2: Sistema de Categorias de Manejo de Áreas Protegidas proposto pela UICN e seus respectivos objetivos de conservação

| Categoria | Objetivos de conservação |
|--|--|
| I-A Reserva natural estrita | Conservar em nível de escala regional, nacional e mundial ecossistemas, espécies e o patrimônio geológico. Sendo sensíveis a presença humana. |
| I-B Área de vida selvagem | Proteger a integridade de áreas naturais que não sofreram modificações por atividades humanas ou poucas modificações, mantendo o caráter original, com a ausência ou com pouca presença humana, preservando a condição natural do ambiente. |
| II Parque nacional | Proteger a biodiversidade natural, os ecossistemas, suas estruturas ecológicas e seus processos ambientais. O local deve ser usado para promoção de educação ambiental, recreação e pesquisas. Todas as atividades devem ter caráter de conservação da natureza. |
| III Monumento natural | Proteger características específicas marcantes associadas a biodiversidade e os hábitos associados a ela. |
| IV Área de gestão de espécies e habitats | Manter, conservar e restaurar espécies e habitats. |
| V Paisagens protegidas terrestres e marinhas | Proteger e manter paisagens terrestres e marinhas importantes, sendo permitida a presença de humanos e atividades e práticas de manejo tradicionais. |
| VI Área protegida de utilização sustentável dos recursos naturais | Proteger os ecossistemas naturais e os usos dos recursos naturais desde que de forma sustentável gerando benefícios mútuos. |

Fonte: DUDLEY, 2008. Elaborado pela autora, 2019.

É comum a diversidade de categorias em cada país e região, como por exemplo, na América do Norte, que a categoria mais comum é a II, no Sul da Ásia a IV, na Europa a V, no Norte da África a predominante é a VI; e na América do Sul, as categorias II e IV são as que mais se destacam estando presentes

nos treze países sul-americanos (MENEGUEL; ETCHEBEHERE, 2011; SALVIO; GOMES, 2018). O modelo proposto pela UICN é reconhecido por organizações e governos de todo o mundo, que as utilizam como referência para classificar e organizar seus sistemas de gestão (DUDLEY, 2008).

3.1.2. Serviço de Parques Nacionais dos Estados Unidos da América

Em 25 de agosto de 1916, o Presidente Woodrow Wilson assinou o "*Organic Act*" (Ato Orgânico), criando o *National Park Service* (NPS), em português, Serviço de Parques Nacionais, agência federal do Departamento do Interior responsável pela manutenção dos Parques e Monumentos Nacionais então administrados pelo departamento (NPS, 2019f).

O NPS surgiu como alicerce para a preservação de Parques para as gerações futuras e encarregava-se de manter o uso e aproveitamento destes locais (STEVENS *et al.*, 2014), teve sua atuação inclinada para progresso, uma vez que foi apoiada pelo grande avanço no setor de transportes, possibilitando viagens mais baratas e utilização das rodovias interestaduais, e pelo estabelecimento de férias remuneradas para trabalhadores.

Nos primeiros anos de 1900, o NPS atuou em alguns locais com a intenção de divulgar explicitamente a necessidade de captar recursos. A ação se tornou bem-sucedida, e na década de 1970, o número de visitantes cresceu (SHULTIS; MORE, 2011). O Sistema expandiu-se desde então, com 418 unidades (NPS, 2019c; NPS, 2019e).

É importante destacar que o Sistema norte-americano, ao contrário do que sugere, não inclui apenas os Parques Nacionais. Além deles, esse Sistema engloba outras áreas federais a fim de proteger o patrimônio nacional em sentido mais abrangente. Incluem-se Áreas De Interesse Histórico, Arqueológico, Militar, Recreativo, Paisagístico, Rios e Estradas Cênicas, entre outros (GODOY, 2015).

Existem, no total, cinco sistemas de proteção com designações (Categorias de Manejo) diferentes: o Sistema de Parques Nacionais; o Sistema

Nacional de Florestas; Sistema Nacional de Preservação da Natureza Selvagem; Sistema Nacional de Refúgios da Vida Silvestre e o Sistema Nacional de Conservação de Paisagens (GODOY, 2015). Todas as áreas que estão sob gestão do NPS são popularmente chamadas de Parques (*parks*) (NPS, 2019d).

A categoria designada “Parque Nacional”, na lei norte-americana, representa área de vasta extensão territorial que possui características naturais e culturais singulares. Podem ter função de proteger espécies, ecossistemas e recursos hídricos. Até 2019, foram registrados 60 PN nos EUA (NPS, 2019d; NPS, 2019e).

3.1.3. Breve histórico brasileiro das Áreas Protegidas e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)

O Brasil experimentou ao longo de sua história diversas estratégias de apropriação e gestão dos seus recursos naturais. O replantio na Floresta da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, entre 1861 e 1889, aproximadamente, por exemplo, mostrou a preocupação com a oferta de água para a população urbana, fato que despertou para uma gestão específica, e anos mais tarde, se transformou em PN (DRUMMOND *et al.*, 2010).

Com a incorporação na Constituição de 1934, a natureza passou a ser considerada patrimônio nacional a ser preservado e sua proteção ganhou novo *status* na política nacional, passando a ser fiscalizada pelo poder público. O meio ambiente começou a fazer parte da agenda governamental brasileira, configurando no objetivo complementar da política de desenvolvimento nacional (MEDEIROS, 2006). Em consequência, foram criados os principais instrumentos de proteção, os quais permitiram à criação dos primeiros Parques Nacionais, entre eles, o Código Florestal (BRASIL, 1934a), o Código de Caça e Pesca (BRASIL, 1934b), Código de Águas (BRASIL, 1934c) e o Decreto de Proteção dos Animais (BRASIL, 1934d).

Em destaque, o Código Florestal, que se tornou um dos mais importantes dispositivos da política de proteção da natureza, definindo critérios sólidos para a proteção dos principais ecossistemas florestais e demais formas de vegetação naturais do país. Além disso, o Código introduziu categorias com objetivos específicos para cada área criada. Houve, então, cenário favorável para a formalização da criação dos primeiros Parques e Florestas Nacionais do Brasil (MEDEIROS *et al.*, 2004).

A primeira proposta de criação destes locais no Brasil veio com André Rebouças, engenheiro que, inspirado pela criação do PN de *Yellowstone*, se tornou personagem fundamental na criação de AP no Brasil (SALVIO, 2017). Seguindo o mesmo modelo de gestão de *Yellowstone* (PUREZA, 2014), o primeiro PN estabelecido no Brasil, o PN de Itatiaia, em 1937, abordava o incentivo a pesquisa científica e oferta de lazer às populações urbanas. A preocupação com a destruição da Mata Atlântica brasileira, e de sua vida silvestre fez com novos Parques fossem também criados, como o PN do Iguaçu e de Serra dos Órgãos, em 1939, os quais protegiam paisagens singulares, mas a disseminação da ideia de conservação da natureza ainda era incipiente até a primeira metade do século XX (BENSUSAN, 2006).

Rebouças também se tornou pioneiro ao sugerir que fossem criados PN em dois locais: um na Ilha do Bananal, no rio Araguaia, e outro em Sete Quedas, no rio Paraná. E de fato foram criados – PN do Araguaia, em 1959, e o PN de Sete Quedas, em 1961 – embora este último tenha sido destruído, em 1981, para a criação da Usina Hidrelétrica de Itaipu (SALVIO, 2017). De 1976 até 1990, o Brasil investiu em Parques e outras UCs, na esfera federal, como estadual, municipal e privadas (MITTERMEIER *et al.*, 2005).

A partir do final da década de 1970, iniciou-se a reflexão sobre a premência de sistematização mais integrada para a criação e o gerenciamento das AP. No entanto, este sistema só se efetivou 20 anos mais tarde, em 2000, com a aprovação da Lei nº 9985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (SALVIO, 2017).

Além disso, foi somente nesta época, que as primeiras iniciativas para a gestão efetiva começaram a surgir, principalmente com os esforços da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), e com o trabalho desenvolvido por Kenton Miller, na América Latina, por meio do documento técnico *“Planificación de Parques Nacionales, guía para la preparación de planes de manejo para Parques nacionales”*, sendo o primeiro instrumento de planejamento elaborado no Equador, em 1974, no Chile, em 1975, no Brasil, em 1977 e no Peru, em 1980. Miller também colaborou com a elaboração dos Planos de Manejo do PN de Sete Cidades, no Piauí, e do PN da Amazônia, no estado do Amazonas, ambos em 1978 (VASCONCELLOS *et al.*, 2018).

Em 1979, foi publicado o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros (Decreto nº 84.017 de 21/09), que sustentou a elaboração do Planos de Manejo do PN de Brasília, em 1979, do PN da Tijuca, da Reserva Biológica de Poço das Antas, e do PN do Caparaó, em 1980, do PN da Serra dos Órgãos, em 1981, e do PN do Itatiaia, em 1982, dentre outros. Porém, somente em 1992 foi criado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o primeiro Roteiro Metodológico orientando a elaboração dos Planos de Manejo (VASCONCELLOS *et al.*, 2018).

Apesar do processo de construção, o modelo brasileiro compõe-se por áreas destinadas à proteção dos recursos naturais, sendo estas, territorialmente demarcadas e com dinâmicas de uso e gestão bem definidas – denominadas de Unidades de Conservação (UCs) e espaços protegidos por meio de instrumentos legais pelos seus atributos e serviços, as chamadas Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as Reservas Legais (RL) – incluídas na segunda versão do Código Florestal por meio da Lei nº 4771/65. Juntamente com o Código Florestal de 1965, o Código de Fauna (Lei nº 5.197/ 1967) trouxe a proposta do uso indireto com os Parques Nacionais, Estaduais, Municipais e as Reservas Biológicas, dos quais não era permitido a exploração dos recursos; diferentemente das Florestas Nacionais e Parques de Caça, que permitiam o uso

e exploração direta dos recursos naturais (DRUMMOND; BARROS-PLATIAU, 2006; DRUMMOND *et al.*, 2010).

O registro de preparação da primeira e da segunda versões do Plano de Sistemas de Unidades de Conservação do Brasil surgiu por meio de "Uma Análise de Prioridades em Conservação da Natureza na Amazônia", publicado em 1976 (WETTERBERG, *et al.*, 1976). Segundo o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (IBDF, 1979), foram propostas na primeira etapa 13 áreas, das quais 9 foram oficialmente criadas, a maioria em 1979. Das 18 áreas propostas na Segunda Etapa de Plano do Sistema de Unidades de Conservação, somente 4 foram criadas por decreto (PADUA, 1978; IBDF, 1982).

Os extintos IBDF e a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), assinaram o protocolo de intenções com a Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), em 25 de junho de 1988, para que se executasse a primeira fase do plano. Respaldo legalmente por um projeto de Lei, foi entregue ao IBAMA, e aprovado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), propondo como Categorias de Manejo, as Unidades de Conservação Integral (Reserva Ecológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre; as Unidades de Manejo Provisório (Reserva de Recursos Naturais) e, as Unidades de Manejo Sustentável (Reserva de Fauna, Área de Proteção Ambiental, Floresta Nacional e Reserva Extrativista) (SCHENINI *et al.*, 2004).

O final da década de 1990 foi marcada pela falta de representatividade no que tange a proteção em que o território brasileiro se encontrava, atribuído principalmente ao uso e ocupação do território e pelas pressões antrópicas internas e externas (SALVIO, 2017). Os primeiros anos do século XXI registraram que, cerca de 25% da área terrestre do planeta era considerada "wilderness", e demonstraram perdas alarmantes de três milhões de km² nas duas primeiras décadas, particularmente em Amazônia (30%) e África central (14%) (WATSON *et al.* 2014).

Em 2000, após anos de debate, o SNUC foi oficialmente instituído por Lei, o que representou um avanço histórico para a conservação da natureza no Brasil (DRUMMOND *et al.*, 2010; SALVIO, 2017). Com ele, houve a expansão da

criação de AP determinando diretrizes e objetivos para a criação, implantação e gestão destes espaços (BRASIL, 2000). O SNUC divide as UC em dois grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável, os quais apresentam categorias com características específicas, apresentadas na **Tabela 3**.

Tabela 3: Categorias de Unidades de Conservação presentes no grupo de Proteção Integral e Uso Sustentável do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza no Brasil

| Sistema Nacional de Unidades de Conservação | |
|--|--|
| Unidades de Proteção Integral | Unidades de Uso Sustentável |
| Estação Ecológica | Área Proteção Ambiental |
| Reserva Biológica | Área de Relevante Interesse Ecológico |
| Parque Nacional (Estadual ou Natural Municipal) | Floresta Nacional (Estadual ou Municipal) |
| Monumento Natural | Reserva Extrativista |
| Refúgio de Vida Silvestre | Reserva de Fauna |
| | Reserva de Desenvolvimento Sustentável |
| | Reserva Particular do Patrimônio Natural |

Fonte: BRASIL, 2000. Elaborado pela autora, 2019.

O PN na implantação do SNUC (BRASIL, 2000), foi estabelecida como categoria, da qual tem por objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e

interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000, p. 13).

O levantamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA) por meio do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) registrou, até 2019, 74 Parques Nacionais no Brasil.

3.2. OS PARQUES NACIONAIS E SEUS ASPECTOS TURÍSTICOS

No contexto da política de estabelecimento de AP, o PN de Yellowstone se tornou inspiração e os Parques Nacionais multiplicaram-se, tornando-se a categoria de espaço protegido mais conhecida e tradicional do mundo (DRUMMOND *et al.*, 2010; CUNHA; SPINOLLA, 2014). Com isso, a criação destes locais se tornou o mecanismo conservacionista de atuação contra quadros de degradação da natureza (DAVENPORT; RAO, 2002). A possibilidade de criar Parques para o turismo ganhou força, firmando-se como seu objetivo principal de criação e mantendo-se com mais rigor (TERBORGH; VAN SCHAİK, 2002; GODOY, 2015).

Ao longo de décadas, o turismo nestes espaços aumentou consideravelmente. Canto-Silva e Silva (2017) identificaram que em alguns países, o crescimento no número de visitantes se tornou, de fato, significativo. Na Austrália, por exemplo, somente os Parques de *Queensland* recebem por ano mais de 51 milhões de visitas domésticas e 7,9 milhões de visitas internacionais (STATE OF QUEENSLAND, 2013). Na África do Sul, o *South African National Parks* (SANParks) registrou entre 2014 e 2015 mais de 1,6 milhão de visitantes apenas no *Kruger National Park*, o maior e mais antigo PN africano (SANPARKS, 2016).

No Brasil, entre 2007 e 2016, o ICMBIO registrou 55.865.649 visitas em UCs federais abertas à visitação, sendo 51.225.904 visitantes nos PN. Em 2014, 6.594.870 visitantes frequentaram os PN, um aumento de cerca de 11% comparado ao ano anterior. Em 2015, esse número expandiu, registrando

7.149.112 visitantes e 56,6 milhões de reais (R\$) de arrecadação em relação ao ano anterior, sendo que percentualmente o aumento foi de 39,64%. Em 2016, houve um déficit no número de visitas nos PN, com 7.031.211 visitantes, sendo que os dois mais visitados do ano, Tijuca e Iguaçu, atraíram 61% deste total (ICMBIO, 2017a; RECH *et al.*, 2017). Nos EUA, ao longo de anos do funcionamento do NPS o avanço no número de pessoas frequentando os PN expandiu significativamente, chegando, em 2017, a mais de 3 trilhões de visitas (BOTELHO, 2018; NPS, 2019h).

Neste cenário, não apenas o número de turistas aumentou, mas também as atividades em contato com os ambientes naturais e suas modalidades. Esta realidade tem demandando o estabelecimento de diretrizes e normas para que a visitação seja realizada de maneira adequada, atendendo um dos principais objetivos dos PN: a conservação da natureza (MENEGUEL; ETCHEBEHERE, 2011).

De fato, a atividade turística, quando adequadamente planejada e executada, tem o importante papel de conciliar a proteção da natureza com o uso indireto de seus recursos, de modo a gerar alternativas econômicas para as populações locais (RIVA *et al.*, 2014). São inúmeros turistas que frequentam constantemente estes locais. E, não há apenas um tipo de turista. Cada pessoa é motivada a escolher um local ou uma atividade de acordo com suas necessidades e expectativas, as quais são atendidas de acordo com o que é oferecido pela AP (BROWN *et al.*, 1978; CLARK; STANKEY, 1979; TAKAHASHI, 2004; BROWN *et al.*, 2005; COELHO, 2015).

De modo geral, a prática do turismo e da recreação em PN desperta inúmeros benefícios, expressos na **Tabela 4**, e estão diretamente relacionados com as oportunidades disponibilizadas para os visitantes, entre elas estrutura de acesso, transporte, atividades e qualidade no atendimento e serviços, fato que possibilita atrair milhões de pessoas para essas áreas (MENEGUEL; ETCHEBEHERE, 2011; PERRY *et al.*, 2015; XIAO *et al.*, 2017; PIRES, RUGINE, 2018). Os efeitos econômicos do turismo, por exemplo, por meio dos gastos e

despesas dos visitantes contribui significativamente para a movimentação da economia local (ICMBIO, 2018c).

Tabela 4: Benefícios Potencial do Turismo em Unidades de Conservação da Natureza

| Benefícios Potencial do Turismo em Unidades de Conservação da Natureza | | |
|--|---|---|
| Aumento de oportunidades econômicas | Proteção do Patrimônio natural e cultural | Melhoria da qualidade de vida |
| Estimula novas empresas e diversifica a economia local | Protege os processos ecológicos | Promove valores estéticos |
| Aumenta a oferta de empregos para a comunidade | Conserva a biodiversidade | Apoia a educação ambiental para visitantes e comunidade local |
| Aumenta a renda | Melhora as facilidades de transporte e comunicação | Estimula o desenvolvimento da cultura, artes e artesanato |
| Capacita funcionários às novas atividades | Transmite valores de conservação por meio da educação e interpretação | Aumenta o nível educacional da comunidade local |
| Aumenta o fundo para a proteção da unidade e da comunidade local | Apoia pesquisas e desenvolvimento de sistemas de manejo | Estimula a comunidade a valorizar sua cultura e ambiente regional |

Fonte: TAKAHASHI, 2004. Adaptado.

A razão para as pessoas se sentirem atraídas pelas áreas naturais diz respeito à tendência global acerca do interesse pelo meio ambiente, uma vez que apresenta aspectos de fragilidade despertando nas pessoas a possibilidade de contribuir para sua conservação (TAKAHASHI, 2004).

Além disso, a atratividade está segmentada em dois tipos de atributos, àqueles relacionados a beleza natural e paisagem, mas também àqueles relacionados à estrutura turística oferecidas (COELHO, 2015). Conhecer o

visitante, suas demandas de uso e as possibilidades para diversificar as experiências turísticas são pontos fundamentais no planejamento do uso público (ICMBIO, 2018c).

A diversificação de experiências amplia a possibilidade de satisfazer as expectativas e as motivações que conduzem o visitante a selecionar aquela UC como destino de sua visita. Isso é importante, uma vez que os visitantes satisfeitos são aqueles que retornam outras vezes e contribuem economicamente com a região, podendo se tornar apoiadores da conservação destas áreas protegidas. Ainda que não possa assegurar diretamente que o visitante alcançará as experiências desejadas, a diversificação de oportunidades de visita aumenta a probabilidade do visitante encontrar aquele ambiente que mais satisfaça suas expectativas e que proporcione as experiências desejadas (ICMBIO, 2018c, p. 13).

Cada UC requer planejamento e regras que estejam de acordo com suas características físicas e usos permitidos, garantindo que o impacto gerado pelo turismo não ultrapasse os limites pré-estabelecidos. Por isso, há necessidade de adoção de métodos que sustentem o controle da capacidade de suporte, os limites aceitáveis de visitantes no ambiente, o estabelecimento de estrutura adequada e equipamentos para a realização das atividades e monitoramento da atividade turística (FONTOURA, SIMIQUELI, 2006; PECCATIELLO, 2007).

Atrelada ao aumento da demanda turística está a expectativa dos visitantes pela qualidade do atendimento e serviços, e a satisfação de suas experiências (PIRES, RUGINE, 2018). Por essa razão, é fundamental que haja estrutura e gestão adequadas para a realização das atividades, no intuito de equacionar a intensidade de visita, as atividades oferecidas e os recursos.

Neste sentido, os PN possuem responsabilidade dupla: manter a qualidade da experiência dos visitantes e contribuir com todo seu potencial para sociedade, uma vez que as experiências de alta qualidade despertam o apoio dos próprios turistas na conservação do meio ambiente (MANNING, 2002).

3.3. PLANEJAMENTO E GESTÃO DA VISITAÇÃO EM PARQUES NACIONAIS: OPORTUNIDADES RECREATIVAS E MÉTODOS DE GESTÃO

O empenho para gerir a visitação a partir da diminuição de impactos e do oferecimento de oportunidades recreativas de qualidade em ambientes naturais tem sido realizado, desde os anos de 1970, em diferentes países, inclusive da América Latina (ICMBIO, 2011b).

A gestão dessas áreas compreende o conjunto de ações e atividades necessárias para cumprir os objetivos de conservação (IBAMA, 2007). É importante ressaltar os princípios nacionais sobre visitação em UC recomendam que seja “instrumento essencial para aproximar a sociedade da natureza e despertar a consciência da importância da conservação dos ambientes e dos processos naturais, independente da atividade que se está praticando na Unidade de Conservação” (MMA, 2006, p. 13).

O aumento constante da demanda requer que a gestão se torne efetiva, atendendo as necessidades e urgências, como a consolidação do sistema de informações, o oferecimento de infraestrutura adequada, a aplicação de metodologias para a avaliação de impactos e o fortalecimento de parcerias (SIMONETTI; NASCIMENTO, 2013).

É fundamental que haja avaliação em relação as consequências negativas oriundas de atividades não planejadas (TAKAHASHI; CEGANA, 2005). O usufruto recreativo de AP consiste em importante instrumento na gestão destes espaços, oferecendo possibilidades de sensibilização e educação ambiental, desenvolvimento local e financiamento de ações de conservação (WORBOYS *et al.*, 2015).

Com o crescimento da demanda pela visitação em PN, o Serviço de Parques Nacionais dos EUA reconheceu a necessidade de aprimorar a gestão do uso público (NPS, 1997). Dessa forma, estabeleceu dois moldes principais para serem foco das ações: o biofísico, referente aos impactos da visitação nos

recursos, e o social, relacionado ao tipo e a qualidade da experiência que os visitantes tem durante sua estadia (BROWN *et al.*, 2005).

Em relação aos riscos potenciais, a degradação ambiental é o problema mais comum associado ao turismo em UC. Muitos destes impactos são visíveis, como a vegetação destruída, a erosão nas trilhas, os danos à estrutura e o lixo espalhado. Além disso, há ainda as ameaças que prejudicam a evolução, migração e reprodução dos ecossistemas. Os efeitos dos visitantes sobre os recursos e sobre a própria experiência turística são importantes questões para gestores de AP, uma vez que, embora, a visitação possa resultar em impactos negativos, muitos podem ser manejados ou minimizados adequadamente (EISENLOHR *et al.*, 2013).

Os princípios estabelecidos pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) para gestão de impactos de visitação turística (ICMBIO, 2011b) preconizam ações para alcançar os objetivos de criação das Unidades por meio do controle da visitação e dos impactos negativos decorrentes, bem como, da maximização da qualidade da experiência dos visitantes. Além disso, a visitação é ferramenta de apoio à gestão da UC e deve ser realizado para controlar as alterações nos recursos naturais e culturais produzidas pelas atividades de visitação, tendo em vista que qualquer ação humana tem algum nível de impacto, o qual não depende somente do número de pessoas em determinado lugar, mas especialmente de seu comportamento.

Informações sobre o tipo de uso e os visitantes são requisitos para a preparar planos de gestão eficientes. Conhecer a realidade atual e as tendências variáveis, como a quantidade de uso, os métodos utilizados, o tempo de uso dos atrativos e serviços, o tamanho dos grupos que frequentam cada local, entre outros, auxilia na definição de objetivos e metas, sendo fundamentais para a seleção de estratégias de gestão (TAKAHASHI, 2004). A necessidade e a experiência do visitante estão mudando, motivo pelo qual ela se tornou objeto de estudo (WALLACE 2002).

O crescimento da visitação em AP demanda por conhecimentos, habilidades e ferramentas para que seja possível proporcionar experiências de

qualidade e controlar ou reduzir os impactos decorrentes das visitas. Ao longo dos anos, técnicas, metodologias e manuais com orientações e procedimentos foram organizados e sistematizados para serem aplicados em UC (TAKAHASHI; CEGANA, 2005; ICMBIO, 2011b). Na **Tabela 5** é possível visualizar os principais métodos de planejamento da recreação em AP.

Tabela 5: Principais métodos de planejamento da recreação e turismo em Áreas Naturais Protegidas, sigla, ano e o local de origem

| ANO | SIGLA | MÉTODO | ORIGEM |
|------|-------|---|-------------------------------------|
| 1979 | ROS | <i>Recreation Opportunity Spectrum</i> | <i>Serviço Florestal/EUA</i> |
| 1985 | LAC | <i>Limits of Acceptable Change</i> | <i>Serviço Florestal /EUA</i> |
| 1985 | VAMP | <i>Visitor Activity Management Process</i> | <i>Sistema de Parques do Canadá</i> |
| 1990 | VIM | <i>Visitor Impact Management</i> | <i>NPS/EUA</i> |
| 1992 | VERP | <i>Visitor Experience and Resource Protection</i> | <i>NPS/EUA</i> |
| 1992 | CCT | <i>Capacidad de Carga Turística</i> | <i>Miguel Cifuentes</i> |
| 1996 | TOMM | <i>Tourism Optimisation Management Model</i> | <i>Austrália</i> |
| 2005 | ROVAP | <i>Rango de Oportunidades para Visitantes en Áreas Protegidas</i> | <i>Serviço Florestal/EUA</i> |
| 2010 | SRT | <i>Sustainable Recreation and Tourism</i> | <i>Serviço Florestal/EUA</i> |
| 2011 | - | Roteiro Metodológico para o Manejo de Impactos da Visitação | ICMBIO/Brasil |
| 2018 | ROVUC | Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação | ICMBIO/Brasil |

Fonte: Instituto Eco Brasil (2018); ICMBIO (2018). Adaptado

Todas as propostas foram criadas com propósito de possibilitar a gestão adequada da visitação em áreas naturais. São modelos diferentes uns dos outros, não sendo mutuamente excludentes, mas resultado do processo continuado de experiências adquiridas. Ao mesmo tempo em que alguns deles têm características similares, também possuem diferenças sutis em termos

processuais (NEWSOME *et al.*, 2002). A **Figura 1** apresenta a cronologia dos métodos de planejamento e gestão do turismo em AP.

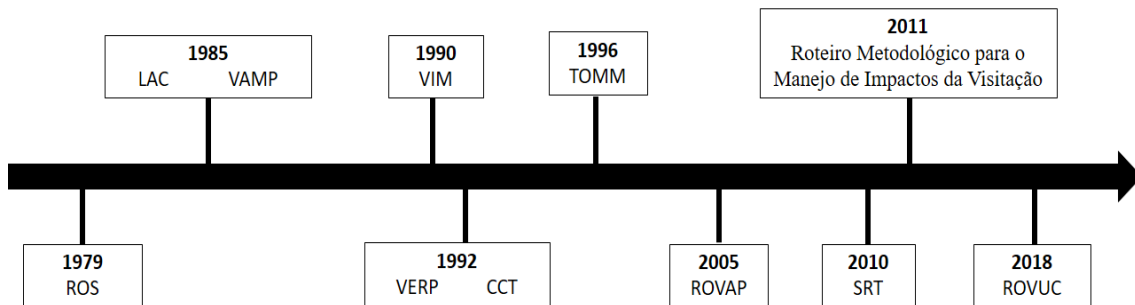


Figura 1: Cronologia dos modelos de planejamento do turismo em Áreas Naturais Protegidas.

Legenda: ROS - *Recreation Opportunity Spectrum*; LAC - *Limits of Acceptable Change*; VAMP - *Visitor Activity Management Process*; VIM - *Visitor Impact Management*; VERP - *Visitor Experience and Resource Protection*; CCT - *Capacidade de Carga Turística*; TOMM - *Tourism Optimisation Management Model*; ROVAP - *Rango de Oportunidades para Visitantes em Áreas Protegidas*; SRT - *Sustainable Recreation and Tourism*; ROVUC - *Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação*.

Fonte: Instituto Eco Brasil (2018). Adaptado.

O estabelecimento da visitação turística e as estratégias de gestão para cumpri-los exigem a avaliação e monitoramento contínuos como fatores de motivação das expectativas e das preferências do visitante (WALLACE, 2002). Para conciliar as ações necessárias e atingir os objetivos de conservação, é essencial perceber as características dos visitantes e os tipos de usos a que se dão às áreas visitadas, além dos impactos que estes usos provocam. A continuidade das atividades de manutenção e fiscalização são fundamentais para a manutenção das Unidades, gerando benefícios para visitantes e possibilitando conhecer e lidar com as causas e potenciais soluções para os impactos (REZENDE; CUNHA, 2014).

3.3.1. *Recreation Opportunity Spectrum (ROS)*

A ferramenta de *Recreation Opportunity Spectrum (ROS)*, atua promovendo uma diversidade recreativa, por meio do conjunto de oportunidades para os visitantes, conciliando a qualidade da experiência da visita com os objetivos de conservação. Serve como base para categorizar zonas de uso, desde àquelas consideradas primitivas a àquelas que já sofreram alguma intervenção (SOUZA; NORONHA-OLIVEIRA, 2012).

O ROS pode apresentar seis (BROWN *et al.*, 1978; HAMMITT; COLE, 1998), cinco (Brown *et al.*, 2005) ou quatro classes de oportunidades (CLARK; STANKEY, 1979), sendo que nenhum zoneamento deve ser padronizado, ou seja, qualquer implementação utilizando a ferramenta em questão, deve-se responder às necessidades de cada área (BROWN *et al.*, 2005).

Com base nisto, as oportunidades recreativas são os cenários, ambientes, atividades, estrutura, serviços, experiências potenciais, benefícios gerados, entre outros atributos, que são oferecidos aos turistas durante sua visita. Para alcançar alto nível de visitação é fundamental oferecer um conjunto de oportunidades para diferentes expectativas. Cada oportunidade ofertada possui características específicas, que despertam o interesse dos turistas. Cada região turística pode ter diferentes potencialidades para o turismo, desde áreas com alto grau de naturalidade a áreas com alto grau de intervenção e infraestrutura (ICMBIO, 2011b).

A ideia de dividir AP em zonas específicas para uso turístico ganhou destaque nos anos de 1960, quando Arthur Carhart³ lançou o “Manual sobre Planejamento para Terras Selvagens” na América para gestores. Desde então,

³ Arthur Carhart foi um profissional conservacionista norte-americano. Fez carreira no Serviço Florestal dos EUA e lançou o “Manual sobre Planejamento para Terras Selvagens” com o sistema de classificação de oportunidades de recreação para gestores ou executivos que trabalhassem com o manejo florestal (PETTENGILL; MANNING, 2011).

a formulação dos sistemas de classificação de oportunidades de recreação propostos por diversos autores, expostos na **Tabela 6**, permitiu que o ROS se tornasse o método mais avançado e amplamente utilizado por gestores (PETTENGILL; MANNING, 2011).

Tabela 6: Propostas de Classificação das Oportunidades Recreativas do ROS em alguns estudos

| PROPOSTAS DE CLASSIFICAÇÃO DAS OPORTUNIDADES RECREATIVAS DO ROS EM ALGUNS ESTUDOS | |
|--|---|
| AUTOR DE ESTUDO | CLASSES DE OPORTUNIDADES |
| Brown; Driver e McConnell (1978) | 6 CLASSES Primitiva, Semi-primitiva não-motorizado, Semi-primitiva motorizado, Rustico, Concentrado e Moderno Urbanizado |
| Clark e Stankey (1979) | 4 CLASSES Primitiva, Semi-primitiva, Semi-moderno e Moderno |
| Nash (1982) | 3 CLASSES Primitiva, Pastoril e Pavimentada |
| Hammitt e Cole (1998) | 6 CLASSES Primitiva, Semiprimitiva não motorizada, Semiprimitiva Motorizada, Estrada Natural, Rural e Urbana |
| Wallace (2002) | 6 CLASSES Científico/Virgem, Semi/primitiva, Natural/Extensivo, Natural/Intensivo, Recreativo/Intensivo e Rural |
| Brown et al. (2005) | 5 CLASSES Prístina, Primitiva, Rústico/Natural, Rural e Urbana |
| ICMBIO (2011) | 5 CLASSES Prístina, Primitiva, Rústico/Natural, Rural e Urbana |
| Souza e Noronha-Oliveira (2012) | 5 CLASSES Científico/intensivo, Natural/intensivo, Rural, Recreativo/intensivo e Urbana |
| ICMBIO (2018) | 5 CLASSES <i>Prístina</i> , Natural, Seminatural, Ruralizada e Urbanizada. |

Fonte: Brown *et al.* (1978); Clark; Stankey (1979); Wallace (2002); Ormsby *et al.* (2004); Brown *et al.* (2005); ICMBIO (2011b); Pettengill; Manning (2011); Souza; Noronha-Oliveira (2012); ICMBIO (2018). Elaborado pela autora, 2019.

O chamado Inventário de Oportunidades de Recreação e Avaliação (sigla em inglês ROIE), desenvolvido Serviço Florestal do EUA (BROWN *et al.*, 1978), era a ferramenta utilizada para identificar oportunidades de recreação em potencial e as preferências de visitantes, a partir de um Sistema de Classificação, ou Espectro, de Oportunidades de Recreação e Recursos, que determinava 6 classes de oportunidades (Primitiva, Semi-primitiva não-motorizado, Semi-primitiva motorizado, Rústico, Concentrado e Moderno Urbanizado). O inventário se tornou importante por fornecer informações sobre os recursos e sua utilização colaborando com as decisões de planejamento e gestão.

Conforme o Sistema de Zonas proposto por Clark e Stankey (1979), as regiões turísticas organizavam-se de acordo com a demanda dos visitantes, a diversidade de situações de recreação e os aspectos gerenciais. Os autores articularam o Sistema, denominando as zonas como “Classes de Oportunidades”, considerando fatores básicos como acesso, uso de recursos não-criáveis, gerenciamento no local, interação social, aceitabilidade dos impactos do visitante e arregimentação aceitável - sejam empregados para definir as ROS. Este sistema previa quatro tipos de oportunidade de recreação (Moderno, Semi-moderno, Semi-primitivo, Primitiva).

Wallace (2002) em seu estudo sobre o PN de Galápagos, apresentou um zoneamento hipotético, sendo este estabelecido de acordo com os objetivos administrativos, as oportunidades recreativas e as características da área, para demonstrar as necessidades e potencialidades. O referido autor compreende a necessidade de se estabelecer em Galápagos seis classes de oportunidades: Rural; Recreativo/Intensivo; Natural/Intensivo; Natural/Extensivo; Semi/primitiva; Científico/Virgem. Concluiu-se que para este PN, foram identificadas duas zonas específicas (zonas natural/intensiva e natural/extensiva), as quais oferecem roteiros com guias e trilhas demarcadas. Dessa forma, as estratégias de gestão devem priorizar o sistema de zonas e concentrar nos impactos causados nessas duas áreas.

Brown *et al.* (2005) destacam as zonas turísticas ou “classes de oportunidades recreativas” como locais definidos por aspectos como grau de

naturalidade, evidência de atividades humanas, tipos de acesso, presença de funcionários ou guia, entre outros. Os autores criaram uma matriz com cinco classes de oportunidades turísticas, denominadas: *Prístina*, Primitiva, Rústico / Natural, Rural e Urbana, sendo aplicáveis em regiões turísticas, áreas protegidas e políticas públicas.

O Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação com Enfoque na Experiência do Visitante e na Proteção dos Recursos Naturais e Culturais elaborado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO, 2011b) apresenta conjunto de metodologias para gestão de impactos da visitação em AP adotadas em diferentes países, desde o planejamento inicial ao trabalho cíclico de monitoramento e avaliação, a fim de identificar os seus pontos mais relevantes, aproveitar aprendizados e experiências obtidos a partir de sua aplicação para servir de suporte ao processo de elaboração de Planos de Manejo e aos estudos de viabilidade econômica. Foram consideradas as metodologias: Capacidade de Carga Turística em Áreas Protegidas (CCT); *Limits of Acceptable Change* (LAC); *The Visitor and Resource Protection Framework* (VERP) e *Visitor Impact Management* (VIM). Além destas metodologias, o ROS/ROVAP é apresentado com as cinco classes de oportunidades (Primitiva, semi-primitiva, rústica-natural, rural e urbana), propostas por Brown *et al.* (2005).

Souza e Noronha-Oliveira (2012), ao aplicar o procedimento sugerido por Wallace (2002) no PN da Serra de Itabaiana, determinou cinco possibilidades, correspondentes aos níveis Urbana, Recreativo/intensivo, Rural, Natural/intensivo e Científico/intensivo, sendo identificado três possibilidades para o Parque. As conclusões mostraram que o estabelecimento de zonas de visitação potencializa a gestão da área, por meio da definição de regras específicas para cada oportunidade, contribuindo com a conservação da própria Unidade de Conservação (UC).

As classes são desenhadas conforme sequência gradativa que se baseia no aumento intensivo do uso de acordo com aspectos naturais, sociais (encontro com outros visitantes) e de gestão (estrutura de trilhas, edificações, sinalização,

banheiros, estacionamentos, postos de água, entre outros atributos), conforme exposto na **Figura 2** (indicadores do ROS) (LEE *et al.*, 2013). Neste aspecto, os atributos naturais são em menor intensidades em zonas urbanas, aumentando até as zonas primitivas, enquanto que fatores sociais e de gestão são menores nas zonas primitivas, aumentando no sentido das zonas urbanas (SOUZA; NORONHA-OLIVEIRA, 2012).

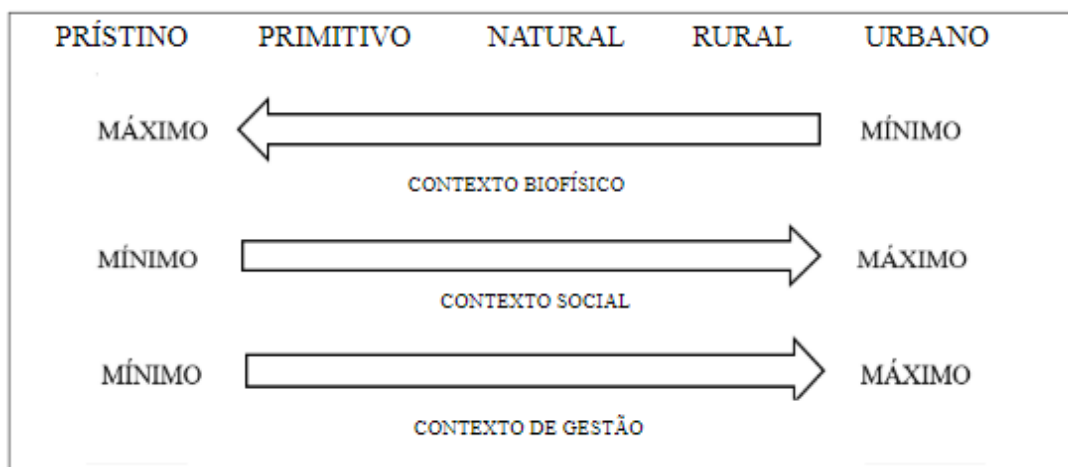


Figura 2: Classes de Oportunidades organizadas gradativamente de acordo com seus indicadores

Fonte: LEE *et al.* (2013). Adaptado.

O ROS é ferramenta de gestão com a abordagem baseada em resultados. Beneficia o visitante por identificar aspectos como locais onde ir, tipos de transporte permitidos, atividades adequadas para área e tipos de experiências. Na perspectiva dos gestores, o ROS permite decidir as oportunidades necessárias para a demanda atual, objetivos de conservação e locais que precisam ser priorizados. De forma geral, é um fenômeno comum a visitantes e gestores, por mostrar níveis de acesso, aumento do uso, tipos de atividades, grupos de usuários, entre outros (LEE *et al.*, 2013).

Segundo Ormsby *et al.* (2004) a implementação da estrutura do ROS demanda definir características de cada classe, o que requer entendimento da influência de cada local nas experiências dos visitantes; definir atividades

apropriadas para cada ambiente, o que necessita compreensão nas relações entre atividades e impactos; definir a experiência, por meio do entendimento sob as expectativas do visitante; e desenvolver planos de gestão para refletir e preservar as oportunidades.

A pesquisa realizada por Birkemose (2015) teve por objetivo investigar a satisfação dos visitantes em relação as oportunidades oferecidas por meio do ROS no *Fulufjället National Park*, na Suécia, o qual divide-se em quatro zonas diferentes: Virgem, baixa-atividade; alta-atividade e facilitada, onde há maior uso pelos visitantes. Os resultados mostraram a satisfação dos visitantes com as oportunidades disponíveis e as expectativas sob a área, uma vez que encontram as especificidades que desejam visitar, e confirmou que as zonas de visitação funcionam com eficácia no Parque. Este estudo demonstra também a importância da conexão entre as expectativas dos visitantes e as oportunidades oferecidas, propiciando nas melhores experiências, sendo o propósito da aplicação do zoneamento ROS, ferramenta crucial de gestão que permite lidar com demandas diferentes de forma que garanta a satisfação de todos os visitantes em relação aos seus desejos de recreação.

Em 2018, o ICMBIO propôs a tradução para o português e atualização do método ROS, denominado Rol de Oportunidades para Visitantes em Unidades de Conservação (ROVUC), definido para orientar o processo de gestão do uso público das UC. Com base nos ambientes interno e externo da UC e nos seus atributos biofísicos, socioculturais e de gestão, podem-se avaliar os perfis de visitação mais adequados e quais as áreas mais apropriadas para implantar determinadas experiências de visitação, buscando conciliar as expectativas dos visitantes e as características da UC e experiências de visitação de qualidade e estratégias de proteção dos recursos naturais. Este espectro define cinco classes de experiência denominadas *Prístina*, Natural, Seminatural, Ruralizada e Urbanizada. A aplicação do ROVUC deve ser levada em consideração no momento da definição de zonas de gestão de uma UC e suas normas (gerais e específicas), devido ao nível de intervenção possível em cada classe de experiência. 2. Todas as UCs estão aptas para uma combinação de

experiências, que sejam compatíveis com sua categoria e as áreas de visitação (ICMBIO, 2018c).

A importância da aplicação do ROS, está na capacidade de identificação das particularidades de cada zona recreativa e atividades específicas para cada local; e no desenvolvimento de planos de gestão para administrar e conservar as oportunidades (ORMSBY *et al*, 2004). A utilização do ROS permite apresentar áreas que precisam ser priorizadas e as potenciais, mantendo o equilíbrio no uso recreativo. Uma vez que uma classe de oportunidade adequada tenha sido selecionada, as ROS podem ajudar a estabelecer objetivos de gerenciamento específicos para cada zona (PETTENGILL; MANNING, 2011). Clark e Stankey (1979) demonstram que o ROS pode auxiliar na formulação do objetivo de gestão apropriado para cada ambiente dentro da AP.

Para planejar oportunidades de visitação é fundamental que haja interação entre quatro elementos: experiência, atividade, ambiente e benefícios. Ou seja, os visitantes buscam pelas “atividades” em “ambientes” que lhes permitem obter “experiências”, produzindo “benefícios” pessoais, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Dessa forma, as motivações do visitante não são as atividades em si mesmas, mas a combinação desses fatores (BROWN *et al.*, 1978).

Vale ressaltar que o objetivo do ROS, em todas suas traduções (ROVAP; ROVUC), é fazer com que os visitantes alcancem as experiências almejadas e garantam o máximo de benefícios possíveis. Apesar da ferramenta orientar o planejamento e a diversificação das experiências de visitação, não cabe ao gestor oferecer a experiência em si, uma vez que, só o próprio visitante pode mensurar sua experiência. Ao gestor cabe manejar quais atividades podem ser realizadas e em quais ambientes (ICMBIO, 2018c).

Dessa forma, o campo de trabalho do gestor está relacionado à seleção, a gestão e ao nível de intervenção dos ambientes, que contam com diferentes características biofísicas e socioculturais. Os gestores de UC enfrentam o desafio de oferecer a diversidade de experiências para satisfazer a demanda complexa. É fundamental articular as oportunidades a partir da realidade de cada

local, visto que, com o aumento das expectativas, os visitantes buscam cenários diferenciados com objetivo de suprir seus desejos (ICMBIO, 2011b).

Para alcançar a meta de atender à demanda de visitantes e à diversidade de preferências, deve-se desenvolver um sistema de gestão que ofereça oportunidades para diferentes experiências, sempre que estas estejam de acordo como os objetivos de conservação, as preferências e potencialidades da área (DUDLEY, 2008).

Especificamente, a ROS pode ajudar os gestores de Parques por fornecer diretrizes para inventariar as oportunidades recreativas, vincular a demanda dos usuários com oportunidades disponíveis; e estabelecer padrões e diretrizes para o ajustamento das atividades de recreação (TOEWS, 1999).

4. MATERIAIS E MÉTODOS

4.1. ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa compõe-se por cinco PN mais visitados no Brasil e cinco PN mais visitados nos EUA, ambos referentes ao ano de 2017. A **Tabela 7** os apresenta em ordem de índice de visitação turística, sendo os PN “Tijuca” e “*Great Smoky Mountains*” os mais visitados em seus respectivos países.

Tabela 7: Parque Nacionais brasileiros e norte-americanos utilizados como objetos da pesquisa

| PARQUES NACIONAIS PESQUISADOS | | Visitas no ano de 2017 |
|-------------------------------|--------------------------------|------------------------|
| BRASIL | Tijuca | 3.300.000 |
| | Iguaçu | 1.788.922 |
| | Jericoacoara | 780.000 |
| | Marinho de Fernando de Noronha | 389.744 |
| | Brasília | 265.518 |
| ESTADOS UNIDOS | <i>Great Smoky Mountains</i> | 11.388.893 |
| | <i>Grand Canyon</i> | 6.254.238 |
| | <i>Zion</i> | 4.504.812 |
| | <i>Rocky Mountain</i> | 4.437.215 |
| | <i>Yosemite</i> | 4.336.890 |

Fonte: ICMBIO, 2017a; NPS, 2017d.
Elaborado pela autora, 2019.

4.1.1. Parque Nacional da Tijuca

O Parque Nacional da Tijuca está localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, nas montanhas do Maciço da Tijuca, entre os paralelos 22°55'S e 23°00'S e os meridianos 43°11'W e 43°19'W, no centro sul do estado do Rio de Janeiro (RJ), e possui área total de 3.958,47 hectares (39,6 km²) (ICMBIO; MMA, 2008).

A **Figura 3** apresenta a localização do PN na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil.

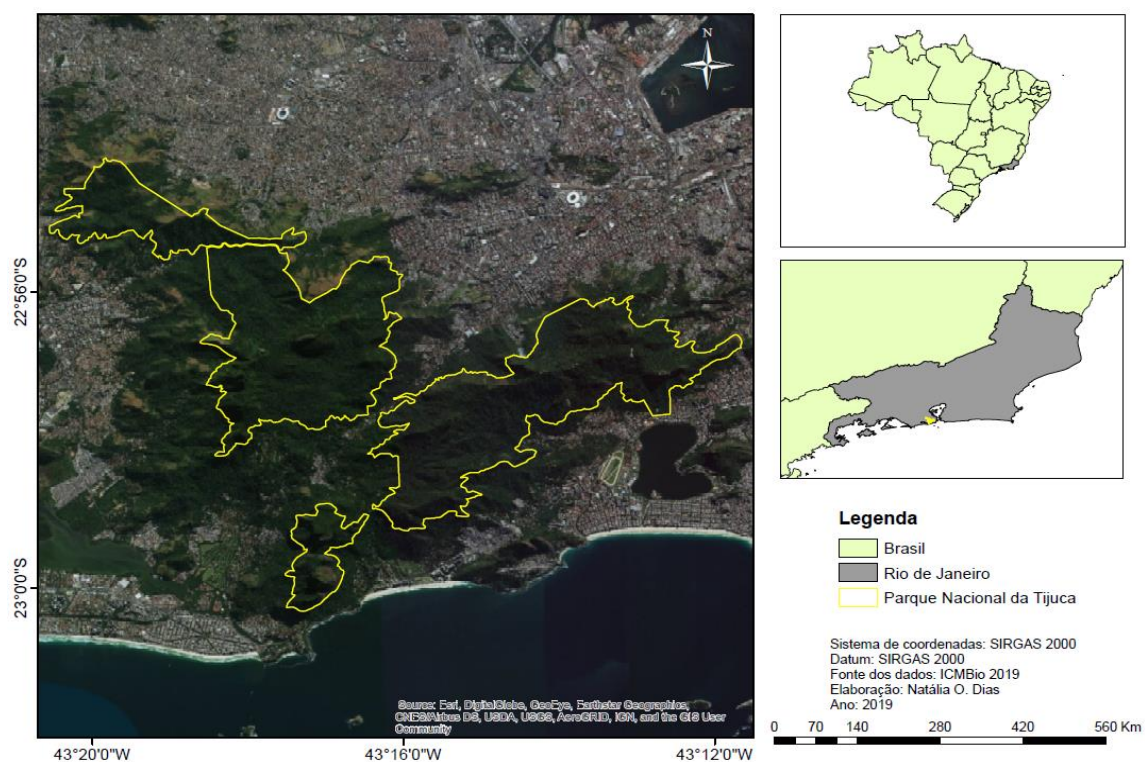


Figura 3: Localização do Parque Nacional da Tijuca no Rio de Janeiro

O Parque, criado como PN do Rio de Janeiro por meio do Decreto Federal nº 50.923 de 06 de julho de 1961, tinha como objetivo proteger as florestas de domínio público da Tijuca, Paineiras, Corcovado, Gávea Pequena, Trapicheiro, Andaraí, Três Rios e Covanca. O Parque constituía-se por três partes de floresta

separadas, mas interligadas por vias de circulação e edificações. Em 08 de fevereiro de 1967, o Decreto Federal nº 60.183, alterou seu nome para PN da Tijuca (BRASIL, 1961; BRASIL, 1967).

4.1.2. Parque Nacional do Iguaçu

O PN do Iguaçu foi criado por meio do Decreto nº 1.035 de 10 de janeiro de 1939 (BRASIL, 1939). Possui área total de 185.262,5 hectares, cerca de 1.852 km quadrados (km²), e está localizado na região Extremo Oeste Paranaense, a 17 km do centro da cidade de Foz do Iguaçu (ICMBIO, 2019b).

A **Figura 4** representa a localização do PN do Iguaçu no estado do Paraná (PR), no Brasil e seu limite com a Argentina, também na América do Sul.

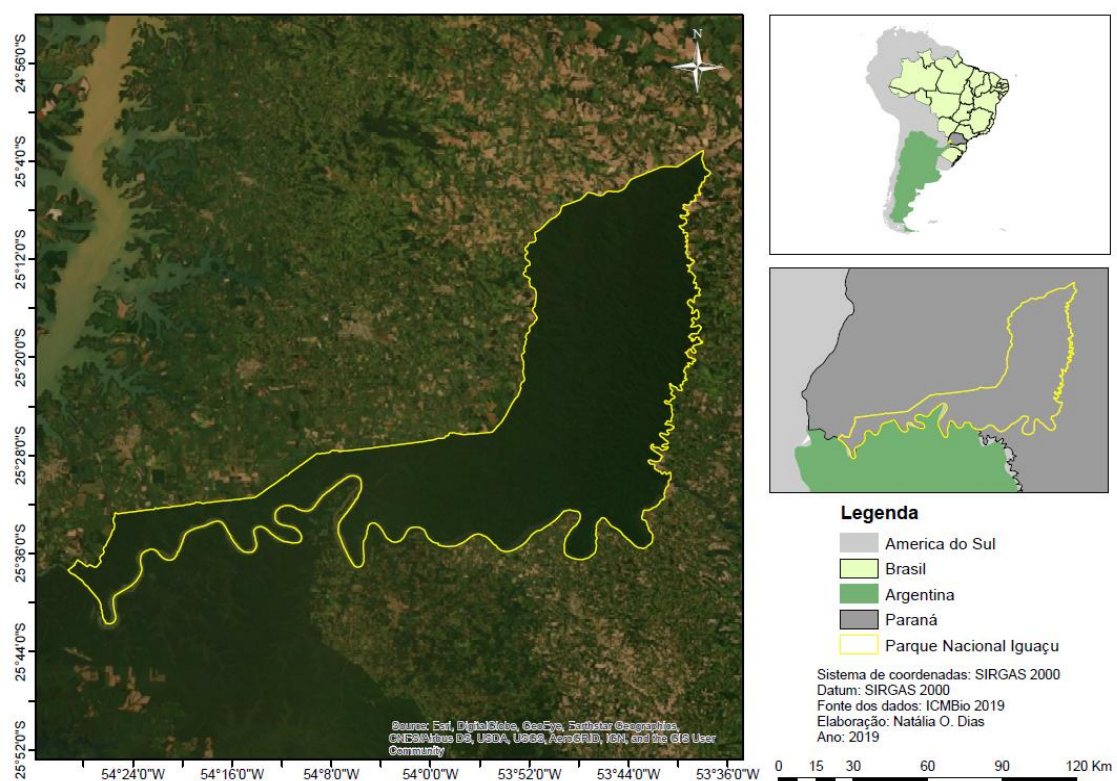


Figura 4: Localização do Parque Nacional do Iguaçu

O Parque permite a união, pelo Rio Iguaçu, ao PN *Iguazu*, na Argentina, integrando-se ao mais importante contínuo biológico do Centro-Sul da América do Sul, e garantindo, com aproximadamente 600 mil hectares de área protegida, os esforços, dos dois países, sob ações conjuntas, em proteger e conservar tamanha grandiosidade (ICMBIO, 2019b). A UC é Patrimônio Natural da Humanidade e abriga as Cataratas do Iguaçu, na fronteira entre Brasil e Argentina (ICMBIO, 2018b).

4.1.3. Parque Nacional de Jericoacoara

O PN de Jericoacoara foi criado por meio do Decreto sem número (s/nº) de 04 de fevereiro de 2002, com a missão principal de preservar amostras de ecossistemas costeiros e os recursos naturais (BRASIL, 2002).

O Parque está localizado nos municípios de Jijoca de Jericoacoara, Cruz e Camocim, no litoral cearense, e possui área total de 8.850 hectares (ICMBIO, 2019d). A Vila de Jericoacoara é acessada por meio do município de Jijoca de Jericoacoara, por trilhas não pavimentadas e utilizando preferencialmente veículos de tração e *buggies* que adentram em extenso campo de dunas e alcança sistemas estuarinos e contorna promontórios, favorecendo um sistema ambiental em grande parte controlado pela dinâmica eólica, das ondas e marés (MEIRELLES *et al.*, 2011).

A **Figura 5** apresenta a localização do PN de Jericoacoara no estado do Ceará (CE) e no Brasil.

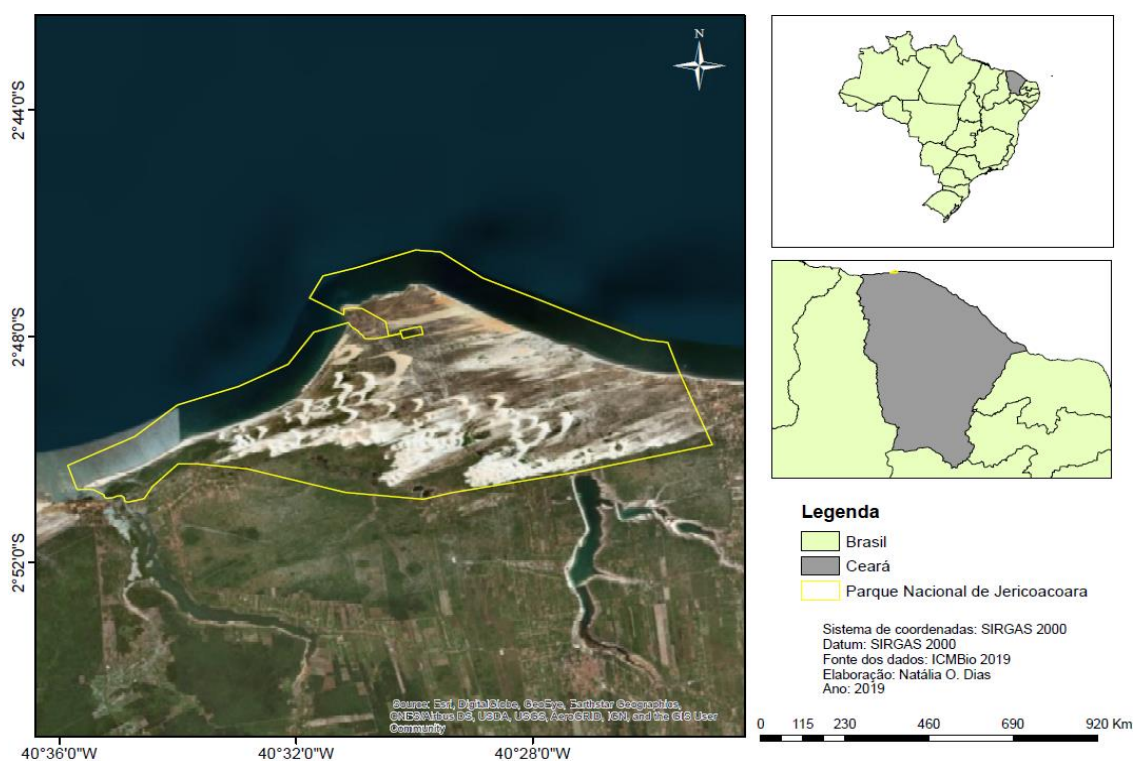


Figura 5: Localização do Parque Nacional de Jericoacoara

A gestão do Parque é realizada em conjunto com as comunidades, uma vez que, o peixe, o camarão e o uso turístico representam fonte de renda e sobrevivência de muitas famílias. Essas atividades o desenvolvimento local por meio de práticas ambientalmente sustentáveis, como o ecoturismo e extrativismo (ICMBIO, 2011a).

4.1.4. Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha

O PN Marinho de Fernando de Noronha está localizado no arquipélago de Fernando de Noronha, a 345 km a nordeste do cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte (RN) e 545 km de Recife, no Pernambuco (PE), e compreende a área total de 11.270 hectares. O Parque compõe-se por duas áreas distintas:

a parte terrestre e a parte marinha (IBAMA; FUNATURA, 1990; SANTANA *et al.*, 2016). A localização do Parque é apresentada na **Figura 6**.

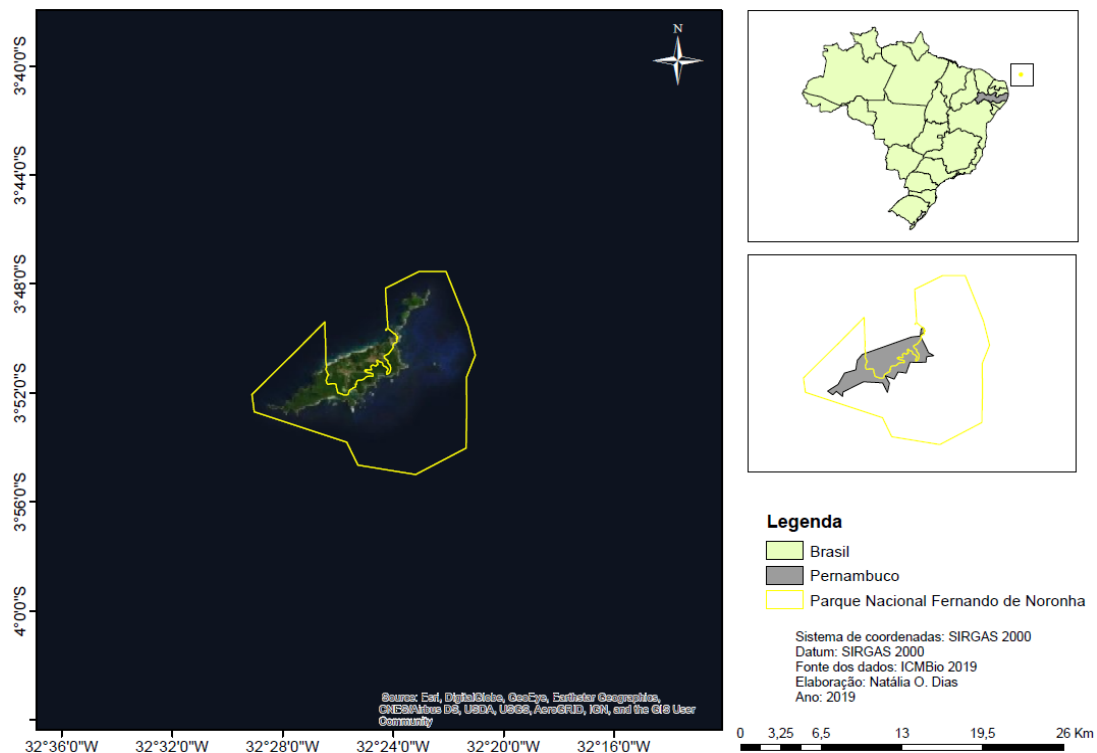


Figura 6: Localização do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha

O PN foi instituído por meio do Decreto nº 96. 693, de 14 de setembro de 1988 (BRASIL, 1988), com o objetivo de proteger ecossistemas marinhos e terrestres do arquipélago, bem como de assegurar a proteção dos recursos naturais, proporcionando oportunidades para visitação, educação e pesquisa científica e colaborar com a conservação de estruturas de interesse histórico-cultural da área. O Plano de Manejo do Parque foi desenvolvido em junho de 1989, pelo IBAMA e a Funatura (IBAMA; FUNATURA, 1990).

O arquipélago contribui com a proteção ambiental com o PN e também com a Área de Proteção Ambiental (APA) de Fernando de Noronha. A gestão integrada e em parceria contribui significativamente com a preservação das

características endêmicas das ilhas que a compõem como patrimônio mundial (SANTANA *et al.*, 2016).

4.1.5. Parque Nacional de Brasília

O PN de Brasília está situado na porção noroeste do Distrito Federal (DF), a cerca de 10 km do centro de Brasília. Foi criado por meio do Decreto nº 241, datado de 29 de novembro de 1961 (BRASIL, 1961). Possui uma área de 42.389,01 hectares e abrange as regiões administrativas de Brasília, Sobradinho e Brazlândia e o município goiano de Padre Bernardo (ICMBIO, 2019c).

A **Figura 7** apresenta a localização do PN de Brasília na capital federal do Brasil.

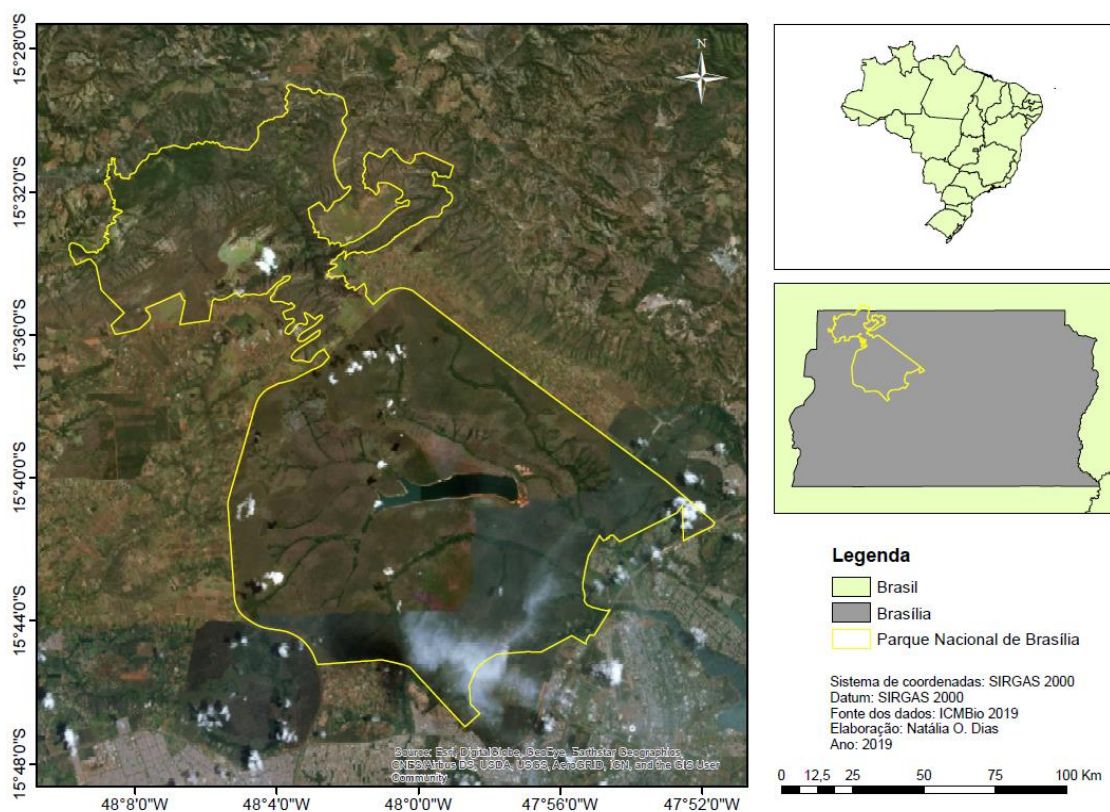


Figura 7: Localização do Parque Nacional de Brasília

A criação do Parque está diretamente relacionada com a construção da Capital Federal. No início da construção de Brasília, foi firmando um convênio entre o Ministério da Agricultura e a NOVACAP – Companhia de Desenvolvimento da Nova Capital, para, entre outras tarefas, "propor e criar novas reservas e postos florestais" no Distrito Federal (IBAMA; FUNATURA, 1998).

4.1.6. *Great Smoky Mountains National Park*

O PN *Great Smoky Mountains* foi criado pelo Congresso norte-americano em 15 de junho de 1934 e oficialmente aberto pelo então presidente Franklin Roosevelt em 1940 (NPS, 2016). A **Figura 8** representa a localização do Parque nos estados abrangentes.

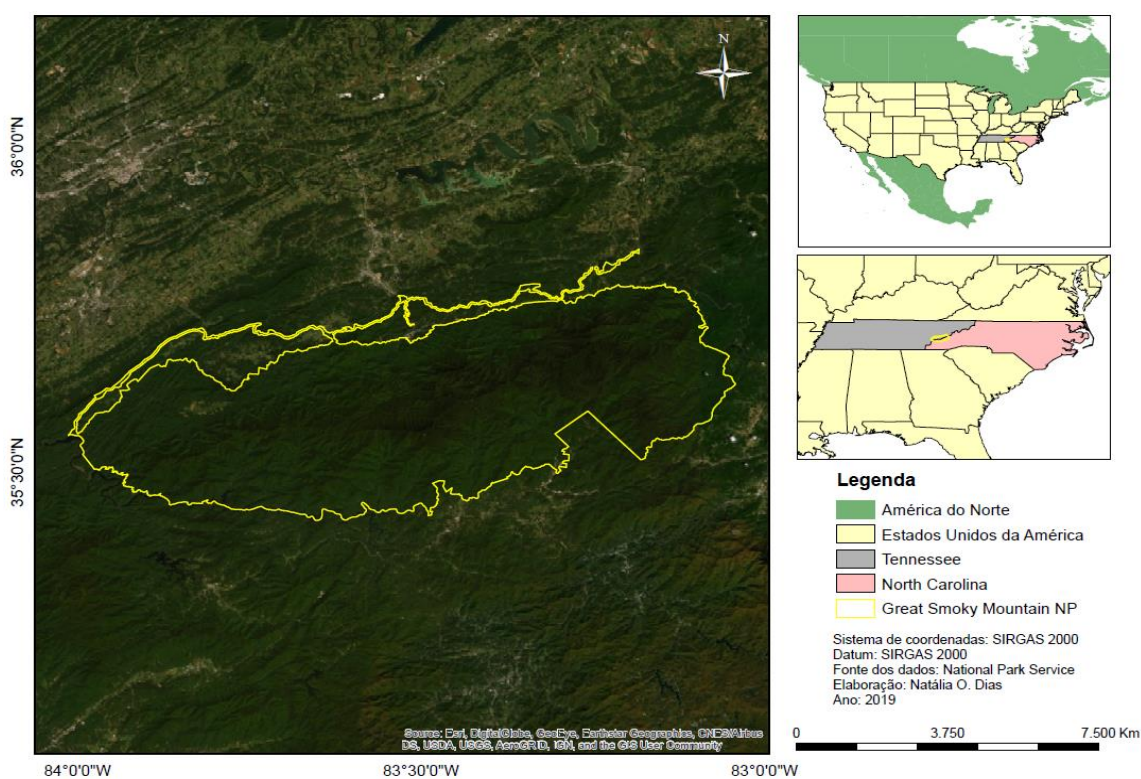


Figura 8: Localização do *Great Smoky Mountains National Park*

Possui 203 mil hectares e está localizado na região ocidental entre os estados do Tennessee e da Carolina do Norte, tornando-se uma das AP mais extensas dos Estados Unidos (NPS, 2016).

O PN tem importância significativa no contexto cultural, e recebe cerca de três milhões de dólares em fundos e serviços voluntários, e parcerias de programas em ciência, educação e gestão de recursos. Alguns descendentes do grupo “*Cherokee*”, povo ameríndio da América do Norte, vivem na Reserva Qualla, no lado sul do Parque (NPS, 2019b).

4.1.7. *Grand Canyon National Park*

O PN *Grand Canyon* foi criado por meio do Ato nº227 em 26 de fevereiro de 1919 (USA, 1919). A **Figura 9** apresenta a localização do Parque (NPS, 2018b).

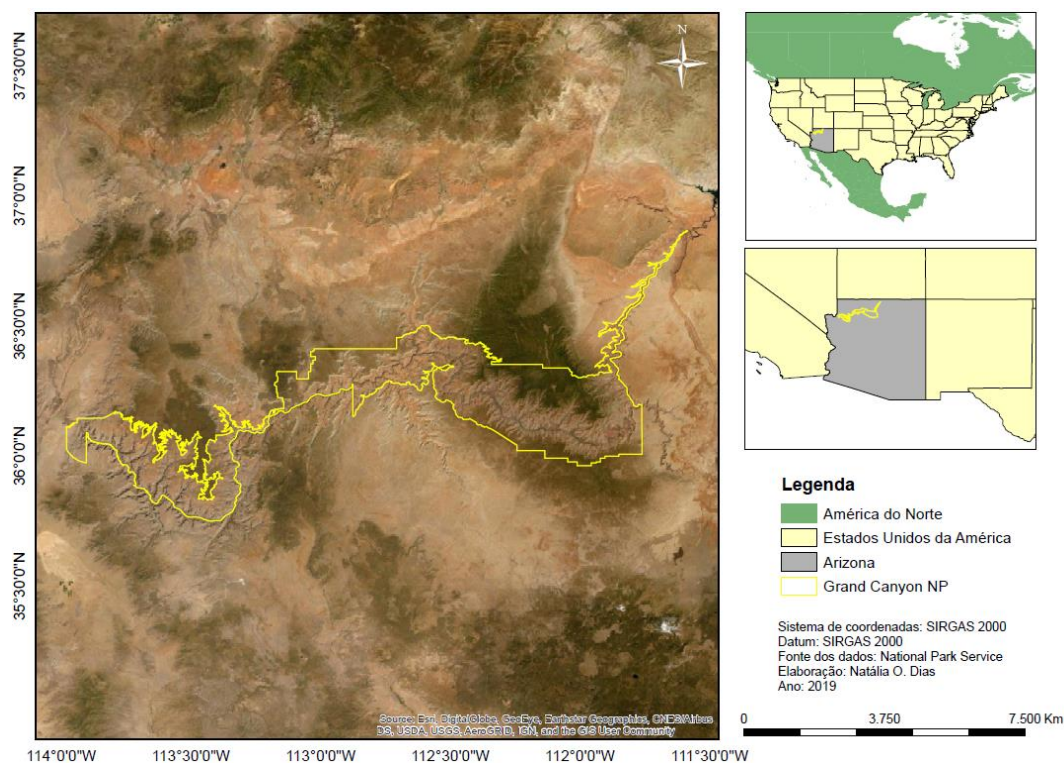


Figura 9: Localização do *Grand Canyon National Park*

O *Canyon*, que representa o nome do Parque, é um desfiladeiro íngreme esculpido pelo rio Colorado, no estado do Arizona, nos Estados Unidos com 446 km de comprimento, 29 km de largura e 1,6 km de profundidade. O PN *Grand Canyon* possui dois setores, o “*South Rim*”, ou Margem Sul, que está aberto o ano inteiro para visitantes e de onde é possível ter acesso ao *Desert View*, *Hermits Rest* e do *Grand Canyon Village*, e o “*North Rim*”, ou Margem Norte, que é menos acessível e fica fechado para visitação durante o inverno do hemisfério norte, entre maio a outubro (NPS, 2019a).

4.1.8. Zion National Park

O Parque Nacional *Zion*, localizado no sudoeste do estado de Utah, possui cerca de 60.191 hectares (NPS, 2013b). A **Figura 10** apresenta a localiza o do Parque.

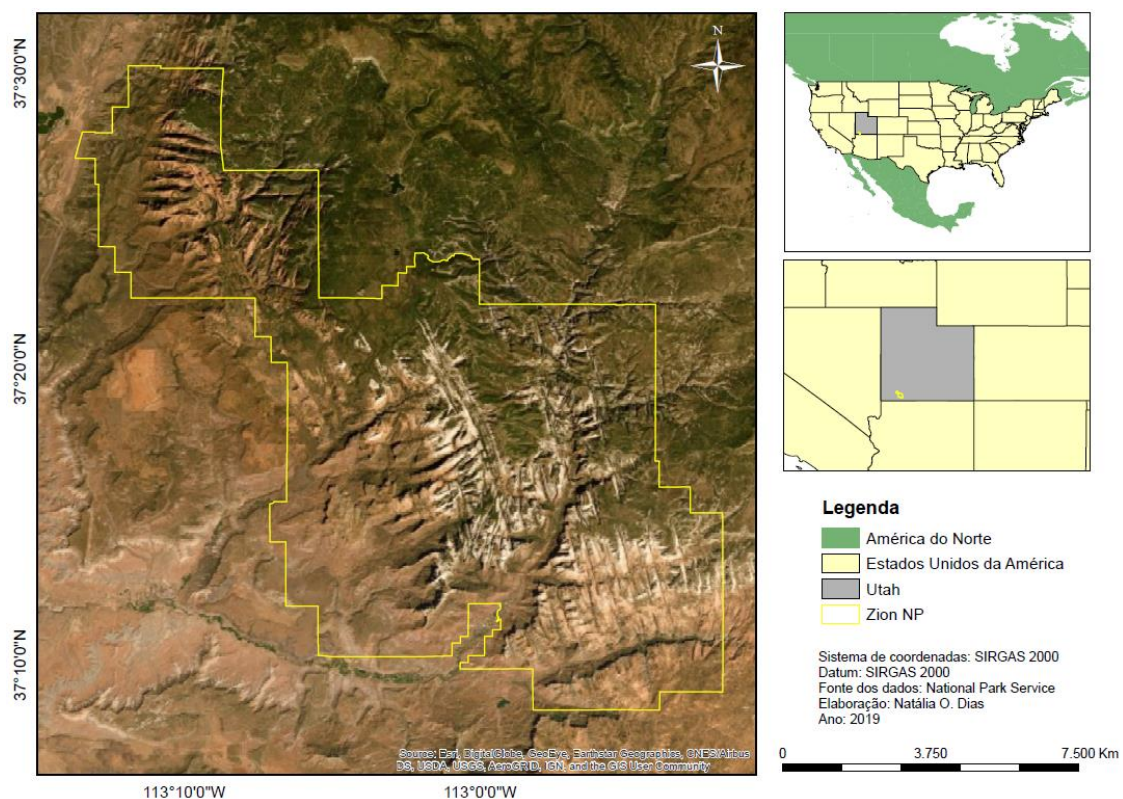


Figura 10: Localiza o do Zion National Park

Em 31 de julho de 1909, o Presidente em exercício *William H. Taft* emitiu a proclamação que reservou 15.200 hectares como Monumento Nacional *Mukuntuweap*⁴. Em 1918, outra proclamação presidencial ampliou o monumento para 31.080 hectares. Em 1919, o congresso norte-americano estabeleceu a área em Parque Nacional. Em 1937, outro Monumento Nacional, agora chamado de *Kolob Canyons* foi criado, e em 1956, o congresso o acrescentou ao PN (NPS, 2013b).

4.1.9. *Rocky Mountain National Park*

O PN *Rocky Mountain* foi criado pelo Congresso norte-americano em 26 de janeiro de 1915 e engloba 107.550 hectares, aproximadamente, no estado do Colorado dos EUA (NPS, 2013a).

A **Figura 11** apresenta a localização do PN.

⁴ Antes da década de 1850, a área do PN Zion pertencia aos índios Paiute do Sul, também chamados de “Mukuntuweap”, que significava “rio direto”, entre outras traduções. Em 1872, exploradores e geólogos foram em expedição a região do rio Virginia e nomearam um dos Canyons, como *Mukuntuweap*. Em 1909, o presidente William Howard Taft considerou oficialmente a área protegida Monumento Natural.

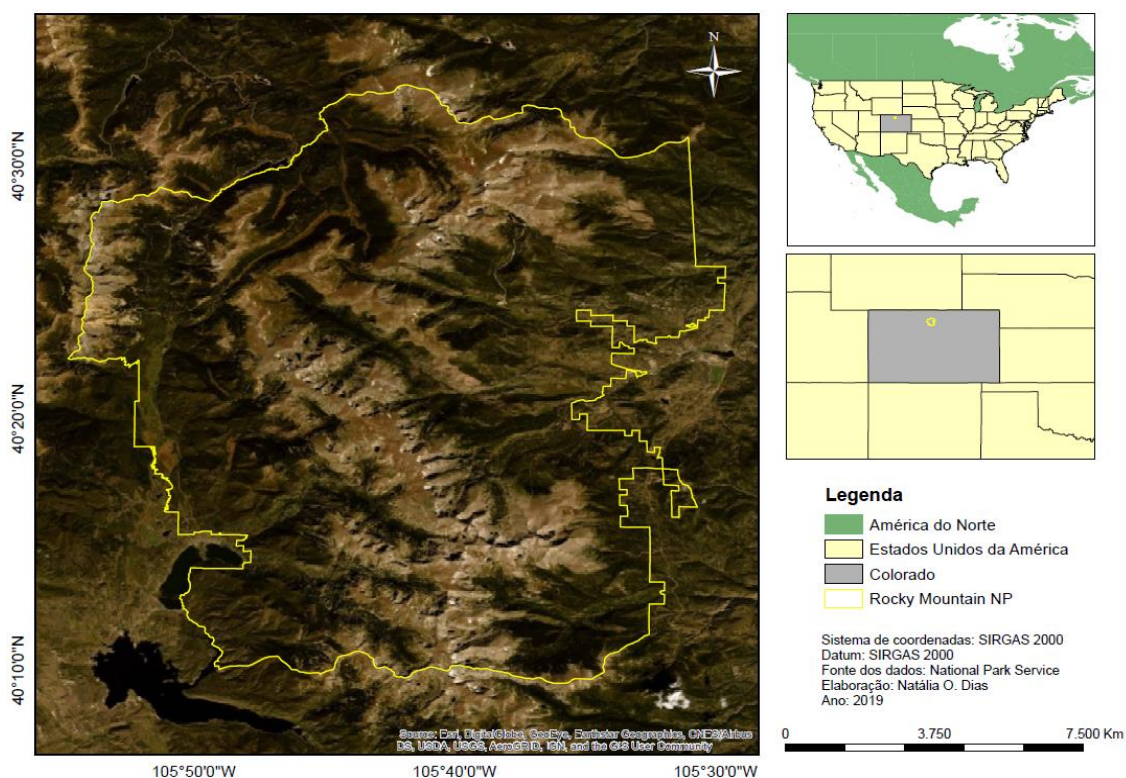


Figura 11: Localização do *Rocky Mountain National Park*

A estrutura do Parque é dividida em cinco regiões: Região 1, denominada Lado Oeste; Região 2, Alpina, onde há trilhas acessíveis e mirantes; Região 3, Lado Norte; Região 4, porção mais visitada, área central, com trilhas de fácil acesso; e a Região 5, denominada Lado Sul, onde localiza-se *Estes Park/Longs Peak*, contém cachoeiras (NPS, 2013a).

4.1.10. Yosemite National Park

Localizado nos condados de *Mariposa* e *Toulumne*, o PN *Yosemite* abrange a área total de 3.081 km², sendo 2.600 km em cursos d'água, 560 km de estradas e 1.300 km em trilhas abertas para visitação. Do total, 18 km² constitui-se do “*Yosemite Valley*”, a atração turística principal.

A **Figura 12** apresenta a localização do Parque no estado da Califórnia, nos Estados Unidos da América.

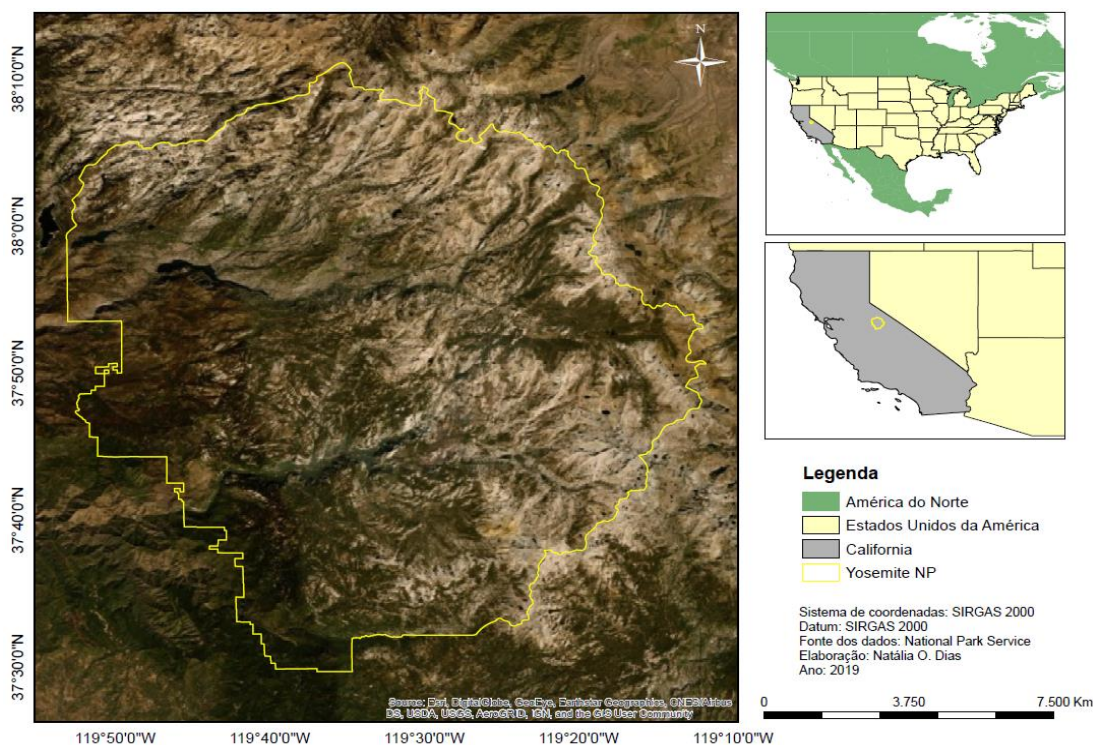


Figura 12: Localização do *Yosemite National Park*

Estabelecido por meio de ato do congresso norte-americano em 01 de outubro de 1890. Anteriormente ao estabelecimento do PN de *Yellowstone*, o presidente Abraham Lincoln assinou o *Yosemite Land Grant* como lei, em 1864, dando ao Vale de Yosemite, no estado da Califórnia, a garantia para seu uso público e recreativo. Porém, o Congresso dos EUA só estabeleceu a região como PN de *Yosemite* em 1890, tornando-o o terceiro Parque norte-americano (USA, 1864; YOSEMITE, 2019).

4.2. MATERIAIS UTILIZADOS

Para a realização da pesquisa, utilizou-se materiais específicos sobre os Parques, sendo os planos de gestão e documentos oficiais disponíveis pelos órgãos gestores a respeito do uso público e visitação dos PN estudados.

Para obtenção dos documentos e das informações foram utilizados os *sites* oficiais de cada Unidade e dos órgãos responsáveis pela gestão destes locais, sendo no Brasil, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBIO, com a função de implementar o sistema, subsidiar as propostas de criação e administrar as Unidades (BRASIL, 2000), e, nos Estados Unidos, o *National Park Service*, o NPS, com a função de promover e regulamentar a utilização do Sistema Para conservar paisagens, elementos naturais e históricos, e a vida selvagem (USA, 2014).

Pesquisou-se os documentos pertinentes e as características turísticas, as áreas de visitação, a estrutura e atrativos dos PN, possibilitando levantar informações para compreender o que as Unidades têm oferecido e como isso influencia a diversidade de opções que o visitante tem para realização da visita turística.

Os *sites* utilizados na pesquisa estão expostos na **Tabela 8**.

Tabela 8: Sites oficiais utilizados na pesquisa bibliográfica e documental

| PARQUE NACIONAL | SITE OFICIAL/ | SITE DO ÓRGÃO GOVERNAMENTAL |
|------------------------------|---|---|
| Tijuca | http://www.parquedatijuca.com.br/ | http://www.ICMBIO.gov.br/parnatijuca/guia-do-visitante.html |
| Iguaçu | https://cataratasdoiguacu.com.br/ | http://www.ICMBIO.gov.br/parnaiguacu/guia-do-visitante.html |
| Jericoacoara | http://www.portaljericoacoara.com.br/parque_nacional_jericoacoara.html | http://www.ICMBIO.gov.br/portal/visitaacao1/unidades-abertas-a-visitacao/190-parque-nacional-de-jericoacoara.html |
| Fernando de Noronha | https://www.parnanoronha.com.br/ | http://www.ICMBIO.gov.br/portal/visitaacao1/unidades-abertas-a-visitacao/192-parque-nacional-marinho-fernando-de-noronha.html |
| Brasília | - | http://www.ICMBIO.gov.br/portal/visitaacao1/unidades-abertas-a-visitacao/213-parque-nacional-de-brasilia.html |
| <i>Great Smoky Mountains</i> | - | https://www.nps.gov/grsm/index.htm |
| <i>Grand Canyon</i> | - | https://www.nps.gov/grca/index.htm |
| <i>Zion</i> | - | https://www.nps.gov/zion/index.htm |
| <i>Rocky Mountain</i> | https://rockymountainnationalpark.com | https://www.nps.gov/romo/index.htm |
| <i>Yosemite</i> | - | https://www.nps.gov/yose/index.htm |

Elaborado pela autora, 2019

No Brasil, o documento essencial para a gestão dos Parques Nacionais é o Plano de Manejo. Tal documento técnico, segundo a Lei n. 9.985/2000 (BRASIL, 2000), mediante fundamento nos objetivos de criação das Unidades, se estabelece seu zoneamento, normas que devem presidir o uso da área e o

manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Vale ressaltar que, o ICMBIO dispõe, em seu *site* oficial, as páginas denominadas “Guia do Visitante” (<http://www.ICMBIO.gov.br/guia-do-visitante.html>) e “Unidades Abertas à Visitação” (<http://www.ICMBIO.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao>), onde foi possível encontrar informações extras sobre os atrativos, trilhas, tipos de acesso e estrutura dos Parques, reforçando ou maximizando as informações encontradas no Plano de Manejo.

Os documentos referentes ao plano de gestão dos Parques Nacionais norte-americanos estão dispostos na página eletrônica de cada Parque, as quais ficam hospedadas no *site* oficial do Serviço de Parques Nacionais (<https://www.nps.gov/index.htm>) e são divididos em especificidades, não havendo apenas um plano de gestão.

Segundo o Código de Regulamentos Federais (USA, 2014), os Planos Gerais de Gestão, devem incluir as medidas para a preservação dos recursos da área; indicações de tipos e intensidades de uso da área, identificação e implementação das capacidades de transporte e indicações e explicações de possíveis modificações nos limites da Unidade.

4.3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho foi conduzido pela abordagem qualitativa, com base na pesquisa bibliográfica e documental (PRODANOV; FREITAS, 2013). Conforme Gerhardt e Silveira (2009, p. 31), “os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito”. Por fim, integrando-se a etapa da tratamento, interpretação e análise dos dados, a discussão foi conduzida pela análise crítica.

Para a coleta de dados, foi utilizado o método *Recreation Opportunity Spectrum (ROS)* (BROWN *et al.*, 1978; CLARK; STANKEY, 1979; ORMSBY *et*

al., 2004; BROWN *et al.*, 2005; ICMBIO, 2011b; ICMBIO, 2018c), aplicado em estudos anteriores (WALLACE, 2002; SOUZA; NORONHA-OLIVEIRA, 2012; BIRKEMOSE, 2015) para identificar as áreas específicas de recreação oferecidas nos Parques Nacionais, permitindo a definição de um zoneamento de oportunidades recreativas, o qual é dividido em classes (LEE *et al.*, 2013).

As oportunidades de visita são formadas a partir da relação entre quatro elementos: Atividade, ambiente (atributos biofísicos, socioculturais e de gestão), experiência potencial e os benefícios (DRIVER; BROWN, 1978), uma vez que os visitantes buscam realizar “atividades” em “ambientes” que lhes permitem obter as “experiências” desejadas, produzindo “benefícios” pessoais, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Dessa forma, as motivações de um visitante não são as atividades em si mesmas, mas a combinação de diversos fatores (ICMBIO, 2018c).

A junção de todos esses fatores, seja cenários e ambientes propícios a visita, atrativos e atividades turísticas, tipos de acessos, serviços de hospedagem e alimentação, nível de infraestrutura, presença institucional, entre outros, variam em cada classe do espectro. As classes são desenhadas conforme o espectro que se baseia no aumento intensivo do uso de acordo com aspectos naturais, sociais e de gestão (atributos do ROS) (ICMBIO, 2018c).

A pesquisa propôs utilizar a matriz de cinco classes de oportunidades, sendo elas: *Prístina*, Primitiva, Natural, Rural e Urbana. Para compreendê-las expõe-se, na **Tabela 9** a relação entre as classes, seus atributos e a definição dos respectivos graus de intervenção.

Tabela 9: Classes de Oportunidades de acordo com grau de intervenção humana e seus atributos correspondentes

| CLASSE DE OPORTUNIDADE | GRAU DE INTERVENÇÃO HUMANA | ATRIBUTOS DA CLASSE |
|------------------------|--|---|
| <i>Prístina</i> | Visitação de Baixo Grau de Intervenção | Alto grau de naturalidade e integridade dos processos ecológicos; há pouca evidência de atividades humanas e baixa probabilidade de encontros com outras pessoas. O acesso é difícil, o nível de desafio e risco assumido pelo visitante é alto; é incomum a presença de estradas ou atividades motorizadas |
| Primitiva | Visitação de Médio Grau de Intervenção | Alto grau de naturalidade e integridade dos processos ecológicos; há pouca evidência de atividades humanas. O acesso tem trilhas, as quais devem ser acompanhadas de guias; há muitos espaços sem trilhas demarcadas; há pouca infraestrutura; existe oportunidade para experimentar autonomia, solidão e desafios. |
| Natural | Visitação de Alto Grau de Intervenção | O ambiente tem características naturais, e pode haver atividades humanas; a paisagem tem atributos naturais e culturais; o acesso pode se dar de forma motorizada ou a pé, por trilhas bem marcadas; os encontros e a interação com outros visitantes são frequentes; a infraestrutura de apoio está planejada para o uso intensivo de visitantes, com painéis e placas informativas; permitindo trilhas autoguiadas. Nesta classe, encontra-se centro de visitantes e áreas de camping. |
| Rural | | Compreende uma mistura de áreas naturais e assentamentos rurais adjacentes e na zona de amortecimento da unidade. O acesso se dá por estradas rurais e trilhas que conectam as propriedades aos limites da unidade; poderá haver oferta de serviços para apreciar a cultura local, as práticas e o modo de vida da região. A possibilidade de mais encontros e interação com a população local e com outros visitantes aumenta devido a proximidade com a zona de amortecimento. A infraestrutura é geralmente simples e rústica. |
| Urbana | | Ambiente caracterizado por uma mescla de usos comerciais e turísticos; a área oferece serviços para o turista, como transporte, hotéis, restaurantes variados, hospitais e há encontros constantes com pessoas de diferentes origens. |

Fonte: ICMBIO, 2018c. Adaptado.

Em forma de pergunta direta, buscou-se identificar e descrever as oportunidades encontradas a partir de sua respectiva classe, baseada na forma de aplicação de Souza e Noronha-Oliveira, (2012), apresentada na **Tabela 10**, para verificar se os Parques possuem características que se enquadram em cada uma das classes propostas pelo ROS. Para responder tais perguntas utilizou-se as informações encontradas na pesquisa bibliográfica e documental, por meio da análise dos materiais utilizados (*sites* oficiais, planos de gestão e outros documentos oficiais referentes ao uso público e a visitação nos Parques).

Tabela 10: Forma de aplicação do *Recreation Opportunity Spectrum* nos Parques estudados

| CLASSES DE OPORTUNIDADES RECREATIVAS | | | | |
|--|--|--|---|--|
| PRÍSTINA | PRIMITIVA | NATURAL | RURAL | URBANA |
| Há zonas reservadas com alto grau de naturalidade; acesso difícil; nenhuma infraestrutura ou intervenção; pouca evidência de atividade recreativa? | Há zonas de visitação, ainda com alto grau de naturalidade, mas possibilidade de acesso por veículos, e estrutura mínima para atividade turística? | Há zonas com atividades turísticas facilmente acessíveis, trilhas demarcadas, infraestrutura turística, e presença de áreas de camping e centro de visitantes? | Há zonas com comunidades locais adjacentes à zona de amortecimento, acessíveis por estradas ou trilhas rurais, possibilitando vivência com o modo de vida local e interação entre moradores e visitantes? | Há zonas com estrutura turística comercial ou administrativa desenvolvida; intervenções visíveis, onde a presença humana é predominante, registrando-se, ainda, facilidades para alimentação, estacionamento e hospedagem? |

Fonte: BROWN *et al.* (2005); SOUZA; NORONHA-OLIVEIRA (2012); ICMBIO (2018c).

Adaptado.

A Tabela foi respondida separadamente para os cinco PN brasileiros e cinco PN norte-americanos. O ROS foi aplicado em quatro etapas, dispostas em ordem de execução na **Figura 13**.

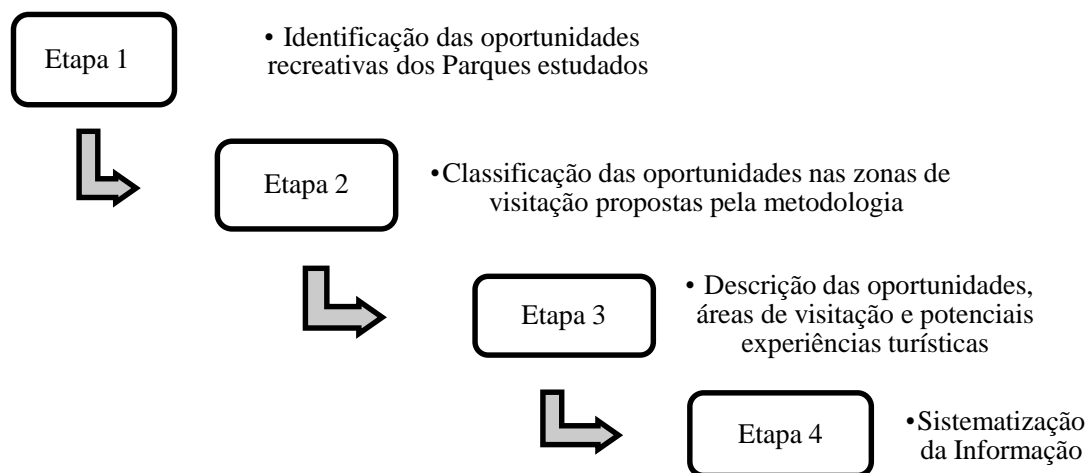


Figura 13: Etapas de Aplicação do ROS em ordem de execução
Elaborado pela autora, 2019.

A aplicação do método ROS pode ser realizada no processo de elaboração ou revisão de Planos de Manejo, na elaboração de planos de uso público ou demais instrumentos de ordenamento das atividades de visitação. Além disso, todas suas etapas oferecem referências importantes para propor quais são as classes de experiência adequadas para implantação ou manutenção dos atrativos ou áreas de visitação, permanecendo, ao mesmo tempo, fiel à estratégia de conservação e as normas de gestão do zoneamento da UC (MMA, 2002; ICMBIO, 2018).

Vale ressaltar que, a visitação pública dos PN está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da Unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento (BRASIL, 2000). É fundamental que o zoneamento defina claramente, entre outras, as áreas significativas destinadas à preservação integral da natureza, e as áreas destinadas à recreação e à educação ambiental, com trilhas de interpretação e centro de visitantes (MILANO, 2001). Dessa forma,

utilizou termos como “zoneamento” ou “zonas” de acordo com a definição do método ROS, ou seja, referem-se às classes de oportunidades propostas pela metodologia, as quais representam as áreas de visitação, a estrutura turística e os atrativos oferecidos pela unidade.

A escolha de cinco Parques em cada país, totalizando dez, deu-se pela necessidade de compreensão sobre o fenômeno estudado, no caso a visitação turística, de forma objetiva com número de informações disponíveis, sendo necessária atenção sob legislações e documentos, e pelo tempo hábil disponível para a realização da pesquisa.

Após a identificação e descrição das classes de oportunidades, a discussão da pesquisa foi conduzida pela análise crítica, integrando-se a etapa final de tratamento e interpretação dos dados. A análise interpretativa e crítica, segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 31) transmite “do ponto de vista da coerência interna”, validar os argumentos empregados no texto e trazer “profundidade e originalidade dada à análise do problema”, permitindo maior compreensão do texto ao emergir a ideia central e associar àquelas expressas na literatura com outras de conhecimento do pesquisador.

5. RESULTADOS E ANÁLISE

Este capítulo apresenta os resultados encontrados nas etapas de aplicação do ROS. Expõe-se, primeiramente, as etapas de identificação e classificação das oportunidades nas zonas de visitação (classes) propostas pela metodologia nos cinco Parques Nacionais mais visitados do Brasil e cinco mais visitados dos Estados Unidos em 2017, na seguinte ordem: Tijuca, Iguaçu, Jericoacoara, Marinho de Fernando de Noronha, Brasília, *Great Smoky Mountains*, *Grand Canyon*, *Zion*, *Rocky Mountain* e *Yosemite*.

A etapa de sistematização das informações foi elaborada em forma de Tabela, expondo as oportunidades encontradas dos Parques Nacionais estudados. Em segundo momento, discute-se a relação entre as diferentes oportunidades recreativas identificadas com as taxas de visitação turística dos PN.

5.1. IDENTIFICAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS OPORTUNIDADES RECREATIVAS DOS PARQUES NACIONAIS ESTUDADOS

Parque Nacional da Tijuca

O PN da Tijuca, localizado no Rio de Janeiro, apresenta grande infraestrutura para visitação. Em 2017, a área foi estruturada com 128 quilômetros de trilhas manejadas para o uso público e 52 km de estradas internas, além de 69 monumentos históricos (ICMBIO, 2017b). O Parque possui desde área altamente conservadas a áreas com alto grau de intervenção e utilização turística distribuídas em seus três setores Floresta, Serra da Carioca e Pedra Bonita/Pedra da Gávea.

Em 2017, o PN da Tijuca registrou alto índice de visitação turística, com 3.290.507 visitantes. O Corcovado é o principal atrativo visitado, representando 62% do total, seguido da Estrada da Vista Chinesa, com 16% e do Setor Floresta

da Tijuca, com 8% (ICMBIO, 2017b). Neste panorama, a Unidade apresenta todas as classes de experiência do ROS, atendendo a possibilidade de diversificar ao máximo as oportunidades de visitação para o destino turístico, conforme a **Tabela 11**:

Tabela 11: Identificação e classificação das Oportunidades Recreativas do Parque Nacional da Tijuca

| PARQUE NACIONAL | CLASSES DE OPORTUNIDADES | | | | |
|-----------------|--|--|---|--|---|
| | PRÍSTINA | PRIMITIVA | NATURAL | RURAL | URBANA |
| TIJUCA | <p>31 áreas de visitação (50% da área do Parque). Restritas ao uso público; isoladas; acesso difícil; sem aspectos de estrutura ou gestão. Pesquisa científica, monitoramento e fiscalização.</p> | <p>7 áreas de visitação (locais com trilhas de acesso). Locais conservados; trilhas simples; apenas indicadores de direção em trechos críticos. Há atividades de interpretação ambiental. Não há estrutura física ou edificações.</p> | <p>264 áreas de visitação. 1 Centro de Visitantes; 153 atrativos; 128 km de trilhas. Intensidade de uso turística. Trilhas e serviços desenvolvidos. Vias pavimentadas. Há sinalização indicativa e educativa.</p> | <p>3 áreas de Visitação (Locais de acesso aos bairros adjacentes ao Parque). Estradas e trilhas interligadas ao Parque. Possibilidade de interação com moradores.</p> | <p>28 áreas de Visitação (sanitários, restaurantes, lanchonetes, áreas para piquenique, estacionamento e loja de presentes). Há grande intervenção humana, com estrutura desenvolvida.</p> |

Elaborado pela autora, 2019.

Cerca de 50% do Parque, correspondentes a 31 locais, abrangem as áreas mais conservadas e restritas ao uso público, isoladas da área com fluxo turístico intensivo, classificadas como *Prístina*. O acesso é realizado por trilhas restritas. Com base nas possíveis experiências, não há, nos locais, oportunidade de encontros frequentes com outros visitantes, devido principalmente as dificuldades de acesso e isolamento. Os aspectos de gestão e infraestrutura não são desenvolvidos. É permitido pesquisa científica, monitoramento e fiscalização

ambiental, atividades de educação ambiental e formas primitivas de recreação e lazer. Não existe estruturas físicas, placas de sinalização, estrutura para trilhas ou edificações nesta área (ICMBIO; MMA, 2008).

A área de visitação classificada como Primitiva possui locais conservados, acesso por trilhas simples, não sendo permitido veículos, apenas pedestres. Há apenas indicadores de direção em trechos críticos para evitar abertura de atalhos e desvio de rotas, visando a segurança. As atividades de interpretação acontecem por meio de folhetos e recursos indiretos oferecidos no centro de visitantes, apenas. Nestas áreas há possibilidade de moderada experiência de solidão com aproximação da natureza e encontro com poucos visitantes ou grupos. Não há estrutura física desenvolvida ou edificações para realização de atividade turística. Nesta zona foram identificadas sete trilhas de acesso, com características primitivas, a atrativos com maior intensidade de uso, como a trilha de acesso à Pedra da Gávea; à Pedra Bonita; a trilha Parque Lage - Corcovado; a Cachoeira Parque Lage; a Trilha da Cachoeira dos Primatas; a Represa dos Ciganos; e a Estrada do Excelsior (ICMBIO; MMA, 2008).

As oportunidades classificadas na zona natural, correspondem a 264 áreas de visitação, sendo um centro de visitantes, 125 atrativos gerais, 19 cachoeiras, nove grutas, 41 picos, morros e platôs e 69 monumentos históricos (ICMBIO, 2017b). Há oportunidades de maior intensidade de uso, trilhas e serviços mais desenvolvidos (PARQUE NACIONAL DA TIJUCA, 2019).

O Parque possui 40 km de ruas pavimentadas, 50 km não pavimentadas, e 128 km de trilhas disponíveis em 261 segmentos para os visitantes entre os três setores. Os riscos são alertados e há sinalização com informação, distância de pontos importantes como o centro de visitantes e a entrada do Parque. As trilhas são constantemente monitoradas e possuem sinalizações educativas, interpretativas ou indicativas (ICMBIO, 2017b; ICMBIO, 2019a).

O setor Pedra Bonita e Gávea, localizado nos bairros de São Conrado, Barra da Tijuca e Alto da Boa Vista, é o menor setor do Parque, mas o local com mais atrativos de esporte de aventura e mirantes. O Parque possui estrutura para realização de vôo livre de asa delta e parapente, e a rampa da Pedra Bonita. São

duas rampas de decolagem localizadas a 517 metros, uma para asa-delta com estrutura em metal e madeira e outro natural para decolagens de parapente (ICMBIO, 2017b; PARQUE NACIONAL DA TIJUCA, 2019).

O setor Floresta possui estrutura para todos os circuitos disponíveis ao possuir fonte de água ao longo das trilhas, área de piquenique, área para exercícios físicos, banheiros e estacionamentos. Os atrativos histórico-culturais, como as Ruínas Midosi, as ruínas da antiga Fazenda do Visconde de Asseca; Ruínas do Mocke, e o Circuito do Vale Histórico, com extensão de 7,5 km, é possível conhecer as principais ruínas, fontes e monumentos do tempo das fazendas de café, como Capela Mayrink, Ruínas da Fazenda e Fonte Wallace (ICMBIO, 2017b; PARQUE NACIONAL DA TIJUCA, 2019).

Além disso, a zona natural abrange áreas de visitação com circuitos turísticos disponíveis. O Caminho das Grutas, trilha de baixo grau de dificuldade com estrutura e sinalização apropriada para atrativos como Gruta Paulo e Virginia, Gruta Belmiro, Gruta Bernardo de Oliveira e Gruta Morcegos. Há também o Circuito dos Picos, com acesso ao Pico da Tijuca, Bico do Papagaio, Tijuca Mirim, Ponte Pensil da Cova da Onça; Archer, Morro do Anhanguera, Excelsior, Pedra do Conde, Morro da Taquara, Mirante da Cascatinha, Castelos da Taquara e Cocanha (ICMBIO; MMA, 2008; ICMBIO, 2017b; PARQUE NACIONAL DA TIJUCA, 2019).

Ainda em relação as atividades, o Parque permite atividades de caminhada e corrida nas trilhas abertas à visitação (Aguilhina da Gávea, Circuito do Vale Histórico, Pedra Bonita, Trilha dos Estudantes, Trilha Transcarioca, Caminho Dom Pedro Augusto, Circuito dos picos, Pedra da Gávea, Trilha Parque Lage/Corcovado) e banho pode ser realizado nas cachoeiras das Almas, do horto, dos Primatas e Gávea, e nos atrativos Paineiras, Trilha Transcarioca e na Trilha Parque Lage/Corcovado (ICMBIO, 2017b; ICMBIO, 2019a).

As atividades de escalada, skate, ciclismo e rapel devem ser realizadas com equipamentos de segurança adequados. A escalada pode ocorrer na Aguilhina da Gávea, Cachoeira dos Primatas, Corcovado, Pedra Bonita, Pico da Tijuca, Bico do Papagaio, Caminho das Grutas, Paineiras, Pedra da Gávea;

atividade de skate, mesa do Imperador, Paineiras, Vista Chinesa; a atividade de ciclismo deve ser realizada nas duas pistas disponíveis: o Círculo da Barragem, o grau médio de dificuldade, o Circuito dos Gecos, um alto grau de dificuldade. Nos dias chuvosos, não é permitido exercer a atividade (PARQUE NACIONAL DA TIJUCA, 2019).

Os circuitos fazem parte do acesso aos atrativos Açude da Solidão, Bom Retiro, Cascatinha Taunay, Hípica, Lago das Fadas, Mirante do Excelsior, Recanto dos Pintores, Restaurante Os Esquilos, Vista Chinesa, Barracão, Capela Mayrink, Corcovado, Jardim dos Manacás, Mesa do Imperados, Paineiras, Restaurante A Floresta, Ruínas da Fazenda e Vista do Almirante. E a atividade de Rapel é permitida em dois locais do Parque: O Bico do Papagaio e Pedra da Gávea. Contemplação da vida silvestre e observação de aves pode ser realizada em qualquer local aberto para a visitação no Parque (PARQUE NACIONAL DA TIJUCA, 2019).

O PN apresenta bairros adjacentes   sua zona de amortecimento, que são interligados por estradas ou trilhas rurais permitindo acesso ao próprio Parque, sendo eles: Itanhang ; Tijuca; Jardim Bot nico; Alto da Boa Vista; Cosme Velho e Santa Tereza. Os segmentos situado no setor da Carioca, onde abrange o antigo Restaurante Carioca, Redentor (também no setor da Carioca) e Pedra Bonita (nos atrativos da Pedra Bonita/Pedra da G vea, que engloba área limitada com a zona natural do Parque) possuem trilhas adjacente aos bairros. Não há informações sobre a possibilidade de realizar atividade turística em locais no entorno do Parque, como turismo rural. Apenas há interação com moradores do entorno. O acesso ao Parque   possível por meios de transporte como carros particulares, serviços de vans, ônibus e trem (ICMBIO; MMA, 2008; ICMBIO, 2019a; PARQUE NACIONAL DA TIJUCA, 2019). Tais locais são classificados com integrantes da zona Rural, corresponde os aspectos de interação direta com os moradores do entorno, uma vez que, o Parque está localizado em zona urbana.

O Morro do Corcovado   a estrutura turística mais desenvolvida e onde há maior fluxo de pessoas. O acesso se d  por meio das vias de acesso, tanto

para pedestres e veículos, pela rodovia inaugurada na década de 1930 no bairro do Silvestre ou por meio do Trem do Corcovado, que atravessa a menor ferrovia do mundo, com 3.824 metros de comprimento. O Trem tem estação inicial no bairro do Cosme Velho e o trajeto dura 20 minutos, subindo a montanha por uma área de vegetação densa. A chegada ao pé da estátua se dá por elevador ou de escada, sem precisar de outro transporte (PARQUE NACIONAL DA TIJUCA, 2019).

Outros meios de transporte são os serviços de vans: vans Paineiras Corcovado, que conta com pontos de embarque fixos no Largo do Machado (Praça do Largo do Machado), Copacabana (Praça do Lido, na altura do posto 2), Barra da Tijuca (Shopping Cittä América) ou Paineiras (Centro de Visitantes Paineiras). O serviço de van é administrado pelo Consórcio Paneiras-Corcovado, liderado pela mesma empresa que opera as visitas ao lado brasileiro das Cataratas do Iguaçu e ao PN Marinho de Fernando de Noronha (PARQUE NACIONAL DA TIJUCA, 2019).

O centro de visitantes do PN da Tijuca centraliza o embarque de todos os que chegam por via rodoviária, tanto pelo serviço de vans ou por táxi, ônibus de turismo e carros particulares. O acesso de carro particular pode ser feito apenas até o Centro de Visitantes, onde o turista pode deixar o veículo ao longo da via, já que não há estacionamento no local. O Parque possui grande intervenção humana, com estrutura desenvolvida para fins turísticos de alimentação, hospedagem e sanitários., nove banheiros, sete Pontos de alimentação (restaurantes e lanchonetes), 11 áreas de piquenique, uma loja de presentes e, classificados na zona Urbana (ICMBIO; MMA, 2008; PARQUE NACIONAL DA TIJUCA, 2019).

Além disso, há 25 locais para estacionamento e 19 Guaritas. Há também oportunidades identificadas relacionadas a presença da gestão, como o Barracão, situado no setor Floresta da Tijuca, onde engloba a sede administrativa do Parque; Recanto dos Pintores, onde possui sanitários; água e estacionamento (ICMBIO; MMA, 2008; PARQUE NACIONAL DA TIJUCA, 2019).

Parque Nacional do Iguaçu

O PN do Iguaçu, localizado no estado do Paraná, no Brasil, 17 km do centro da cidade de Foz do Iguaçu (ICMBIO, 2018b). Registrou, em 2017, o maior número de visitantes, 1.788.922. Comparado a 2016, o turismo no Parque cresceu cerca de 15%. O PN, que tem como principal atração as Cataratas, é o segundo mais visitado do país, ficando atrás apenas do PN da Tijuca (RJ), que recebe mais de três milhões de pessoas por ano (ICMBIO, 2018b).

Com a identificação e classificação das oportunidades, foi possível visualizar que o PN oferece todas as classes propostas pelo ROS, como é apresentado na **Tabela 12**:

Tabela 12: Identificação e classificação das Oportunidades Recreativas do Parque Nacional do Iguaçu

| PARQUE NACIONAL | CLASSES DE OPORTUNIDADES | | | | |
|-----------------|---|--|--|--|---|
| | PRÍSTINA | PRIMITIVA | NATURAL | RURAL | URBANA |
| IGUAÇU | <p>3 áreas de visitação (60% da área do Parque). Destinadas a conservação sem uso turístico. Não há estruturas ou edificações. Veículos não são autorizados. Atividades apenas necessários ao apoio a unidade.</p> | <p>12 áreas de visitação (Trilhas primitivas). Permitido monitoramento, pesquisa científica, educação ambiental e visitação de baixo impacto.</p> | <p>9 áreas de visitação (1 Centro de Visitantes; 4 Trilhas Principais; 5 Atrativos). Há estrutura para turismo, trilhas desenvolvidas; alto grau de intervenção humana. Atividades turísticas permitidas.</p> | <p>4 áreas de visitação (Trilhas de acesso aos municípios adjacentes). Propriedades adjacentes à zona de amortecimento, acessíveis por estradas e trilhas rurais.</p> | <p>3 áreas de visitação (Estação da Administração, Estação Espaço Porto Canoas; e Praça de alimentação). Áreas necessárias à administração e aos serviços do Parque. Há interação entre turistas e estrutura desenvolvida.</p> |

Elaborado pela autora, 2019.

A classe *prístina* apresenta três áreas de visitação, cerca de 60% destinados a conservação sem uso turístico intensivo, com alto grau de naturalidade, acesso difícil e pouca evidência de atividades. Não há nenhuma estrutura turística ou edificações desenvolvidas, apenas eventuais que forem estritamente necessárias ao apoio às atividades permitidas e das clareiras para pouso e decolagem pré-definidas pela administração da UC. Veículos não são autorizados (ICMBIO, 2018b).

A classe primitiva apresentou 12 áreas de visitação (Cachoeira de Lindoeste; Cachoeira do Aido, Cachoeira da fazenda Colonial, Cachoeira dos Paulistas, Ilha do Coco; Ilha do Cavalo; Lagoa Encantada; Ilha do Sol; Trilha da Linha Martins, parte da Trilhas do Poço Preto, das Bananeiras e da Represa). Nestas áreas permitem-se pesquisa, monitoramento, educação ambiental e visitação de baixo impacto de forma rústica sob mínima estrutura turística. Há possibilidade de experimentar a solidão (ICMBIO, 2018b).

A Natural é constituída por um centro de visitantes, quatro trilhas e cinco atrativos. Há estrutura para visitação turística, possibilidade de interação com outros visitantes e diversas atividades em cada ponto de atração. As quatro opções de trilhas abertas à visitação com característica de alto grau de intervenção turística (Trilha das Cataratas; Trilha do Poço Preto; Trilha das Bananeiras; Trilha do Macucu Safari), possuem atividades de observação de fauna e flora, caminhada, cachoeiras (ICMBIO, 2019b).

Os turistas terão informações de guias bilíngues e há possibilidade de embarque no barco a motor ou em caiaques infláveis e serão conduzidos até o arquipélago das Ilhas Taquaras. O passeio oferece ainda a opção de visitar a Casamata, construção elevada a dez metros de altura de onde é possível ter uma vista panorâmica da beleza local (CATARATAS DO IGUAÇU, 2019).

Toda a área de visitação das Cataratas possui trilhas adjacentes, como as trilhas supracitadas, Trilha das Cataratas, Trilha das Bananeiras e Trilha do Poço Preto. Tal classe ainda abrange as áreas de visitação onde são encontradas manifestações históricas e culturais ou arqueológicas, que são

conservadas ou restauradas para atividades do público, servindo à pesquisa, à educação e ao uso científico (CATARATAS DO IGUAÇU, 2019).

Nas trilhas é permitido atividades de caminhada, observação de fauna e flora, *rafting*, rapel, ciclismo e passeio de barco e caiaque até as Cataratas. Há estrutura turística e sinalização em trilhas e atrativos, bem como para atividade de educação e interpretação ambiental. O uso de veículos motorizados é permitido para as atividades de proteção e pesquisa (aspectos onde há a presença da gestão do Parque), bem como nas áreas indicadas à visitação (ICMBIO, 2018b).

No Parque também foram identificadas propriedades privadas adjacente à zona de amortecimento, acessíveis por estradas ou trilhas rurais, onde é possível interação entre moradores e visitantes, considerada neste estudo como Classe Rural. Identificou-se, portanto, quatro porções, sendo a primeira no limite com o Município de Foz do Iguaçu, a segunda encontra-se à margem direita da estrada do Colono, sentido Serranópolis/Capanema. A terceira porção, a ilha do Keka, no rio Iguaçu. E por último, o caminho da estrada velha de Guarapuava, próxima aos municípios de Céu Azul e Santa Tereza do Oeste (ICMBIO, 2018b; ICMBIO, 2019b).

Na zona urbana foram identificadas áreas necessárias à administração, à manutenção e aos serviços do Parque, abrangendo habitações, oficinas e outros. Tais áreas foram escolhidas e controladas de forma a não conflitarem com seu caráter natural e são localizadas na periferia do PN. Esta zona se divide em duas porções da área do Parque: a primeira na Estação da Administração, onde fica a sede administrativa e a Polícia Ambiental Força Verde; e a Estação Espaço Porto Canoas, onde está o ambulatório, loja de *souvenir*; central de serviços (telefones, acesso à internet e fotografias) e a praça de alimentação, com restaurantes e lanchonetes (ICMBIO, 2018b).

Parque Nacional de Jericoacoara

O PN de Jericoacoara, situado nos municípios de Jijoca de Jericoacoara, Cruz e Camocim, no litoral oeste do estado do Ceará, no Brasil, obteve avanço significativo em relação à visitação turística. Em 2013, o Parque recebeu 100 mil turistas; em 2014, 400.400 pessoas; em 2015, com visível aumento, registrou 780 mil visitantes, índice que se manteve em 2016. Em 2017, os dados da visitação apresentaram 800 mil visitantes (ICMBIO, 2018a). A **Tabela 13** apresenta as oportunidades recreativas disponibilizadas para os visitantes.

Tabela 13: Identificação e classificação das Oportunidades Recreativas do Parque Nacional de Jericoacoara

| PARQUE NACIONAL | CLASSES DE OPORTUNIDADES | | | | |
|-----------------|--------------------------|--|---|--|--|
| | PRÍSTINA | PRIMITIVA | NATURAL | RURAL | URBANA |
| JERICOACOARA | - | <p>4 áreas de visitação. Trilhas primitivas; pesquisa e visitação com fins interpretativos e educativos; não é permitido prática de esportes náuticos. Não há instalações turísticas. Atividades devem ser realizadas a pé.</p> | <p>26 áreas de visitação (2 Setores para os Esportes de Vento; 17 Atrativos; 7 Trilhas). Não possui centro de visitantes. A área turística é dividida na porção marinha e na extensão da praia. Há sinalização. Há limite de velocidade para veículos. Uso intensivo do turismo.</p> | <p>8 áreas de visitação (Trilhas de acesso às Vilas e assentamentos adjacentes ao limite do Parque). Trilhas e estradas para moradores das vilas com acesso ao Parque; há projetos de recuperação para públicos das escolas locais.</p> | <p>4 áreas de visitação. São quatro Portarias, com guaritas para controle do acesso e registro de entrada de visitantes. Há estrutura para hospedagem e alimentação somente no entorno.</p> |

Elaborado pela autora, 2019.

Como apresentado na Tabela, não foram identificadas áreas com características da Classe *Prístina*. Por outro lado, o Parque apresenta as demais classes de oportunidades propostas pelo ROS. As quatro áreas de visitação com características primitivas, as quais correspondem às Trilhas nos setores Manguezal, Junco, Dunas Oeste, e Dunas Lestes, cerca de 29% da área do Parque, permitem pesquisa, proteção e visitação com fins interpretativos e educativos; não sendo permitido a prática de esportes náuticos (ICMBIO, 2011a; ICMBIO, 2019d).

Na Lagoa do Amâncio e nas demais lagoas adjacentes é permitido apenas atividades de banho e recreação de baixo impacto. As atividades de recreação, interpretação e sensibilização ambiental deverão ter caráter primitiva, restritos ao manguezal e Circuito das Dunas. Não existem instalações turística e de infraestrutura, com exceção das instalações necessárias para a facilitação do acesso ao caiaque previsto no manguezal. Não é permitido veículos motorizados nestes locais. As atividades de fiscalização (com presença da gestão) deve ser realizado preferencialmente a pé (ICMBIO, 2011a).

O PN de Jericoacoara apresenta locais, trilhas e atrativos correspondentes a Classe Natural, com estrutura relacionada visitação turística. Ressalta-se que o Parque não possui Centro de Visitantes, o qual está previsto para ser construído onde é a sede do Parque, na Vila de Jericoacoara. São dois Setores para esportes de vento (Exclusão *Kitesurf* Norte; Exclusão *Kitesurf* Sul), 17 atrativos (Praia da Malhada, Praia da Sereira, Riacho Doce, Praia do Serrote, Piscina da Princesa, Sofá da Princesa, Pedra do Frade, Pedra da Tartaruga, Pedra do Sapo, Gruta da princesa, Gruta encantada; Árvore da Preguiça; Lagoa dos Homens; Lagoa do Amâncio; Lagoa do “V”; Lagoas do Sossego; Duna do Lixão) e sete Trilhas (ICMBIO, 2011a; ICMBIO, 2019d).

A área turística é dividida em duas porções específicas: a área concentrada na porção marinha e a extensão da praia. Nos setores para esportes de vento, correspondentes à frente da Praia da Malhada, próxima ao cemitério da Vila, e a Duna do Pôr-do-sol, onde possuem como principal tipo de uso também a pesca, o turismo e os esportes náuticos (ICMBIO, 2011a).

As áreas identificadas para esportes de vento, são demarcadas por meio de cones, áreas para montagem dos equipamentos, forçando à redução da velocidade dos veículos. Existem placas determinando o limite de velocidade, e indicando a entrada da Vila de Mangue Seco. Apresenta a Barraca do Seu Manelinho, local de apoio para os pescadores e utilizado também pelos turistas. O local possui serviços de alimentação, caracterizando também parte da zona urbana (ICMBIO, 2011a).

Na praia do Preá, situada à leste da Vila, há trilha demarcada, considerada trilha-eixo, com o uso de balizadores de PVC. Existe sinalização para o uso da trilha, proibindo o trânsito de veículos pela faixa de praia e sinalização informativa sobre o Parque. Foi instalada a Guarita para controle do acesso e registro de entrada de visitantes. No início da trilha da Praia do Preá, existe um local demarcado para estacionamento, com sinalização indicando o início da trilha e lixeiras (ICMBIO, 2011a).

A Pedra Furada, localizada ao pé do atrativo Serrote, possui placas de alerta, proibindo a subida na pedra. Há vendedores ambulantes oferecendo alimentos e bebidas. No horário do pôr-do-sol, os ambulantes organizam os turistas para tirar fotografias. A trilha do Serrote apresenta apenas sinalização no início da trilha que sai do limite da Vila indicando a proibição do trânsito de veículos sobre o Serrote. Na Duna do Pôr-do-Sol, localizada a oeste da Vila de Jericoacoara, existe sinalização indicando a proibição do acesso de veículos motorizados urbana (ICMBIO, 2011a).

Os veículos como carros particulares e os *buggies* devem acessar pelo portal de entrada sul do Parque. As trilhas-eixo partem dos principais pontos de acesso ao Parque (portais edificadas que atuam no controle de veículos), já tradicionalmente utilizados pelos moradores e, com a chegada do turismo em massa, assumidos pelos veículos de tração, *buggies*, caminhonetes e caminhões. Com o incremento de veículos e acesso realizado sem um trajeto pré-definido, foram sendo agravados os danos ambientais (ICMBIO, 2019d; PORTAL JERICOACOARA, 2019).

Em Jericoacoara, o Parque apresenta conexão direta com as vilas do

entorno. Foram, portanto, identificados áreas de visitação com trilhas classificadas como Zona Rural. Por meio de trilhas e estradas, moradores das vilas do Preá, Guriú e Jericoacoara possuem acesso ao Parque. A Trilha da Lagoa Grande apresenta características da zona rural e urbana, uma vez que se inicia no portal de entrada sul do Parque e sua trilha-eixo permite também o acesso a vila de Jericoacoara. O setor chamado Base Serrote Norte, engloba o atrativo do Serrote em direção sul, e permite também o acesso a Vila de Jericoacoara e ao Preá (PORTAL JERICOACOARA, 2019).

Foi também identificado, nas proximidades da Vila, a área de visitação no antigo Sítio dos Coqueiros, no limite do Parque, onde ocorre atividades de cunho educativo, com ênfase nos projetos de recuperação voltado para públicos das escolas locais visitantes e moradores da Vila de Jericoacoara (ICMBIO, 2011a; PORTAL JERICOACOARA, 2019). Há também áreas de uso e conservação do patrimônio natural, os denominados setores do Farol, os assentamentos Guriú/Mangue Seco; Mangue Seco/Junco; Guarita Mangue Seco; Estrada Lagoa Grande (trajeto Lagoa Grande – Jericoacoara). Os acessos para as trilhas Mangue Seco, Preá e Serrote apresentam ambientes desenvolvidos, sem vegetação (ICMBIO, 2011a).

O Mangue Seco representa a extensão da praia a oeste do Parque e abrange em seu interior, próximo a vila de Jericoacoara, os atrativos turísticos Lagoa dos Homes e Duna do Pôr-do-sol. Os acessos ao Preá e Serrote englobam as estradas que dão acesso a vila de Jericoacoara na porção leste do Parque. Como as praias permitem acesso a Vila de Jericoacoara, os locais apresentam elevado tráfego de veículos, sendo um dos grandes problemas desta área. Os acessos ao Parque não possuem pavimentação, mas há opções de serviços de transporte. As empresas de receptivo garantem o transporte em vans e veículos de tração. Existem ônibus de linhas regulares, com saída do município de Jericoacoara (ICMBIO, 2011a; PORTAL JERICOACOARA, 2019).

A classe Urbana foi identificada a partir de áreas de visitação referentes as quatro entradas, com guaritas para controle do acesso, local onde são realizadas operações de sensibilização e registro de entrada de visitantes. A

partir de Jijoca de Jericoacoara, um dos percursos é feito por estrada não pavimentada até a Vila do Preá, onde se localiza uma das quatro entradas do Parque e distante 11 km da Vila. As entradas internas são sobre areia, sendo o acesso possível somente por veículos com tração nas quatro rodas ou *buggies*. Dentro dos limites do Parque é proibido o trânsito de veículos automotores sobre dunas fixas ou móveis (ICMBIO, 2011a).

O Plano de Manejo do Parque apresenta que, nas quatro entradas serão instaladas guaritas de controle de acesso em madeira. Integradas a paisagem natural, há painéis informativos. As trilhas também estão em projeto de recuperação, para instalação de bancos, guarda-corpos, lixeiras, quiosques, áreas de descanso e passarelas de acesso. Além disso, o plano também prevê a instalação de áreas de piquenique e infraestruturas adequadas para sanitários feminino e masculino, para o atendimento aos turistas. A estrutura para hospedagem e alimentação, com hotéis, pousadas e campings, só ocorre no entorno. Há também opções de pousadas na Lagoa de Jijoca ou Lagoa do Paraíso (próximo à entrada de Lagoa Grande), e ainda na Praia do Preá, antes da entrada no Parque (ICMBIO, 2011a).

Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha

O PN Marinho de Fernando de Noronha, no estado do Pernambuco, no Brasil, abrange 70% da ilha principal do Arquipélago Fernando de Noronha e todas as outras 21 ilhas secundárias. O arquipélago está localizado no Oceano Atlântico, a cerca de 360 km do continente (PARQUE NACIONAL MARINHO DE FERNANDO DE NORONHA, 2019). O Parque registrou 389.744 visitantes no ano de 2017 (ICMBIO, 2017a). O Parque possui todas as classes do ROS, apresentadas na **Tabela 14** possibilitando a ampla diversidade de oportunidades e experiências de visitação.

Tabela 14: Identificação e classificação das Oportunidades Recreativas do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha

| PARQUE NACIONAL | CLASSES DE OPORTUNIDADES | | | | |
|---------------------------------------|---|--|--|--|---|
| | PRÍSTINA | PRIMITIVA | NATURAL | RURAL | URBANA |
| MARINHO DE FERNANDO DE NORONHA | <p>4 Áreas de visitação. Atividades de monitoramento e pesquisas científica. O tráfego lento de embarcações, evitando perturbações ao ambiente natural. Há bóias de sinalização. Não há infraestrutura submarinas ou na parte terrestre.</p> | <p>10 Áreas de Visitação (Locais de Passeio de Barco). Atividades de fiscalização, pesquisa científica e recreação restrita na área de mar, com visitantes apenas em passeios de barco, não sendo permitido o fundeio. Não há nenhuma infraestrutura desenvolvida para atividades turísticas.</p> | <p>34 Áreas de Visitação (8 Trilhas; 19 Atrativos; 6 Sítios Históricos; 1 Centro de Visitantes). Há trilhas para atividades de caminhada, observação da vida marinha e escalada. Não há áreas de camping.</p> | <p>12 áreas de visitação (Acesso às Vilas do entorno e aos Sítios Históricos). Acesso ao entorno e possibilidade de interação entre moradores e visitantes. No arquipélago há vilas residenciais.</p> | <p>5 áreas de visitação; 102 opções de hospedagem apenas no arquipélago. Há locais de intervenção humana e estrutura desenvolvida; há sede administrativa; centro de informações com garagem, almoxarifado e estacionamento.</p> |

Elaborado pela autora, 2019.

Em relação às áreas classificadas como zona *prístina*, o Parque apresenta quatro locais, os quais são exclusivos para proteção integral dos ecossistemas e recursos energéticos (IBAMA; FUNATURA, 1990). As atividades humanas limitam-se ao monitoramento e pesquisas com fins exclusivamente científicos. Nestes locais há alta possibilidade de experimentar solidão, proximidade com a natureza e independência. O tráfego das embarcações deve ser lento, evitando perturbações ao ambiente natural. Há bóias de sinalização.

Não há infraestrutura submarinas ou na parte terrestre (PARQUE NACIONAL MARINHO DE FERNANDO DE NORONHA, 2019).

No PN, dez locais de visitação apresentam características primitivas. A zona corresponde a área da Chapada da Quixaba, na Planície Viração e Morro Branco, e ainda os topos de morros do Madeira, Boa Vista, Espinhaço, parte do morro do Curral. Na área oceânica a zona primitiva abrange a área de mar de fora, excetuando as ilhas e ilhotas, a baía de Sueste, Ponta das Caracas e a praia do Atalaia (IBAMA; FUNATURA, 1990).

São permitidas atividades humanas de fiscalização, pesquisas científicas e recreação restrita na área de mar, com visitantes apenas em passeios de barco, de passagem em embarcações, não sendo permitido o fundeio em nenhum trecho desta área. As embarcações trafegam em velocidade reduzida, e há fiscalização permanente. São proibidos pesca e porte de equipamentos dessa natureza. Não há nenhuma infraestrutura desenvolvida para atividades turísticas (PARQUE NACIONAL MARINHO DE FERNANDO DE NORONHA, 2019)

A classe natural apresenta um centro de visitantes, oito opções de trilhas, 19 atrativos e seis sítios históricos. Em cada oportunidade, oferece atividades de caminhada, observação da vida marinha e escalada (ICMBIO, 2019e; PARQUE NACIONAL MARINHO DE FERNANDO DE NORONHA, 2019).

A trilha da Baía dos Sancho, inicia na Praia da Cacimba do Padre; há duas escaladas que isolam a baía dos Porcos, e o mirante do Sancho fica localizado em escadas encravadas na fenda de um penhasco de 40 metros. Há também as trilhas da Mata da Quixaba, dos Mirantes, do Farol, esta contém 2,5 km de extensão; Ponta do Capim-Açu, a qual é possível chegar até as extremidades da ilha, onde há ruínas históricas; Pontinha Pedra Alta; trilha da Baía dos Golfinhos, que permite o acesso a baía dos golfinhos com passagem por penhasco de 70 metros, onde há possibilidade de observação dos animais; e a trilha Forte de São Joaquim, de fácil acesso, com passagem pela praia do Sueste e ilhas Cabeluda e do Chapéu (IBAMA; FUNATURA, 1990; PARQUE NACIONAL MARINHO DE FERNANDO DE NORONHA, 2019)

Os locais, como a Vila da Quixaba, ruínas dos Fortes de São Pedro do Boldró, de São José do Sueste, de Santo Antônio, de Nossa Senhora da Conceição e Parque de Sant'Ana, promovem atividades em sintonia com a preservação dos sítios históricos ou arqueológicos e manifestações culturais (IBAMA; FUNATURA, 1990).

O centro de visitantes tem estrutura desenvolvida com sala de projeção, museu, sala de exposições, salão de eventos e sala de vídeo, localizado na área do Mirante Boldró, local que em, 2011, passou por revitalização, reforma do alojamento de pesquisadores, a ampliação da sede do Parque, a construção de anexo administrativo e a manutenção de veículos. Não há áreas de camping, sendo proibido acampar nos limites do Parque (ICMBIO, 2019e).

A classe rural corresponde as 12 áreas de visitação que permitem o acesso ao entorno e possibilidade de interação entre moradores e visitantes. No arquipélago há vilas residenciais, como Vila dos Remédios, o principal centro comercial no entorno do Parque, Vila Floresta Velha, Vila Floresta Nova, Vila do Trinta, Vila do Porto, Vila do Sudeste e Vila da Quixaba. No entorno, estão também a vila do Departamento de Proteção ao Vôo da Aeronáutica, Aeroporto, Creche, Escola, Hospital, Usina Elétrica Tubarão, Usina de Tratamento d'água Piraúna, a Usina de Dessalinização, a Usina de Tratamento de Lixo e os serviços de Telefonia (IBAMA; FUNATURA, 1990).

Há prestação de serviços de alimentação, hospedagem, pousadas, agência dos correios, agências bancárias e ponto de taxi. Além disso, há atrativos disponíveis como o Forte dos Remédios, Igreja de Nossa Senhora dos Remédios e as Ruínas do antigo presídio, oferecidos diretamente pela comunidade local ou cujos serviços foram delegados. As trilhas são mais desenvolvidas para comportar o fluxo mais intenso de pessoas. Há sinalização indicativa (PARQUE NACIONAL MARINHO DE FERNANDO DE NORONHA, 2019).

A classe urbana foi identificada a partir das oportunidades e locais em relação a infraestrutura e a presença da gestão, das quais o Parque possui Sede administrativa e centro de informações com garagem, almoxarifado e

estacionamento. Os locais com estrutura turística e presença humana visível são: Ilha Rata, Trecho da Chapada Quixaba até a enseada da Caieira, Farol da Sapata, VOR e suas áreas de uso (acessos aos mirantes do Sancho, dos Golfinhos, do VOR e do Leão) (ICMBIO, 2019e).

No arquipélago, há estrutura para serviços de hospedagem, os quais atentem diversos tipos de público. Há locais caracterizados como pequenos negócios familiares, onde o visitante se hospeda na casa do morador. Há, 102 opções de hospedagem no arquipélago.

Para alimentação, o arquipélago oferece 25 opções de restaurante, quatro bares, três Pizzarias e três Lanchonetes (PARQUE NACIONAL MARINHO DE FERNANDO DE NORONHA, 2019).

Parque Nacional de Brasília

O PN de Brasília, localizado na zona urbana da capital do Brasil, Brasília, e abrange também as regiões administrativas de Brazilândia e Sobradinho, e o município de Padre Bernardo, em Goiás. A principal atração do Parque é a parte das piscinas, que se formaram a partir dos poços de água, que surgiram às margens do Córrego Acampamento, pela extração de areia feita antes da implantação de Brasília (ICMBIO, 2019c).

O Parque possui características e atributos enquadrados em todas as classes do ROS, como são apresentados na **Tabela 15**.

Tabela 15: Identificação e classificação das Oportunidades Recreativas do Parque Nacional de Brasília

| PARQUE NACIONAL | CLASSES DE OPORTUNIDADES | | | | |
|-----------------|--|---|--|--|--|
| | PRÍSTINA | PRIMITIVA | NATURAL | RURAL | URBANA |
| BRASÍLIA | <p>4 áreas de visitação. Destinados à pesquisa científica, com aprovação prévia e fiscalização. Não é permitido visitação intensiva e não há nenhuma estrutura turística.</p> | <p>15 áreas de visitação (circundantes da zona prístina). Trilhas primitivas, sendo permitido pesquisa, monitoramento, educação ambiental e visitação de baixo impacto. Estrutura turística rústica.</p> | <p>7 áreas de visitação (Centro de Visitantes; Trilhas; e Atrativos). Há práticas esportivas e atividades de interpretação, educação ambiental e recreação. Caminhadas e passeios de bicicleta são permitidos. Há áreas pavimentadas para circulação de veículos.</p> | <p>2 áreas de visitação. Estradas de acesso a municípios do entorno</p> | <p>8 áreas de visitação. Sanitários, estacionamento, restaurante, lanchonete, posto médico, bicicletário, posto de apoio e Sede Administrativa. Há estrutura turística desenvolvida, com painéis de exposições; pontos de descanso; placas de orientação e de informação; sinalização interpretativa.</p> |

Elaborado pela autora, 2019.

A zona *prístina* apresenta quatro áreas. A primeira situa-se na parte norte e nordeste onde localiza-se a Represa de Santa Maria; a segunda porção situa-se na área noroeste da Represa; a terceira área, situada a sudoeste e a quarta área compreende o trecho entre o ribeirão Bananal, a jusante do córrego Poço d'Água, e o córrego Capão Comprido. Estes locais destinam-se atividades de pesquisa científica, com aprovação prévia e fiscalização por parte da gestão da unidade. Não é permitido visitação intensiva e não há nenhuma estrutura turística (IBAMA; FUNATURA, 1998).

As áreas de visitação classificadas como primitivas correspondem as áreas circundantes a zona *prístina*. A área de maior extensão abrange os trechos

da represa de São Maria, os córregos Poço D'água, Capão Comprido e Rego, a margem esquerda do ribeirão Tortinho, incluindo os córregos Licuri, Boqueirão e Engenho da Serra, e a borda da chapada da Contagem. Além disso, localiza-se também nas nascentes do córrego Três Barras e áreas entre as nascentes dos córregos Milho Cozido, Vargem Grande, Barrinha, Barriguda e o local denominado Três Buracos. Consiste ainda das áreas ao longo do limite sudeste, prosseguindo pelo córrego Acampamento. Nestas áreas há trilhas primitivas onde permite-se pesquisa, monitoramento, educação ambiental e visitação de baixo impacto de forma rústica sob mínima estrutura turística (IBAMA; FUNATURA, 1998).

A classe natural apresenta um Centro de Visitantes, duas Trilhas abertas ao público (Cativara e Cristal-Água), duas Piscinas de Água Corrente (Areal e Pedreira), o Centro de Educação Ambiental e a Ilha de Meditação. Nas trilhas abertas à visitação, há práticas esportivas e atividades de interpretação, educação ambiental e recreação. Caminhadas e corridas a pé pode ser realizada; passeios de bicicleta somente na trilha Cristal-Água e na via pavimentada próximo as piscinas. A trilha União é destinada a *Mountain Bike*, juntamente com os circuitos da Floresta Nacional de Brasília e da Serrinha do Paranoá formando a maior trilha para a atividade do Brasil, totalizando aproximadamente 136 km de trilhas contínuas e sinalizadas. Essa zona apresenta áreas pavimentadas com circulação de veículos (ICMBIO, 2019c).

O PN está inserido na capital federal, e o acesso se dá pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento e abrange também o transporte coletivo, que parte principalmente, da rodoviária do Plano Piloto. As estradas de acesso, caracterizadas como parte da classe Rural, dizem respeito ao trecho que abrange a Via Estrutural de Taguatinga, que acessa o Plano Piloto de Brasília, o Lago Norte e a cidade de Sobradinho; a leste, compreende a cidade de Sobradinho, e ao norte, a Área de Proteção Ambiental de Cafuringa. Estima-se que as áreas do entorno do Parque abrangem cerca de 140.000 habitantes (IBAMA; FUNATURA, 1998).

Segundo o macrozoneamento do DF, definido pelo Plano de Ordenamento Territorial (Lei nº17/97), o Parque é circundado, em sua maior parte, pela Zona Rural de Uso Controlado, e pela Zona Urbana de Uso Controlado, ao norte; a malha urbana constitui Cruzeiro, Guar e Taguatinga. Por ser considerado rea Núcleo da Reserva da Biosfera criada pela Lei nº742/94, o Parque está envolvido pelas Zonas Tampão e de Transição (IBAMA; FUNATURA, 1998).

A zona urbana compõe-se pelas áreas e as respectivas vias de acesso onde estão situadas a infraestrutura de maior intervenção. O Parque possui sanitários, estacionamento, restaurante, lanchonete, posto médico, bicicletário, posto de apoio  Fiscalização e Sede Administrativa. Além disso, o Parque é estruturado e equipado em relação aos painéis de exposições locais; pontos de descanso, com bancos e abrigo, placas de orientação e de informação; sinalização interpretativa) (ICMBIO, 2019c).

Great Smoky Mountains National Park

O PN *Great Smoky Mountains*, o mais visitado desde 2007, chegando a 11 milhões em 2019 (NPS, 2019h), possui todas as classes propostas pelo ROS. A Unidade pode oferecer diversidade de oportunidades para diferentes e potenciais turistas, expostas na **Tabela 16**, uma vez que apresenta áreas para diversas atividades, preserva 160 edifícios históricos e estruturas e mantm mais de 800 km de trilhas (NPS, 2014).

Tabela 16: Identificação e classificação das Oportunidades Recreativas do Parque Nacional *Great Smoky Mountains*

| PARQUE NACIONAL | CLASSES DE OPORTUNIDADES | | | | |
|------------------------------|--|---|---|---|--|
| | PRÍSTINA | PRIMITIVA | NATURAL | RURAL | URBANA |
| GREAT SMOKY MOUNTAINS | 3 áreas de visitação. Entorno das estradas; Locais de ocorrência dos Ursos Negros; Locais destinados a pesquisa científica, porém há rigor para conseguir autorização. | 1 área de visitação (Parque de acampamentos de Cavalos). Não há manejo direto, instalações e estrutura. Apresenta pequenos e primitivos acampamentos, acessível para veículos e oferece atividades com cavalos. | 32 áreas de visitação (3 Centro de Visitantes; 1 Centro de Informações; 3 Parques de Camping; 25 opções de trilhas). É permitido atividades como ciclismo, pescaria, caminhada, cavalgada, passeios em prédios históricos e observação da vida selvagem. Há estrutura turística e vias pavimentadas. | 11 áreas de visitação (Acesso às 9 comunidades do entorno; 1 Reserva Indígena e 1 Distrito Histórico. Comunidades no entorno, acessíveis por estradas ou trilhas, sendo possível a interação com moradores para vivenciar o estilo de vida local. | 20 áreas de visitação. Locais para alimentação, transporte e hospedagem; Estações de carregamento de veículos elétricos; e 4 centros de informações. Há estrutura turística, comercial e administrativa, com intervenções visíveis e presença humana. |

Elaborado pela autora, 2019.

A identificação da zona *prístina* foi realizada em acordo com a oferta de atrativos e áreas de visitação que abrange três áreas específicas: os locais de ocorrências do Ursos Negros, os locais de pesquisa científica e o entorno de estradas existentes dentro do Parque (NPS, 2014).

Nos locais de ocorrência dos Ursos, há estrutura de gestão e segurança para lidar com a proximidade dos visitantes. Durante os meses do verão, algumas áreas mais movimentadas fecham às 20 horas, e guardas florestais e

voluntários patrulham o Parque reforçando a proteção dos visitantes. No período de hibernação dos ursos algumas áreas são fechadas evitando a proximidade de turistas. Nos 384 km de estradas, sendo a maior parte pavimentada e outras de cascalho, é permitido passeio com veículos sob velocidades em média de 50 Km/h. Há locais destinados a pesquisa científica, porém há rigor para conseguir autorização. O Serviço de Parques Norte-Americano possui o Sistema de Permissão e Relatórios de Pesquisa (RPRS), o qual concede autorização para a realização de pesquisa no Parque (NPS, 2014).

O Parque apresenta uma área de visitação que se enquadra na classe primitiva, como o Acampamento "*Horse Camps*", onde não há instalações e estrutura. O local apresenta pequenos e primitivos acampamentos, acessível para veículos e oferece atividades com cavalos. Nestas áreas há possibilidade de solidão com aproximação da natureza e encontro com poucos visitantes ou grupos (NPS, 2016; NPS, 2019b).

A classe natural apresenta três centros de visitantes, um centro de informações, três Parques de Camping e 25 opções de trilhas. O mapa turístico presente em um dos documentos oficiais do Parque apresenta pontos destaques de acordo com seus centros de visitantes. Diferente dos Parques brasileiros, os norte-americanos possuem mais de um centro de visitantes. Os centros de visitantes identificados pertencem a classe natural, ou seja, onde há estrutura turística (NPS, 2019b).

Na área do Centro de Visitantes de *Sugarlands* há programas especiais liderados pelos guardas florestais e exibição de filmes gratuitos sobre a história do Parque. A estrutura contém livraria, loja de souvenirs, banheiros, escritório e máquinas de refrigerantes e água. O centro de visitantes do setor *Cades Cove* é indicado para iniciar a vista pelo Parque. Há programas especiais com guardas florestais e exposições internas e externas sobre a cultura na região. Há livraria, lojas e banheiros públicos (NPS, 2019b).

O centro de visitantes de *Oconaluftee* há exposições da história cultural, programas liderados por guardas florestais e conduzidos sazonalmente, livraria, lojas, banheiros públicos, máquinas de refrigerantes e água. O adjacente

Mountain Farm Museum contém uma coleção de estruturas incluindo uma fazenda, celeiro e outros. Por fim, o centro de visitantes *Clingmans Dome* possui informações sobre o Parque, livraria, loja e banheiros públicos (NPS, 2016; NPS, 2019b).

O Parque é dividido em alguns setores. O setor *Cades Cove* é um vale amplo e um dos destinos mais visitados do *Great Smoky*. Ele oferece as principais oportunidades para a contemplação da vida selvagem (com avistamentos de ursos negros, coiotes, porcos, perus, guaxinins, gambás, entre outros) e a observação de aves. A visita por tal área engloba uma via de mão única com cerca de 18 km de extensão, com a possibilidade de trânsito de veículos (durante o dia, apenas) e bicicletas (nas quartas-feiras e sábados, apenas) e caminhadas pelas trilhas (NPS, 2014; NPS, 2016).

O *Great Smoky Mountains* oferece 25 trilhas, com diferentes características para diversos públicos e diversas atividades como ciclismo, pescaria, caminhada, cavalgada, passeios em cachoeiras e prédios históricos, e observação da vida selvagem. É comum também a realização de visitas autoguiadas, uma vez que o Parque possui estrutura avançada de sinalização e placas informativas. Oferece também estrutura para acampamento por meio dos Parques de Campings localizados nos setores *Cades Cove*, *Elkmont* e *Smokemont*. Há estrutura turística e vias pavimentadas. São quatro, com características diferenciadas para a demanda potencial, sendo três com características da classe natural (NPS, 2014).

O Parque de Camping *Backcountry* é destinado a mochileiros, por possuir trilhas adjacente com maiores distâncias e em locais selvagens. O *Frontcountry* é destinado a famílias ou grupos pequenos, e possui estacionamento, banheiros com água fria e sanitários. Há churrasqueiras e mesas para piquenique. O *Campground* é o local ideal para grandes grupos e é próximo do *Frontcountry* (NPS, 2014). Foram identificadas também as oportunidades histórico-culturais pertencentes a classe natural, como os Moinhos históricos, que fornecem demonstrações sobre a moagem de farinha de milho (NPS, 2019b).

O Parque possui comunidades no entorno, acessíveis por estradas ou trilhas, sendo possível a interação com moradores para vivenciar o estilo de vida local. No estado da Carolina do Norte, o Parque apresenta em seus limites os condados de *Graham* e *Haywood*, e as cidades de *Bryson*, *Fontana*, *Maggie Valley* e *Waynesville*. Nesta região, hotéis, restaurantes, postos de gasolina, mercearias e outras oportunidades. No estado do Tennessee, o Parque apresenta em seus limites as cidades de *Gatlinburg*, *Pigeon Forge*, *Sevierville* e *Townsend*. Há também no entorno do *Great Smoky* a comunidade *Cosby*, com a população de 5.201 habitantes, que se abastece do turismo da região, por possuir hotéis, chalés e restaurantes de estilo campestre (NPS, 2016; NPS, 2019b).

Outra variante considerável, é que nos limites do Parque, próximo ao Centro de Visitantes *Oconaluftee*, fica o Limite *Qualla*, reserva indígena *Cherokee*. A parte principal fica ao sul do Parque, se estendendo para o condado de *Haywood*, e as regiões de *Marble*, *Hiawassee* e *Hanging Dog*, no condado de *Cherokee* e a comunidade *Snowbird*, em *Graham County*, ambas na Carolina do Norte. No condado de *Cherokee*, os visitantes podem interagir com o estilo de vida local, podendo conhecer o artesanato, as histórias e a cultura. Há oportunidades de visitação com o Museu do Índio *Cherokee*, Escola de Arte e Artesanato de *Qualla*, Jardim Botânico, Trilha da Natureza, entre outros (NPS, 2016; NPS, 2019b).

Há também o distrito histórico de *Elkmont* que abriga a comunidade pioneira dos Apalaches, uma cidade madeireira e alguns resorts. Engloba o Parque de Camping, estação dos guardas florestais e o Distrito Histórico, mantido pelo *Great Smoky Mountains National Park*. Existe hotéis, casas e estruturas históricas mantidas e preservadas. Há 18 propriedades associadas ao Clube Apalache, e preservadas pelo Serviço de Parques Nacionais. Quatro estão abertos à visitação turística, e é possível que o público caminhe, por meio das trilhas *Jakes Creed* e *Little River*, onde estão os locais mais remotos da região (NPS, 2016; NPS, 2019b).

O *Great Smoky Mountains* oferece estrutura turística, comercial e administrativa, com intervenções visíveis e presença humana. Registra-se, ainda, facilidades para veículos, alimentação e hospedagem. O serviço de alimentação está disponível em diversos locais do Parque, como nos setores de camping, onde há lanchonetes e lojas, nos centros de visitantes, nas estações de cavalgada, e em 11 áreas destinadas a piqueniques. Há também a possibilidade de encontrar mantimentos e itens de conveniência e higiene pessoal, por exemplo, nos centros de visitantes e nos acampamentos. Na região, as comunidades oferecem serviços de hospedagem e alimentação (NPS, 2019b).

A estrutura turística do Parque contém diversos locais com instalações e programas acessíveis a todo tipo de público. Além disso, existem quatro centros de informações fora do Parque, nas comunidades de *Gatlinburg*, *Sevierville* e *Townsend* (NPS, 2019b).

Grand Canyon National Park

O PN *Grand Canyon* possui dois setores, o “*South Rim*”, ou Margem Sul, que está aberto o ano inteiro para visitantes e de onde é possível ter acesso ao *Desert View*, *Hermits Rest* e do *Grand Canyon Village*, e o “*North Rim*”, ou Margem Norte, que é menos acessível e fica fechado para visitação durante o inverno do hemisfério norte, entre maio a outubro (NPS, 2017b; NPS, 2017c).

O Parque apresenta atributos enquadrados em todas as classes de oportunidades propostas pelo ROS, como   apresentado na **Tabela 17**.

Tabela 17: Identificação e classificação das Oportunidades Recreativas do Parque Nacional *Grand Canyon*

| PARQUE NACIONAL | CLASSES DE OPORTUNIDADES | | | | |
|---------------------|--|--|---|--|--|
| | PRÍSTINA | PRIMITIVA | NATURAL | RURAL | URBANA |
| GRAND CANYON | 9 áreas de visitação. (Rotas “Wild” e Áreas de Pesquisa). Não há nenhum acesso ou trilha demarcada. | 4 áreas de visitação (Trilhas primitivas). Trilhas com características naturais e não pavimentadas. | 21 áreas de visitação (3 Centros de Visitantes; 1 Museu; 1 Centro de Informações; 11 trilhas; Desert View). O Parque possui várias estradas, que permitem acesso de veículos para diversos atrativos. Há sinalização com informações sobre as trilhas. | 2 áreas de visitação (Desert View Drive e acesso ao Grand Canyon Village) Grand Canyon Village (complexo diferenciado com atrativos, atividades e centro de transporte). | 7 áreas de visitação. Centro de Informações; sanitários, estacionamento, áreas para piqueniques e acesso a trilhas; hospedagem e restaurantes; <u>Grand Canyon Lodge;</u> <u>Grand Canyon Village</u> |

Elaborado pela autora, 2019.

O Parque possui área de visitação, denominadas “*Wild*”, onde não há nenhum acesso ou trilha demarcada, e o caminho deve ser desenvolvido minimamente pelo usuário, sem deixar rastros. Além disso, há também oito áreas de pesquisa (NPS, 2004; NPS, 2019a). Classifica-se como zona *prístina*.

As oportunidades primitivas identificadas ocorrem apenas no setor Norte, onde há trilhas com características naturais e não pavimentadas: *Transept Trail*, *Uncle Jim Trail*, *Old Bright Angel Trail*, *North Kaibah Trail* (14 km de trilha e a única que leva até o Rio Colorado). Essas áreas não são desenvolvidas, e oferecem oportunidades para solidão, recreação primitiva e nenhuma influência do mundo moderno. A trilha *Widforss* possui estrada de terra e permite veículo, e apresenta trecho de trilha primitiva, natural (parte desenvolvida para turismo

com um dos centros de visitantes do Parque e camping) e urbana (hospedagem) (NPS, 2007).

As oportunidades identificadas como integrantes da classe Natural, na Margem Sul apresentam dois centros de visitantes (o principal, do *Grand Canyon* e o *Verkamp*), o museu de Geologia *Yavapi* (entre o Centro de Visitantes principal e o Grand Canyon Village), o Estúdio de Fotografia *Kolb*, o Centro de Informações, o *Desert View*, as Ruínas e Museu de *Tusayan*. É possível alugar uma bicicleta ou contratar guias para realizar trilhas. Os Centros de Visitantes do Parque abrangem também serviços urbanos e turísticos mais desenvolvidos, como estacionamento e pontos de ônibus (NPS, 2018b; NPS, 2019a). O Grand Canyon oferece 11 opções de trilhas pavimentadas.

Na margem norte, o centro de visitantes fica fechado no inverno, geralmente de dezembro a maio. Há proximidade do *Grand Canyon Village*, na margem sul, uma estrutura desenvolvida para o turismo e serviços urbanos. Nas trilhas não são exigidas autorizações para caminhadas diárias, apenas em caso de passeios noturnos ou camping. A margem sul do Parque apresenta maior índice de visitação, principalmente por permanecer aberta durante todo o ano. O acesso é fácil, e está a 450 km de Las Vegas, 100 km de Williams, 135 km de Flagstaff (NPS, 2004; NPS, 2018b).

No *Grand Canyon*, as trilhas abertas para visitação apresentam oportunidades recreativas no trajeto, como postos de apoio ao turista, centro de visitantes, conexões para outros atrativos e outras trilhas e acesso a áreas de estacionamento. Há sinalização com informações sobre a duração da caminhada, extensão da trilha e nível de dificuldade de acesso. O Parque possui também várias estradas, que permitem acesso de veículos para diversos atrativos. Não são exigidas autorizações para caminhadas diárias, apenas em caso de passeios noturnos ou camping (NPS, 2018b; NPS, 2019a).

A Trilha *Bright Angel Point*, por exemplo, inicia-se na área do estacionamento e Centro de Visitantes, e apresenta atrativos com banheiros e postos de água. Outro trecho da trilha, com caminhada difícil, não há postos de água. É permitido também passeios de mula. Algumas trilhas do PN possuem

marcadores e painéis interpretativos com a história natural da área. Inicia-se no lado sudeste da área de estacionamento do Cape Royal. A *Roosevelt Point Trail* é uma trilha curta, de apenas 20 minutos de caminhada, oferecendo acesso à vista dos cânions. A *Cape Final* possui cerca de sete km de ida e volta; duas horas de caminhada a pé da área de estacionamento até o *Cape Final*. A *Rim Trail*, começa no *Kolb Studio* na área do *Grand Canyon Village* e continua por quase 19 km até a parada final. A caminhada apresenta os mirantes mais visitados, e há pontos de ônibus ao longo da rota (NPS, 2004; NPS, 2017c; NPS, 2017b).

O Parque oferece também trilhas íngremes, para um público específico. A *South Kaibab*, inicia-se ao sul de *Yaki Point*, por meio da estrada *Yaki Point*, e tem o percurso de 12 km. O acesso ao início da trilha pode ser feito por ônibus. Não há postos de água durante o percurso. Já a trilha *Hermit*, oferece caminhadas mais difíceis e não há postos de água. Semelhante a ela, a *Grandview Trail*, considerada muito íngreme, oferece condições mais difíceis que outras trilhas do Parque. Começa pela *Desert View Drive*. Ambas exigem botas de caminhada próprias (NPS, 2004).

O *Desert View* é um dos atrativos oficiais da margem sul, localizado a 42 km do *Grand Canyon Village*, ao longo da estrada *Desert View Drive*, pela entrada leste do Parque. Há mirantes e a Torre de Vigia do Deserto. O atrativo oferece diversas oportunidades da classe natural, como as áreas para camping (Há um total de 50 acampamentos no *Desert View Campground*), e da classe urbana, com serviços de alimentação, livraria, loja de Presentes, posto comercial para compras, lanchonete, postos de combustível automático e banheiros (NPS, 2017a).

Nas Ruínas e Museu *Tusayan* há uma caminhada curta em torno da pequena aldeia ancestral de *Puebloan*, onde as pessoas viviam e cultivavam cerca de 800 anos atrás. Há uma livraria, área para piquenique e banheiros (NPS, 2004).

O Parque apresenta estrutura diferenciada em relação a prática do turismo. O chamado *Grand Canyon Village*, que apresenta características de alto

grau de intervenção humana, é um complexo diferenciado com atrativos, atividades e centro de transporte na borda sul do Parque, que se localiza dentro da área do Parque e possui cerca de dois mil habitantes locais. É considerado parte da classe rural por abranger uma aldeia desenvolvida exclusivamente para o turismo, onde os moradores prestam serviços para os visitantes do Parque. Dentro da *Grand Canyon Village*, existem três áreas principais de interesse: o centro de visitantes, *Mather Point* (com quatro estacionamentos e pontos de ônibus para outros atrativos do Parque); o *Market Plaza* (centro comercial com lojas, banco e agência dos Correios); e o Distrito Histórico (com lojas e estação ferroviária) (NPS, 2019a).

Como oportunidade da classe urbana, há o Centro de Informações “*Backcountry*” (a 18 km do Centro de Visitantes) com sanitários, estacionamento, áreas para piqueniques e acesso a diversas trilhas, como a *Roosevelt Point Trail*, *Cape Royal Trail* e trilha curta para a aldeia de *Puebloan*. Na margem norte, há também oportunidades de hospedagem e restaurantes, na *Kailab Lodge*, e na *North Rim Country Store*, que possui loja de conveniência e posto de gasolina. Ambos localizados a 30 km do Centro de Visitantes da margem norte. A pousada Jacob Lake, localiza-se a 72 km do Centro de Visitantes da margem norte e oferece restaurantes, loja de presentes e posto de gasolina (NPS, 2017b).

O *Grand Canyon Lodge* é o complexo de hotéis e cabanas em *Bright Angel Point*, na Margem Norte do *Grand Canyon*. Foi projetado para receber os turistas do Parque. Além dele, há o Grand Hotel, localizado no *Grand Canyon Village*, e engloba inúmeras atrativos (NPS, 2018b; NPS, 2019a).

No *Grand Canyon Village* existem edifícios, marcos nacionais, empresas locais e o centro histórico, que fazem parte da estrutura turística do Parque. O Village foi desenvolvido pelo Serviço de Parques Nacionais, e é considerado o maior planejamento urbano do sistema de Parques dos Estados Unidos. O Parque possui estrutura turística que abrange postos de gasolina e inúmeras opções de hospedagem dentro do Parque e no entorno (NPS, 2019a).

Zion National Park

O PN *Zion*, o terceiro mais visitado nos Estados Unidos em 2017, representando o aumento de 60% na visitação desde 2007 (NPS, 2017f), apresenta características que se enquadram em todas as classes de oportunidades propostas pelo ROS, apresentadas na **Tabela 18**.

Tabela 18: Identificação e classificação das Oportunidades Recreativas do Parque Nacional *Zion*

| PARQUE NACIONAL | CLASSES DE OPORTUNIDADES | | | | |
|-----------------|--|---|--|--|---|
| | PRÍSTINA | PRIMITIVA | NATURAL | RURAL | URBANA |
| ZION | <p>1 área de visitação (Zion Wilderness) Destina-se a preservação, não sendo permitido visitação turística, apenas pesquisa científica. Dificuldades de acesso e isolamento..</p> | <p>2 áreas de visitação (Zion Wilderness – Backpacking ; Timber Creek Overlook Trail). Trilhas simples, com número limitado de pessoas. Há locais para acampamento, de maneira primitiva</p> | <p>24 áreas de visitação (2 Centros de Visitantes; 1 Museu; 3 Áreas de Camping; 18 trilhas). Há locais onde é permitido a entrada de animais domésticos. Há áreas para piquenique, banheiros e água potável. Há trilhas com acessos e trajetos fáceis, intermediários e difíceis.</p> | <p>1 área de visitação. Estrada Sul - Acesso a Cidade de Springdale (cinco km de extensão). Há interação com moradores para vivenciar o estilo de vida local, a partir, principalmente das galerias de arte, fotografia e artesanato.</p> | <p>4 áreas de visitação com estrutura desenvolvida para fins turísticos, alimentação, estacionamento, hospedagem e sanitários. O <u>Zion Lodge</u> (inúmeros serviços turísticos, localizado ao norte da Scenic Drive do Zion Canion, possui hospedagem, lojas de presentes, correios e alimentação)</p> |

Elaborado pela autora, 2019.

A classe Prístina apresenta uma área de visitação, denominada “*Zion Wilderness*”, onde destina-se a preservação, não sendo permitido visitação turística, apenas pesquisa científica (NPS, 2018c). Com base nas possíveis

experiências, não há, nos locais, oportunidade de encontros frequentes com outros visitantes, devido principalmente as dificuldades de acesso e isolamento. Os aspectos de gestão e infraestrutura não são desenvolvidos (BROWN *et al.*, 2005).

A classe primitiva se apresenta próxima as áreas de zona *prístina*. Como parte da área “*Zion Wilderness*”, há a área denominada “*Backpacking*”, oportunidade primitiva que oferece 90 km de trilhas, com possibilidade de solidão e encontro com número restrito de visitantes. Há locais para acampamento, de maneira primitiva, não sendo permitido deixar rastros pelas trilhas. Para esses locais, é necessário adquirir as “Licenças de Natureza Selvagem”, sendo emitida no centro de visitantes e reservadas com três meses de antecedência. Além disso, parte dos cânions são designados “*Wilderness*” pelo plano de gestão do Parque, sendo protegidos de maneira primitiva. As caminhadas permitem a oportunidade de solidão e cenário deserto. A fim de manter o caráter “selvagem” e as condições naturais da área, na trilha *Timber Creek Overlook* só é autorizado grupo de 12 pessoas. Outra parte corresponde ao uso turístico mais desenvolvido, com centro de visitantes (NPS, 2013b; NPS, 2018c; NPS, 2018d).

A classe natural apresenta dois Centros de Visitantes, um Museu de História Humana, três áreas de Camping e 18 opções de trilhas. O Parque tem estrutura voltada para as possui duas atrativos principais: o *Kolob Canyon* e o *Zion Canyon* (NPS, 2013; NPS, 2010). As três áreas para camping, o *Watchman Campground* (178 áreas para armar barraca, sendo duas acessíveis para cadeirantes) e o *South Campground* (possui 117 áreas para armar a barraca, sendo três acessíveis para cadeirantes), aceitam reservas apenas durante os meses de fevereiro até o final de novembro; o *Lava Point Campground* está aberto sazonalmente e fica a cerca de 1 hora de carro do *Zion Canyon*, na *Kolob Terrace Road* (NPS, 2013b; NPS, 2018c; NPS, 2018d).

No *South Campground* é permitido a entrada de animais domésticos. Há áreas para piquenique, banheiros e água potável. O *Lava Point Campground* possui seis acampamentos primitivas, com banheiros, lixeiras, mas sem água (NPS, 2013b; NPS, 2019j).

O Parque possui 18 opções diversificadas de trilhas, com acessos e trajetos fáceis, intermediários e difíceis. Há opções para animais domésticos e cavalgadas. As mais visitadas são *Angels Landing* e *The Narrows*. O Zion permite atividade de ciclismo (na triha Pa'rus e na *Zion Canyon Scenic Drive*; os ônibus possuem bicicletários), camping, canionismo, escalada, caminhadas, cavalgadas ou passeios à cavalo, observação do pôr do sol e de estrelas, observação de aves, observação da vida selvagem (NPS, 2018a).

São diversas trilhas, com características para diferentes públicos. A *Pa'rus Trail*: Trilha de fácil pavimentada acesso e locomoção, com cerca de 6 km de extensão. Permite animais domésticos. Cadeiras de rodas podem precisar de assistência. A *Riverside Walk*, localizada no *Templo do Sinawava*, possui 3,5 km de extensão, e cadeiras de rodas podem precisar de assistência. A *Lower Emerald Pool*, também pavimentada próxima ao *Zion Lodge*, com menos de dois km de extensão. A trilha *The Grotto*, também localizada no *Zion Lodge*, é ideal para observação da vida selvagem, com 1,6 km de extensão (NPS, 2018c, NPS, 2019j).

A *Watchman Trail*, inicia-se no centro de visitantes *Zion Canyon*, e possui 4,3 km de extensão, termina na Torre de Virginia, parte inferior do *Zion Canyon* e da cidade de Springdale. A *Sand Bench Trail*, localizada no *Zion Lodge*, é adequada para cavalgada. A *Upper Emerald Pool Trail*, localizada no *Zion Lodge*, tem 1,6 km; a *Kayenta Trail*, localizada no atrativo *The Grotto*, possui 3,2 km de extensão; a *Canyon Overlook Trail*, possui cerca de dois km de extensão e estacionamento; a *Timber Creek Overlook Trail*, na estrada "Kolob Canyons", possui 1,6 km; a *Hidden Canyon Trail*, localizada no *Weeping Rock*, possui 3,9 km de extensão; o *Observation Point via East Rim Trail*, localizado no *Weeping Rock* possui cerca de 13 km de extensão; e o *The Narrows via Riverside Wald*, localizado no *Temple of Sinawava* possui 15 km de extensão (NPS, 2018a, NPS, 2019j).

A *Archeology Trail*, é íngreme, mas curta, com apenas 0,6 km de extensão. Inicia-se ao lado da entrada do centro de visitantes *Zion Canyon*, contornando os edifícios históricos. Assim como a *Weeping Rock Trail*, curta

extensão e íngreme, com 0,6 km de extensão. A *Angels Landing* via *West Rim Trail*, possui acesso difícil e trilha íngreme, com cerca de nove km de extensão. O PN Zion também oferece trilhas com limitação de pessoas, como a *Taylor Creek Trail*, localizada na estrada “*Kolob Canyons*”, com nove km de extensão; e a *Kolob Arch* via *La Verkin Creek Trail*, localizada na *Kolob Canyons Road* e possui 22,5 km de extensão. Ambas limitam-se a 12 pessoas por visita (NPS, 2010; NPS, 2018a; NPS, 2019j).

O PN Zion possui a cidade de *Springdale* localizada na entrada sul do Parque e tem cinco km de extensão, apenas uma rua. Há oportunidades de interação com moradores para vivenciar o estilo de vida local, a partir, principalmente das galerias de arte, fotografia e artesanato. A galeria *David J. West* apresenta a seleção de fotografia de paisagem regional; a *Worthington*, uma das mais antigas do estado de Utah, apresenta o trabalho de mais de 20 artistas locais, com trabalhos com cerâmica e pinturas; a galeria *Zion*, apresenta também arte local, incluindo escultura, fotografia, pinturas, tapetes, móveis artesanais, jóias, cerâmica, cabaças, metal, madeira e tambores; e a *Galeria LaFave*, que conta com o trabalho de mais de 20 artistas da área, incluindo esculturas, pinturas, jóias, fotografias, vidro, madeira e móveis artesanais. *Springdale* oferece ainda hospedagem, restaurantes, centro de informações para visitantes e lojas (NPS, 2019j).

Em relação a classe urbana do PN Zion, apresenta quatro áreas com intervenção humana e estrutura desenvolvida para fins turísticos de alimentação, estacionamento, hospedagem e sanitários. O *Zion Lodge* é a principal oportunidade com inúmeros serviços turísticos, localizado ao norte da *Scenic Drive* do *Zion Canyon*, possui hospedagem, lojas de presentes, correios e alimentação. O Parque também apresenta o *Red Rock Grill Dining Room*, restaurante aberto todo o ano, e o *Castle Dome Café*, ambos no *Zion Lodge*, e aberto sazonalmente. Fora do Parque, há alojamentos disponíveis nas cidades vizinhas de *Springdale*, *Rockville*, *MT. Carmel Junction*, *Hurricane*, *St. George* e *Kanab*, e outras estruturas para o turista, como o *Zion Canyon Visitors Bureau*,

o Conselho de Turismo de *East Zion* e o Escritório do Visitante da Área *St. George* (NPS, 2019j).

Rocky Mountain National Park

Em relação ao PN *Rocky Mountains*, identificou-se as cinco classes de oportunidades propostas pelo ROS. Em 2017, o total de 4.437.215 visitas registradas no Parque, tornaram-no o 4º Parque nacional mais visitado sistema de Parques nacionais dos Estados Unidos (NPS, 2013a). As oportunidades recreativas identificadas no Parque estão expostas na **Tabela 19**.

Tabela 19: Identificação e classificação das Oportunidades Recreativas do Parque Nacional *Rocky Mountains*

| PARQUE NACIONAL | CLASSES DE OPORTUNIDADES | | | | |
|------------------------|---|--|--|---|---|
| | PRÍSTINA | PRIMITIVA | NATURAL | RURAL | URBANA |
| ROCKY MOUNTAINS | 3 áreas de visitação (Specimen Mountain, West Creek e Paradise Park). Pesquisa científica, acesso restrito e nenhuma estrutura turística. Não há estruturas físicas, placas de sinalização turística ou edificações nestas áreas | 4 áreas de visitação (Bear Lake, Wild Basin, Longs Peak, Agnes-Vaille). Permite-se visitação de baixo impacto. As três primitivas dão acesso ao Agnes-Vaille. | 142 áreas de visitação (5 Áreas de Camping; 5 Centros de Visitantes; 1 Centro de Informações; 1 Museu Histórico; 130 trilhas). Atividades recreativas, programas de educação ambiental e passeios a cavalo. | 4 áreas de visitação. Trilhas com estrutura turística de apoio a duas estradas (Trail Ridge Road e a Old Fall River Road), oferecem acesso as regiões mais altas e aos municípios do entono (Grand Lake e Estes Park). | 19 áreas de visitação (1 Restaurante; 18 áreas de piquenique). Ao contrário dos outros PN norte-americanos estudados, o Rocky Mountain não possui hotéis ou pousadas, apenas áreas de camping. |

Elaborado pela autora, 2019.

O PN apresenta três áreas destinadas à pesquisa científica, com acesso restrito e nenhuma estrutura turística, classificadas então, como zona *prístina*. Não há possibilidade de encontro com muitos visitantes devido ao isolamento das áreas e a restrição quanto ao seu uso. No contexto instalações, não apresentam estruturas físicas, placas de sinalização turística ou edificações nesta área. As porções denominadas *Specimen Mountain*, *West Creek* e *Paradise Park* estão localizadas nas áreas mais remotas do Parque, e foram estabelecidas pelo Programa Biológico Internacional para fins científicos e educacionais (NPS, 2001).

A zona primitiva apresenta três locais com as trilhas *Bear Lake*, *Wild Basin* e *Longs Peak*, porém com acesso simples. Não é permitido veículos, apenas pedestres e não há estrutura física desenvolvida ou edificações para a realização de atividade turística, mas permite-se visitação de baixo impacto. As três primitivas dão acesso ao *Agnes-Vaille*, um dos atrativos mais populares do Parque. A estrutura constitui-se de trilhas, não sendo permitido veículos, apenas pedestres. Há apenas indicadores de direção em trechos críticos para evitar abertura de atalhos e desvio de rotas, visando a segurança. As atividades de interpretação acontecem por meio de folhetos e recursos indiretos oferecidos no centro de visitantes, apenas (NPS, 1976; NPS, 2019g).

A classe natural apresenta cinco Centro de Visitantes, cinco Áreas de Camping, um Centro de Informações *Sheep Lakes* (lado oeste), um Museu Histórico *Holzwarth* (Lado Oeste) e cerca de 130 trilhas destinadas ao uso público. Quatro, dos cinco centros de visitantes oferecem informação sobre as inúmeras oportunidades recreativas que existem no *Rocky Mountain*, licenças para acampamentos, exposições, livraria e as atividades que são lideradas pelos guardas florestais. Há também oportunidades educacionais. São eles: *Beaver Meadows*, *Alpine*, *Fall River* e *Kawuneeche*. O *Moraine Park Discovery Center*, localiza-se na estrada do *Bear Lake*, e possui trilha natural e exposições interativas. Há também o Centro de Informações *Sheep Lakes* que apresenta programas com os guardas florestais; e o Museu Histórico de *Holzwarth*, local construído em 1920, com exposições e acervo sobre a região (NPS, 2019g).

O Parque possui cinco áreas de camping, as quais estão abertos para barracas ou veículos. O *Aspenglen Campground* possui 52 áreas para armar barraca, sendo alguns mais isolados, há banheiros primitivos e não há chuveiros; o *Glacier Basin Campground*, possui 150 áreas para armar barracas; o *Longs Peak Campground* é pequeno, e com altitude elevada, cerca de 3000 metros, possui banheiros, água potável e 26 áreas para armar barraca; *Moraine Park Campground* possui 244 áreas para barracas; e *Timber Creek Campground*, possui 98 áreas para armar barraca, há banheiros e água potável (NPS, 2019g). Os atrativos do Parque oferecem oportunidades de realização de atividades recreativas, tais como caminhadas, passeios panorâmicos, observação da vida selvagem, pesca, programas de educação ambiental liderados pelos guardas florestais e passeios a cavalo.

O Rocky Mountain oferece mais de 130 opções de trilhas, ao longo de 482 km², entre elas, as trilhas do *Bear Lake*, *Fall River*, *Kawuneeche Valley*, *Longs Peak*, *Lumpy Ridge* e *Wild Basin*. O *Rocky Mountain*, possui duas comunidades de entrada: a cidade de Estes Park, a leste, e a cidade de Grand Lake, a oeste, e mais de 355 quilômetros de trilhas, disponíveis para diversas atividades. A Trilha *Sugarlands Valley Nature* no PN, por exemplo, é a trilha acessível possibilitada por uma parceria público-privada localizada na *Newfound Gap Road*, ao sul do Centro de Visitantes *Sugarlands*. Há, por exemplo, realização de atividades, como exposições interpretativas e históricas localizadas ao longo da trilha pavimentada (NPS, 2019g).

A trilha *Cove Mountain*, também no Parque, permite a contemplação e observação da vida selvagem. Possui uma via pavimentada com cerca de 14 km de extensão. O trajeto intercala-se com a trilha *Laura Falls*, onde há subida íngreme e a possibilidade de avistar a floresta e a vida selvagem (NPS, 2019g; ROCKY MOUNTAIN NATIONAL PARK, 2019).

Para realização de caminhadas, o Parque possui 355 km de trilhas. Os passeios variam à beira dos lagos e a subidas mais íngremes. Nos centros de visitantes há informações sobre as trilhas apropriadas para cada público e os níveis de condicionamento físico e experiência. Os passeios panorâmicos

possuem estrutura rodoviária aos visitantes com acesso as regiões mais altas do *Rocky Mountain*, por meio de duas estradas: a *Trail Ridge Road* e a *Old Fall River Road* (ROCKY MOUNTAIN NATIONAL PARK, 2019).

No PN algumas trilhas possuem características que se enquadram na classe rural. A estrutura turística detém do apoio de duas estradas localizadas na extensão do Parque, a *Trail Ridge Road* e a *Old Fall River Road*, ambas oferecem aos visitantes acesso as regiões mais altas do *Rocky Mountain*. Além disso, o Parque possui duas comunidades de entrada: a cidade de *Estes Park*, a leste, e a cidade de *Grand Lake*, a oeste, e inúmeras trilhas disponíveis (ROCKY MOUNTAIN NATIONAL PARK, 2019).

A *Ridge Road* é uma estrada que percorre o Parque desde o *Grand Lake*, no lado leste, até o *Estes Park*, no lado oeste, e oferece atividades de observação da vida selvagem. A atividade de pesca esportiva pode ser realizada nos lagos e riachos, sob licença do estado do Colorado. Os passeios a cavalo ocorrem nos estábulos *Glacier Creek* e *Moraine Park* (ROCKY MOUNTAIN NATIONAL PARK, 2019).

Ao contrário dos outros PN norte-americanos estudados, o Rocky Mountain não possui hotéis ou pousadas, apenas áreas de camping. Adjacente a zona de amortecimento, há as Florestas Nacionais, *Arapahoe* e *Roosevelt*, as quais também oferecem atividades recreativas. Além disso, as cidades de *Grand Lake* e *Estes Park* nas margens do Parque oferecem serviços de hospedagem e alimentação (NPS, 2019g).

Em relação aos serviços de alimentação, o Parque oferece um restaurante. A loja *Trail Ridge* oferece café, bar, próximo ao centro de visitantes *Alpine*, ao longo da trilha *Ridge Road*. Não há mercearias, apenas itens de alimentação e bebidas disponíveis nos centros de visitantes. Restaurantes e mercearias podem ser encontrados nas comunidades locais de *Grand Lake* e *Estes Park*. Além disso, o Parque oferece 18 áreas de piquenique, com mesas, banheiros e churrasqueira (NPS, 2019g).

Yosemite National Park

O PN *Yosemite*, localizado no estado da Califórnia, nos EUA, cobre a área de 3.081 km de extensão. Suas atrações são populares, principalmente o Vale de *Yosemite*, local do Parque que mais recebe visitantes (NPS, 2019i). Identificou-se que o Parque apresenta quatro classes de oportunidades, conforme a **Tabela 20**. O Parque não possui atributos que se enquadram na classe Prístina.

Tabela 20: Identificação e classificação das Oportunidades Recreativas do Parque Nacional *Yosemite*

| PARQUE NACIONAL | CLASSES DE OPORTUNIDADES | | | | |
|-----------------|--------------------------|--|---|---|---|
| | PRÍSTINA | PRIMITIVA | NATURAL | RURAL | URBANA |
| YOSEMITE | - | 2 áreas de visitação (Trilha Half Dome e John Muir). A autorização para realizar atividades nas trilhas primitivas, exigidas durante todo o ano, e para pernoitar no Parque, enquanto realiza-se o trajeto pelas trilhas. Há limite no número de pessoas. | 22 áreas de visitação (3 Centros de Visitantes; 1 Centro da Permissões Wilderness; 1 Museu; 1 Centro Natural e de Arte; 1 Centro de Conservação; 1 Centro de História de Yosemite; 1 Hill's Studio; 13 áreas de camping) | 4 áreas de visitação (Yosemite Valley; Wawona Bosque Mariposa; Tuolumme Meadows; e Tioga Road) - possuem comunidades particulares que oferecem práticas de turismo. | 15 áreas de visitação (loais de hospedagem, serviços de alimentação, áreas para piquenique e sanitários) |

Elaborado pela autora, 2019.

O PN apresenta os atributos relacionados a classe primitiva, onde há áreas de visitação com alto grau de naturalidade, pouca evidência de atividades

humanas e encontros pouco frequentes com outros visitantes. O acesso se dá trilhas, porém, não demarcadas; há pouca infraestrutura; existe oportunidade para experimentar solidão (NPS, 1977; NPS, 2019i).

Nesta zona, o Parque oferece duas trilhas primitivas, que necessitam autorização, a *Half Dome* e a *John Muir*. A autorização para realizar as atividades consideradas “*Wilderness*”, nas trilhas primitivas, são exigidas durante todo o ano, e também para pernoitar no Parque, enquanto realiza-se o trajeto pelas trilhas. Há limite no número de pessoas, e as reservas devem ser realizadas com antecedência (NPS, 2019i).

A zona natural oferece três centros de visitantes e 13 áreas para camping, entre outras oportunidades, divididas nos três setores principais destinados ao turismo: o “*Yosemite Valley*” (Um Centro de Visitantes; Um Centro da Permissões *Wilderness*; Um Museu; Um Centro Natural e de Arte; Um Centro de Conservação; Cemitério *Yosemite*); o “*Wawona - Bosque Mariposa*” (Um Centro de Visitantes; Centro Pioneiro de História de *Yosemite*; *Hill's Studio*; Cemitério *Wawona*) e o “*Tuolumme Meadows*” (Um Centro de Visitantes; *Parsons Memorial Lodge*; *Soda Springs*) (NPS, 1977; NPS, 2019i).

O Vale de *Yosemite* é a região censo-designada⁵ e estruturada para o turismo que faz parte do Parque, sendo sua atração principal. A área contém atributos da classe natural (centro de visitantes, áreas para acampamento), rural (acesso por estradas) e urbana (estacionamento, restaurantes). O acesso é possível por carros e ônibus, e há estacionamento no *Yosemite Village*, no *Half Dome Village* (antigo *Curry Village*) e perto de *Yosemite Falls*. No Vale há algumas oportunidades recreativas, como o Centro de Visitantes *Valley*, aberto todo o ano, com balcão de informações, livraria e salão de exposições; e o Centro *Valley Wilderness*, que oferece as permissões para acessar as trilhas

⁵ Região censo-designada é uma área determinada pelo governo dos Estados Unidos, onde possuem comunidades, sejam urbanas ou rurais, que não possuem governo próprio - sendo governadas diretamente pelos condados onde estão localizadas.

primitivas, mapas, guias, e informações para planejamento da viagem com mínimo impacto (NPS, 2019i).

O museu *Yosemite*, ao lado do centro de visitantes, oferece exposições sobre a história e cultura do povo nativo da região e galeria de arte aberta todo o ano. Além disso, há também o Centro Natural de Arte *Happy Isles*, projetado para famílias, oferecendo exposições de história natural interativas e oficinas de arte; e o Centro do Patrimônio da Conservação de Yosemite, primeiro centro de informações aberto ao público, com biblioteca e diversos programas de educação ambiental (NPS, 1977).

No setor *Wawona* - Bosque Mariposa, há centro de Visitantes; Centro Pioneiro de História de *Yosemite*; *Hill's Studio*; Cemitério *Wawona*. O acesso é realizado pela *Wawona Road* (a continuação da *Highway 41* dentro do Parque), a 45 minutos do *Yosemite Valley*. O *Wawona* é acessível de carro o ano todo e pode ser acessado também por ônibus, por meio da *Yosemite Area Regional Transportation* (YARTS), que fornece transporte público para *Wawona*, o qual opera entre Fresno e o Vale de *Yosemite* (NPS, 2019i).

Na região há o Centro de Visitantes *Wawona*, aberto de maio a outubro, com balcão de informações da equipe de guardas florestais e exposições de arte. São permitidas diversas atividades como arte e fotografia, observação de aves, pesca, golfe, caminhadas, equitação, piqueniques, entre outras. O acesso pode ser realizado por carros pela *Tioga Road*, estrada aberta de maio a novembro, dependendo das condições. O estacionamento é limitado ao longo da estrada e em *Tuolumne Meadows* não há postos de combustíveis. Por ônibus, as empresas *Amtrak* e *Yarts*, fornecem transporte público (NPS, 2019i).

O setor "*Tuolumne Meadows*" possui o centro de visitantes, com balcão de informações, livraria e exposições com informações sobre a geologia, biodiversidade e história da área. O Centro *Wilderness Tuolumne Meadows*, aberto entre maio e outubro oferece as permissões de vida selvagens, mapas, guias e informações sobre planejamento das viagens. O *Memorial Parsons Lodge*, oferece opções e atividades turísticas e recreativas (se enquadrando na classe natural) e o alojamento e estacionamento próximos ao Centro de

Visitantes (se enquadrando também na classe urbana). São permitidas atividades de observação de aves, pesca, caminhadas, piqueniques, campings e atividades aquáticas (NPS, 1977; NPS, 2019i).

Yosemite possui 13 acampamentos, sendo dez acessíveis para trailers e veículos. Sendo eles: *Upper Pines*, *Lower Pines*, *North Pines*, *Camp 4*, localizados no *Yosemite Valley*; *Wawona* e *Bridalveí Creek*, ao sul do Vale; *Hodgdon Meadow*, *Crane Flat*, *Tamarack Flat*, *White Wolf*, *Yosemite Creek*, *Porcupine Flat* e *Tuolumne Meadows* (NPS, 1977; NPS, 2019i).

Os atributos da classe rural foram também observados nos três setores principais do Parque: “*Yosemite Valley*”, o “*Wawona - Bosque Mariposa*” e o “*Tuolumne Meadows*”, uma vez que possuem comunidades particulares que oferecem práticas de turismo. Além disso, a Tioga Road é a estrada que permite o percurso e visão panorâmicos do setor de *Tuolumne Meadows*. Como parte também da zona adjacente ao Parque, a comunidade de Mariposa permite a interação com moradores para vivenciar o estilo de vida local, a partir, principalmente relacionadas as excursões e exposições históricas, culturais e gastronômicas, e as museus e centros históricos abertos para turistas, como o Museu de Mineração e Minérios do Estado da Califórnia e o Centro Histórico e Museu de Mariposa (NPS, 2019i).

Em relação a classe urbana do PN Yosemite, foi identificado opções de hospedagem, serviços de alimentação, áreas de piquenique, banheiros e estacionamentos. As sete opções de hospedagem no Parque variam entre as simples cabanas no *High Sierra Camps* até os quartos luxuosos em *The Majestic Yosemite Hotel*. Há também diversas áreas de piquenique, que possuem mesas, sanitários, depósitos de lixo e recipientes para reciclagem. Além disso, o Parque oferece vários restaurantes ao longo do *Yosemite Valley*, e sazonalmente em *Wawona*, *Yosemite Ski* e *Snowboard Area* (antigo Badger Pass), *Glacier Point*, *White Wolf* e *Tuolumne Meadows*. Mantimentos estão disponíveis durante todo o ano em *Yosemite Valley*, *Wawona*, *Crane Flat* e *El Portal*, e sazonalmente em *Tuolumne Meadows* (NPS, 1977; NPS, 2019i).

5.2. RELAÇÃO ENTRE AS DIFERENTES OPORTUNIDADES OFERECIDAS E AS TAXAS DE VISITAÇÃO TURÍSTICA

O aumento constante da prática do turismo e recreação nas AP, e em especial, nos PN está diretamente relacionado ao que é disponibilizado para o visitante (MENEGUEL; ETCHEBEHERE, 2011; CANTO-SILVA; SILVA, 2017). Nos EUA, ao longo dos anos o avanço no número de turistas expandiu significativamente. Em 2011, o Parque Nacional de *Yellowstone* injetou na economia regional US\$ 333 milhões e deu suporte a 5.041 empregos. Em 2011, aproximadamente 280 milhões de turistas visitaram os 400 Parques Nacionais dos Estados Unidos, gerando cerca de US\$ 30 bilhões em atividade econômica e 252 mil empregos (MTUR, 2014).

O que parecia inexpressivo nos anos de 1960, com cerca de 70 milhões de pessoas visitando áreas protegidas, fez com em 2017, o NPS registrasse aproximadamente mais de três trilhões de visitas nos Parques ao longo de anos de funcionamento do órgão (NPS, 2019c). Os cinco PN mais visitados dos EUA no ano de 2017, objeto de estudo deste trabalho, mantiveram-se no ranking de visitas no ano anterior, em 2016 e no ano seguinte, em 2018, oscilando apenas em relação a posição. O *Great Smoky Mountains National Park* é o Parque mais visitado desde 2007, recebendo cerca de 11 milhões de visitantes por ano (NPS, 2019h).

O NPS informou que recebeu mais de 331 milhões de visitas em 2016 - quebrando todos os recordes anteriores - durante seu centenário. Nos últimos três rankings divulgados, os PN *Great Smoky Mountains* e o *Grand Canyon* permaneceram, respectivamente, em primeiro e em segundo lugar em número de visitas. O *Zion, Rocky Mountain* e *Yosemite* revezaram o terceiro, quarto e quinto lugares em 2016 e 2017. Em 2018, o PN de *Yellowstone* surgiu em quinto lugar, subindo de posição no ranking dos anos anteriores (NPS, 2019h)

No Brasil, a visitação em UC também cresceu significativamente entre de 2007 a 2017, as quais refletiram no total de 51.225.904 pessoas frequentando os PN, sendo esta década em que o ICMBIO empenhou-se para coletar e

sistematizar os dados referentes ao número de visitas nos Parques Nacionais (SOUZA *et al.*, 2017; MMA, 2019). Além disso, o Parque Nacional da Tijuca (RJ) e do Iguaçu (PR), registraram maior número de visitas, o que concentram cerca de 70% do total da visitação (BOTELHO, 2018). Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2019), em 2018, os PN apresentaram aumento de cerca de 6% na visitação, um total de 12,4 milhões de pessoas.

Segundo alguns autores encontrados na literatura (TAKAHASHI, 2004; BROWN *et al.*, 2005; COELHO, 2015; ICMBIO, 2018), as pessoas passaram a frequentar as áreas naturais ou Parques em busca de mudança no modo de vida, buscando contribuir com o meio ambiente e ao mesmo tempo encontrar alternativas de lazer, uma vez que as populações, as atividades econômicas, as interações sociais e culturais, bem como os impactos ambientais e sociais estão cada vez mais concentrados nos aglomerados urbanos. As motivações dos visitantes em regiões turísticas são despertadas por meio de ambientes e cenários que supram necessidades e desejos pessoais.

Para Souza (2016), o turismo é importante serviço prestado pelas AP e pode ser inventariado de maneira sistemática para apoiar a análise econômica e da demanda, que, por sua vez, são ferramentas importantes para quantificar a importância dos serviços ecossistêmicos. A estruturação da Unidade de conservação para as atividades de uso público permite criar inúmeras oportunidades, como negócios nos serviços de hospedagem, alimentação, aquisição de lembranças e artesanatos locais e geração de postos de trabalho para guias ou condutores de visitantes, em trilhas e outras atividades recreativas e turísticas (ICMBIO, 2018c).

Compreendendo a importância e necessidade de adoção de métodos que sustente o controle da capacidade de suporte, os limites aceitáveis de visitantes no ambiente, o estabelecimento de estrutura adequada e equipamentos para a realização das atividades e monitoramento da atividade turística (FONTOURA, SIMIQUELI, 2006; PECCATIELLO, 2007), este trabalho traz a aplicação do ROS como ferramenta importante de organização do uso turístico nos PN.

A ferramenta ROS é pautada na proposta de diversidade de experiências e possibilidades, desde a zona *prístina* a urbana. Os resultados corroboram os estudos realizados anteriormente (TOEWS, 1999; WALLACE, 2002; SOUZA; NORONHA-OLIVEIRA, 2012; LEE *et al.*, 2013; BIRKEMOSE, 2015), os quais demonstraram que a utilização do ROS, estabelecendo classes de visitação, potencializa o planejamento e a gestão adequada definindo regras e normas para cada zona. O zoneamento proposto pela ferramenta é fundamental por permitir maximizar a oferta das oportunidades, direcionar cada tipo de público para aquilo que mais lhe interessa e garantir que o turismo se mantenha responsável.

Utilizar o ROS para projetos e estudos de uso público pode antecipar soluções para efeitos negativos e contribuir em vários níveis de administração, tais como, fornecer base de dados atuais sobre aspectos turísticos e recreativos da área, permitir planejar futuras oportunidades de recreação, ser útil para descrever e compreender condições adequadas a cada ambiente (LEE *et al.*, 2013).

O uso público é ferramenta importante de conservação. A presença do visitante na Unidade ampara o monitoramento das atividades e auxilia para inibir práticas ilícitas que por ventura possam ocorrer. Além disso, possibilita também o contato com os ambientes naturais, visando compreender a importância da conservação e criar vínculos com as áreas. Sensibilizados, os visitantes se apropriam desses locais e podem se transformar em aliados e defensores da conservação da natureza (ICMBIO, 2018c).

A partir da problemática central, a qual indaga se os PN mais visitados são os que oferecem mais oportunidades recreativas, o estudo destaca, primeiramente que, as taxas de visitação dos PN dos Estados Unidos são mais altas que dos PN brasileiros, uma vez que a soma nos cinco PN norte-americanos estudados representa cerca de cinco vezes mais visitantes que a soma dos cinco PN brasileiros. Todavia, os dois PN brasileiros mais visitados, Tijuca e Iguaçu, representam 78% do total de visitantes dos PN brasileiros

estudados, sendo que os outros três PN do ranking representa juntos cerca de 22%.

Ao aplicar o ROS, foi possível identificar que, dos cinco PN brasileiros estudados, há o espectro de cinco classes de oportunidades em quatro e ausência da classe *Prístina* no PN de Jericoacoara, o terceiro mais visitado do Brasil. Nos Estados Unidos, quatro PN oferecem o espectro de cinco classes de recreação, e o PN *Yosemite* também não possui a classe *Prístina*. Fato que determina o zoneamento recreativo para diferentes tipos de públicos e demonstra clara tendência de que os Parques mais visitados possuem, de fato, mais oportunidades disponíveis.

Dessa forma, existe relação entre o número de oportunidades recreativas oferecidas e o número de visitantes que o Parque passa a receber, confirmando o pressuposto desta pesquisa e o objetivo central do ROS, os quais indicam que se há diferentes oportunidades recreativas disponíveis para os visitantes, há mais visitantes, tanto em relação aos Parques brasileiros quanto aos norte-americanos (BROWN *et al.*, 2005).

Segundo Ormsby *et al.* (2004) a implementação da estrutura do ROS demanda delinear as características de cada área de visitação, para definir atividades apropriadas e compreender suas relações com os impactos. Ao definir a experiência potencial é possível desenvolver planos de gestão para refletir e preservar as oportunidades.

A importância do ROS no presente trabalho reforça os resultados encontrados no estudo realizado na *Reserva Nacional Nonguén, Región del Biobío*, no Chile (HEINS, 2017). Na busca pela otimização da gestão sustentável e uso público na Reserva, a definição do espectro de oportunidades a partir da aplicação do ROS, propiciou na melhoria da experiência do visitante ao identificar os principais problemas da área, como por exemplo, a diminuição da qualidade da experiência turística. Ao estabelecer zonas de gestão, os gestores recuperaram a conectividade entre a proteção dos recursos e as oportunidades turísticas.

Conforme Pires e Rugine (2018), a qualidade da visita nos Parques

Nacionais é influenciada pela percepção do visitante sobre o local. Alguns turistas preferem determinadas facilidades modernas e urbanizadas, enquanto outros preferem locais com condições simples e primitivas. Conhecer o tipo de turista que frequenta cada local é fundamental. Além do fato que, cada área pode receber inúmeros turistas, cada um com características e desejos próprios, e diferentes entre si. Compreender cada expectativa permite melhorar a qualidade da experiência, uma vez que possibilita adequar a gestão ao tipo de uso e ao perfil do visitante que a área recebe (BROWN *et al.*, 2005).

Todos os modelos e traduções do ROS estudados neste trabalho constataam que visitantes não procuram apenas por uma atividade específica, mas buscam ambientes e experiências diversificadas a fim de suprir suas expectativas. Segundo alguns estudos (BROWN *et al.*, 1978; CLARK; STANKEY, 1979; TAKAHASHI, 2004; BROWN *et al.*, 2005; ICMBIO, 2011b; COELHO, 2015; ICMBIO, 2018), de acordo com os atributos da metodologia ROS não existe um “visitante típico”, com perfil médio, implicando na necessidade de oferecer diferentes oportunidades e ambientes para satisfazer uma demanda de públicos diversificada. Neste sentido, cada ambiente, dentro da área protegida, é apto da combinação de diversas experiências, para diferentes tipos de visitantes. O espectro favorece essa diversidade a um nível adequado de proteção e utilização dos recursos e atrações turísticas. Todos os PN estudados possuem diversidade de experiências para turistas potenciais com suas diferentes expectativas.

Os PN brasileiros estudados possuem áreas de visitação que se enquadram em quatro, das cinco classes de oportunidades propostas pelo ROS, determinando um zoneamento recreativo para diferentes tipos de públicos. Dos cinco PN mais visitados do Brasil, quatro apresentam áreas de visitação correspondentes à classe *prístina*, apenas um não a contém (PN de Jericoacoara). Locais com características semelhantes em relação a reservar zona específicas para a conservação com o mínimo de intervenção e permitindo principalmente atividades de pesquisa científica.

Nas zonas primitivas, as instalações, trilhas e sinalização são simples. A classe natural apresentou áreas com evidência de atividades humanas mais intensivas. Há interação com usuários, e a possibilidade de experimentar atividades em contato com a natureza. As áreas de observação da vida selvagem, podem, por exemplo, apresentar estrutura para portadores de necessidades especiais. Em relação a classificação da zona rural, todos os Parques estudados apresentam características relacionadas principalmente ao acesso e a interação entre moradores do entorno e visitantes, com a possibilidade de realização de turismo rural e conhecimento do modo de vida local.

Observou-se que, apesar de três PN brasileiros estarem inseridos na zona urbana, não há informações disponíveis sobre a realização de atividades de turismo rural ou cultural no entorno. Por outro lado, em todos os PN brasileiros estudados as áreas de visitação classificadas como integrantes da zona rural, apresentam ambiente rústico e substancialmente modificado com evidência da presença humana e alteração dos recursos. As trilhas e instalações se harmonizam com o ambiente urbano do entorno, e há estrutura de segurança e sinalização.

A classe urbana, identificada nos cinco PN brasileiros estudados, representa a experiência de visitação em locais com menor naturalidade do ambiente, que possibilita a interação constante com outros visitantes, a ampla acessibilidade, o conforto e a praticidade. Há também opções para alimentação, como restaurantes e lanchonetes, e apenas áreas de camping para pernoite, não havendo hotéis dentro da área do Parque. No PN de Jericoacoara e Marinho de Fernando de Noronha há opções de hospedagem e alimentação apenas no entorno.

Nos PN mais visitados dos Estados Unidos, foi possível identificar que, de cinco, quatro apresentam áreas de visitação correspondentes à classe *prístina*. Observou-se que, todos os Parques possuem áreas de visitação classificadas como primitivas, com instalações, trilhas e sinalização são simples. Além disso, os resultados mostraram que, em relação às opções disponíveis e a extensão

das trilhas, os Parques norte-americanos possuem mais e com maiores extensões. De modo geral, os PN dos EUA possuem mais opções e estrutura distribuída em toda a área do Parque, como, a ocorrência de mais de um centro de visitantes e postos de informações.

A caracterização da zona rural nos PN dos EUA indica locais de acesso e a possibilidade de turismo rural, havendo interação entre moradores e turistas devido as comunidades do entorno serem administradas com o foco no turismo. O Grand Canyon Village, um complexo diferenciado com atrativos, atividades e centro de transporte na borda sul do Parque, funciona com a movimentação turística do PN. Há gestão mais efetiva dessa classe por ser parte adjacente da zona de amortecimento dos Parques.

Em todos os Parques norte-americanos estudados, as áreas de visitação, correspondentes a Classe de Oportunidades Urbana, apresentam locais com alto grau de intervenção, e serviços turísticos como transporte, alimentação, hospedagem, etc. Em quatro, dos cinco PN norte-americanos estudados, existe hotéis e pousadas dentro da área do Parque, e diversas opções para alimentação. O PN Rocky Mountain não possui hotéis ou pousadas, apenas áreas de camping. É comum também encontrar instalações públicas de luz, água e esgoto, e edificações estruturadas para o turismo como pontos de informação turística. Há facilidade de acesso por possuir vias pavimentadas.

Atrelada ao aumento da demanda turística está a expectativa dos visitantes pela qualidade do atendimento e serviços, e a satisfação de suas experiências (PIRES, RUGINE, 2018). A diversidade de experiências possibilita maximizar a escolha por um ambiente que atenda e satisfaça suas expectativas e motivações. Se a demanda não estiver de acordo com o que a área oferece, o local pode sofrer impactos de maneira descontrolada (TAKAHASHI; CEGANA, 2005; EISENLOHR *et al.*, 2013; SIMONETTI; NASCIMENTO, 2013).

Sob esta perspectiva, a pesquisa realizada por Birkemose (2015) no *Fulufjället National Park*, na Suécia, mostrou que a relação entre as oportunidades disponíveis e as expectativas - e em consequência a satisfação, dos visitantes sob a área, uma vez que encontram as especificidades que

desejam visitar, propiciou melhores experiências, permitindo direcionar o visitante para aquilo que prefere. Portanto, o ROS se mostrou ferramenta essencial de gestão que permite lidar com demandas diferentes de forma que garanta a satisfação de todos os visitantes em relação aos seus desejos de recreação.

Sustentando também o estudo de Wallace (2002), realizado no PN de Galápagos, a organização das oportunidades recreativas possibilita o sucesso das estratégias de gestão ao priorizar o sistema de zonas e concentrar nos impactos causados nas áreas com turismo mais intensivo. Inventariar as classes de oportunidades, detalhando cada aspecto, permite visualizar todas áreas, e conseqüentemente descrever o tipo de potencial experiência turística e gerir possíveis ameaças e efeitos (BROWN *et al.*, 2005).

O estudo realizado por Souza (2016), sobre a classificação de áreas de recreação, demanda turística e análises de impacto econômico das Áreas Federais Protegidas no Brasil, trouxe, em seus resultados, a importância da organização do usos, atributos e características da área na escolha do visitante. Segundo tal autor, o ROS tem utilidade prática para melhorar a eficácia na gestão das UC que já recebem visitantes e avaliar a atratividade do turismo para novas UCs. Além disso, são úteis para as comunidades e pequenas empresas localizadas nas áreas adjacentes, uma vez que a previsão adequada da demanda de visitantes fornece suporte para atividades turísticas.

A importância do ROS nos resultados citados reforça o estudo de Coelho *et al.* (2011) ao demonstrar que o estabelecimento de zonas de recreação também em outras categorias de UC auxilia o planejamento e gestão da visitação. Definir normas de uso para cada local, delimitando regras de acesso e utilização, permitiu contribuir par a conservação na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Fazenda Cabeceira do Prata – Jardim (MS).

É importante destacar que, além de poder ser aplicado em qualquer Categoria de Manejo, não somente em Parques, que possibilite a visitação turística, o ROS é fundamental para regulamentar o uso público e o Plano de Manejo da unidade. Segundo dados do CNUC (2019), o Brasil possui 468

Unidades da categoria Parque em todas as esferas, sendo 74 Nacionais, 22 Estaduais e 172 Municipais. Destes, 187 possuem o documento, cerca de 39,9%. Dos 74 PN brasileiros, 43 o possuem (58,1%).

A falta do plano de gestão ou sua desatualização torna a Unidade susceptível aos impactos negativos diversos, principalmente causados pelo turismo descontrolado e irresponsável. Segundo Souza e Noronha-Oliveira (2012), o documento é vital e deve abranger o zoneamento turístico que possibilite o diálogo entre oferta de atrativos e a potencial demanda turística.

Segundo a Lei do SNUC, as UC devem dispor de Plano de Manejo, o qual inclua a área da unidade, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. Além disso, o Plano de Manejo da UC deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação (BRASIL, 2000).

Apesar do aperfeiçoamento dos processos de criação de planos de gestão, os quais foram expressos a partir da elaboração de roteiros metodológicos, como o Roteiro Metodológico para o Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto (IBAMA, 1996); o Roteiro Metodológico de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica (MMA, 2002); o Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação com Enfoque na Experiência do Visitante e na Proteção dos Recursos Naturais e Culturais. (ICMBIO, 2011b), e, Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais (ICMBIO; MMA, 2018), a implementação do documento permanece instável, principalmente relacionadas as dificuldades no cumprimento da elaboração e revisão do Plano no período determinado por Lei (SIMAS-PEREIRA, 2009).

Os Planos de Manejo são ainda instrumentos engessados, precários, que não assumem o potencial dinâmico para o qual foram criados, fato associado ao baixo número de UC sem Plano, o que permite afirmar que ainda não são amplamente utilizados como instrumento de gestão. Essa circunstância é comprovada pelo extenso período das revisões dos Planos de Manejo, que

ultrapassaram mais de 20 anos sem atualização (SIMAS-PEREIRA, 2009; SANTOS, 2016).

Santos (2016) e Simas-Pereira (2009) ao estudarem a efetividade dos planos de gestão em Parques, ambos diagnosticaram que existem obstáculos consideráveis em relação ao atraso na elaboração após a criação da unidade; ausência do monitoramento; condições financeiras, de pessoal e estruturais insuficientes para implementar propostas; inconsistências institucionais; conflitos com populações locais; capacitação inadequada das equipes. Apesar das limitações, os planos trazem importantes benefícios, incluindo conhecimento sobre seus atributos, atrativos e locais de visitação potencial, orienta es para desenvolver a es de gestão, entre outros.

Em outro panorama, o estudo fortalece ainda a importância da estrutura física oferecida para os visitantes. A quantidade de instala es e a estrutura oferecida são fatores chaves no espectro de oportunidades, uma vez que, ajuda a atender às necessidades, motivos e preferências dos turistas (CLARK; STANKEY, 1979). Além disso, aspectos como a estrutura de acesso e de transporte são essenciais para a escolha e experiência do visitante no local (PERRY *et al.*, 2015; XIAO *et al.*, 2017).

Deste modo, os achados do presente estudo também demonstraram que os PN brasileiros que assumem as primeiras posi es do ranking de visita o são os que oferecem uma estrutura diferenciada. O Parque Nacional da Tijuca, o mais visitado no Brasil, em 2017, com infraestrutura desenvolvida para visita o. Em 2017, a área foi estruturada com 128 quil metros de trilhas manejadas para o uso público e 52 km de estradas internas, além de 69 monumentos históricos (ICMBIO, 2017b). O Parque apresenta desde área altamente conservadas a áreas com alto grau de interven o e utiliza o turística distribuídas em seus três setores Floresta, Serra da Carioca e Pedra Bonita/Pedra da Gávea.

O Parque Nacional do Iguaçu, o segundo do ranking de visita o, possui estrutura desenvolvida para a realiza o de atividades. O Parque conta com serviços turísticos e recreativos, manifesta es históricas e culturais ou

arqueológicas, diversas atividades para o público e estrutura desenvolvida para alimentação, transporte e apoio ao turista (CATARATAS DO IGUAÇU, 2019).

O PN *Great Smoky Mountains*, o mais visitado desde 2007 nos EUA, apresenta diversidade de oportunidades para diferentes turistas, com áreas para diversas atividades, preserva 160 edifícios históricos e estruturas e mantém mais de 800 km de trilhas (NPS, 2019h; NPS, 2014).

Segundo os estudos de Perry *et al.* (2015) e Xiao *et al.* (2017), a estrutura de acesso e as estradas, por exemplo, podem ser significativas na diversidade de visitantes. Em Parques altamente visitados, tais fatores possibilitam a diversidade de padrões e indicadores para a gestão da experiência do visitante. Áreas com alta concentração de recursos turísticos disponíveis e diversos mecanismos de acesso e transporte podem influenciar a variedade de usos e densidade de visitantes. Colaborando com a ideia de que, áreas com mais diversidade de atrativos e atividades, ou seja, de oportunidades, influenciam, significativamente, a quantidade de visitantes que a área passa a receber.

Segundo o ICMBio (2018c), é fundamental considerar zonas devido ao nível de intervenção possível pelos visitantes em cada classe de experiência. Todas as UC estão aptas a diversas experiências de visitação, as quais devem ser compatíveis com as zonas de gestão. Para alcançar alto nível de visitação é fundamental oferecer um espectro de oportunidades para diferentes experiências, sendo que cada oportunidade possui características específicas, que despertam o interesse dos turistas. Conforme o ROS, cada região turística pode ter diferentes potencialidades para o turismo, desde áreas com alto grau de naturalidade a áreas com alto grau de intervenção e infraestrutura (ICMBIO, 2011b).

Nesta perspectiva, o presente estudo constata que os atributos naturais, sociais e de gestão, indispensáveis para a aplicação do espectro do ROS, são de significativa importância para administrar o uso turístico e recreativo dos visitantes. Sua importância no que tange a organização, planejamento e gestão da recreação contribuem para definir e classificar o espectro de cada área estudada, uma vez que as cinco classes utilizadas no trabalho permitem fornecer

objetivos e diretrizes para cada ambiente dentro da AP. Portanto, o ROS é de fato, ferramenta estratégica importante para o gerenciamento do uso dos visitantes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As classes de oportunidades recreativas foram identificadas a partir da caracterização das áreas de visitação, da experiência potencial turística, das atividades permitidas e da estrutura, acesso e instalações. O estudo possibilitou cumprir os objetivos pré-estabelecidos ao analisar, por meio da identificação, classificação e descrição, as oportunidades recreativas, bem como investigar como as diferentes classes de oportunidades oferecidas podem influenciar as taxas de visitação turística nos Parques Nacionais estudados.

A partir do gradiente de classes proposto pelo ROS, foi possível visualizar que, em todos os PN estudados há atividades e zonas recreativas atrativas para demanda diversa e potencial. Tanto em PN brasileiros quanto norte-americanos, há zonas específicas para a conservação com o mínimo de intervenção, permitindo, por exemplo, atividades de pesquisa científica. No entanto, um PN no Brasil e um nos Estados Unidos não possuem a Classe *Prístina*, aquela mais restrita ao turismo.

Todos os Parques estudados possuem áreas pertencentes as Classes Primitiva, Natural, Rural e Urbana, se encaixando ao gradiente de zonas e oportunidades proposto pelo ROS, determinando, assim, o zoneamento de atividades e áreas para diferentes públicos. Em relação as trilhas disponíveis, os Parques norte-americanos possuem mais opções e com maiores extensões e os PN brasileiros possuem menos atrativos disponíveis. Os PN norte-americanos possuem mais opções e estrutura distribuída em toda a área do Parque, como, a ocorrência de mais de um centro de visitantes e postos de informações, fato que demonstra que existe maior diversidade de oportunidades disponíveis. Segundo a literatura estudada, a diversidade de experiências e oportunidades oferecidas diferem significativamente na quantidade de visitantes na área.

Neste cenário, compreendeu-se que as classes de oportunidades podem influenciar as taxas de visitação turística no sentido de que, quanto mais oportunidades disponíveis para os visitantes, o número de visitantes tende a ser maior, confirmando que os Parques mais visitados são aqueles que de fato

disponibilizam mais opções de atrativos, atividades e possibilidades para diferentes tipos de turistas, fato que acontece tanto em PN brasileiros como em PN norte-americanos.

Porém, as taxas de visitação dos PN dos Estados Unidos representam cinco vezes mais visitantes que a soma dos cinco PN brasileiros. Neste sentido, entende-se que, os PN brasileiros ainda enfrentam questões relacionados a diversidade de atrativos, trilhas e atividades disponíveis, efetividade de gestão, monitoramento, recursos humanos e investimentos, que reforçam a necessidade de ferramentas de planejamento, as quais sem elas, pode-se prejudicar o desenvolvimento turístico sustentável.

É importante considerar também que, a gestão da Unidade deve ser composta pelo conjunto total de atributos, incluindo condições de acesso, atividades, estrutura e serviços, aspectos que as UC brasileiras ainda necessitam melhorar. Apesar de cada ambiente dentro da AP ser apto a oferecer diversas experiências, o ROS preconiza que o rol de oportunidades deve ser complementado pelas oportunidades oferecidas no entorno e nas demais áreas turísticas existentes na região. Portanto, a visão do planejamento deve considerar não apenas o interior da UC e as oportunidades oferecidas devem ser compatíveis com a categoria e com os objetivos pré-estabelecidos. Fica evidente, portanto, a urgência na mudança de paradigmas, comportamentos e políticas públicas relacionadas a conservação da natureza no Brasil.

Pauta-se também que o ROS não maneja a experiência do visitante em si, uma vez que, outros elementos influenciam nos resultados da vivência, o que limitou a aplicação do método no âmbito estudado. O ROS permite amplificar o sistema de gestão oferecendo possibilidades para diferentes e possíveis experiências, sempre de acordo como os objetivos da AP, possibilitando, por exemplo, utilizar segmentos do mercado turístico combinados com os ambientes para prover experiências desejadas ou agrupar pessoas que buscam experiências parecidas.

Diversos autores confirmam que não existe apenas “um tipo de visitante”, por isso é fundamental oferecer diferentes oportunidades e ambientes para

satisfazer uma demanda de públicos diversificada. Além disso, as possibilidades e expectativas recreativas provocam benefícios pessoais, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Compreender cada expectativa permite melhorar a qualidade da experiência, uma vez que possibilita adequar a gestão ao tipo de uso e ao perfil do visitante que a área recebe. Com a tendência em cada vez mais pessoas frequentarem áreas naturais, devido a busca pela natureza e mudanças no modo de vida urbanizado, se o perfil da demanda não estiver de acordo com o que a área oferece, o local pode sofrer impactos de maneira descontrolada.

Nesta perspectiva, embora as reflexões desta pesquisa sejam específicas para este universo, possibilitando surgir outras informações ao aplicar a metodologia em novas pesquisas ou em outros tipos de Unidades, é possível apontar indicativos positivos que o ROS é fundamental por permitir potencializar a oferta das oportunidades, direcionando cada perfil da demanda daquilo que mais lhe interessa e pode ser aplicado em diversas categorias, que possibilitem o uso público.

Porém, as limitações da aplicação do ROS neste trabalho também implicam no fato de existir uma lacuna nos planos de gestão e documentos referentes à visitação turística nos Parques estudados. Apesar da lei indicar a elaboração do documento no prazo de cinco anos a partir da sua criação, muitos planos continuam antigos, desatualizados e utilizam dados secundários, sem padronizar ou normalizar a utilização de uma estrutura única para todas as UC.

Neste sentido, a ferramenta ROS, pautada no zoneamento de oportunidades recreativas pode ser aplicado na elaboração de Planos de Gestão, como forma de organizar o uso público e turístico e potencializar o planejamento e a gestão, definindo regras adequadas para cada ambiente propício a receber visitantes. O que o ROS propõe permite maximizar a oferta de oportunidades, manter cada tipo de público no local desejado e garante que o turismo continue adequado a Unidade.

Em suma, as ferramentas de gestão da visitação são de significativa importância devido à urgência em resgatar áreas ameaçadas pela gestão

inadequada, além de respaldar políticas públicas para o planejamento e gestão do turismo em áreas naturais. As conclusões também corroboram outros autores, conforme citado no decurso do trabalho, os quais demonstraram que a utilização de metodologias de visitação turística, em especial a utiliza o do ROS, estabelecendo classes de visita o, potencializa o planejamento e a gestão adequada definindo regras e normas para cada zona.

Para aprimorar os resultados desta pesquisa, sugere-se a aplica o do ROS em outras unidades no sentido de compreender as lacunas em rela o a realiza o da atividade turística. Além disso, pode-se aperfeiçoá-la investigando perfil, escolhas, expectativas e comportamento de visitantes em cada ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade**: em áreas protegidas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BIRKEMOSE, M. **Tourists perception of Recreational Opportunity Spectrum as a management tool in Fulufjället National Park**. 2015. 64f, Dissertação de Mestrado. Norwegian University of Life Sciences. NMBU: Norway, 2015.

BOTELHO, E. S. **Visitação e Turismo em Parques Nacionais: O caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (RJ)**. 2018. 375f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934 (Revogado). Aprova o Código Florestal. 1934a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm. Acesso em: 23 fev. 2019.

BRASIL. Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934 (Revogado). 1934b. Aprova o Código de Caça e Pesca. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23672.htm. Acesso em: 23 fev. 2019.

BRASIL. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Decreta o Código de Águas. 1934c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm. Acesso em: 25 fev. 2019.

BRASIL. Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934 (Revogado). Estabelece medidas de proteção aos animais. 1934d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24645.htm. Acesso em: 23 fev. 2019.

BRASIL. Decreto nº 1.035, de 10 de janeiro de 1939. Cria o Parque Nacional do *Iguassú* e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1035-10-janeiro-1939-372797-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. Decreto nº 241, de 29 de novembro de 1961. Cria o Parque Nacional de Brasília, no Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dcm/dcm241.htm. Acesso em: 12 set. 2018.

BRASIL. Decreto Federal nº 60.183 de 8 de fevereiro de 1967. Altera o nome do Parque Nacional do Rio de Janeiro, criado pelo Decreto nº 50.923, de 6 de julho de 1961, para Parque Nacional da Tijuca, com as dimensões e demais características previstas no presente Decreto, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60183-8-fevereiro-1967-401706-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. Decreto nº 96.693, de 14 de setembro de 1988. Cria o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1988/decreto-96693-14-setembro-1988-447461-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 19 jul. 2000. Seção 1.

BRASIL. Decreto s/nº de 4 de fevereiro de 2002. Cria o Parque Nacional de Jericoacoara, redefine os limites da Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara, no Estado do Ceará, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 4 fev. 2002.

BROOKS, T. M. *et al.* Coverage Provided by the Global Protected-Area System: Is It Enough? **BioScience**. V. 54, nº 12, 2004, p. 1081-1091.

BROWN, P.; DRIVER, B. L.; MCCONNELL, C. The Opportunity Spectrum: Concept and Behavioral Information in Outdoor Recreation Resource Supply Inventories: Background and Application. **Forest Management Faculty Publications**. University of Montana, 1978

BROWN, P. *et al.* **ROVAP**: el Rango de Oportunidades para Visitantes em Áreas Protegidas. CIPAM/USDA, 2005.

CANTO-SILVA, C. R.; SILVA, J.S. Panorama da visitação e da condução de visitantes em Parques brasileiros. In: **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v. 11, nº 2, p. 347-364, maio/ago. 2017.

CASTRO JUNIOR, E. de C.; COUTINHO, B.H.; FREITAS, L.E. de. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A.J.T.; COELHO, M.C. N. **Unidades de Conservação**. Abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 25-65.

CATARATAS DO IGUAÇU. **Visite as Cataratas do Iguaçu [online]**. 2019. Disponível em: <https://cataratasdoiguacu.com.br/>. Acesso em: 19 fev. 2019.

CLARK, R.N; STANKEY, G.H. **The Recreation Opportunity Spectrum**: a framework for planning, management and research. USDA: Forest Service Research Paper, 1979.

CNUC. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação [online]**. 2019. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>. Acesso em: 15 nov. 2019

COELHO, L.S. *et al.* Turismo em Unidades de Conservação: resultados do plano de manejo da RPPN Fazenda Cabeceira do Prata - Jardim - MS. **Tourism and Karst Areas**. v.4, nº.2, 2011, p.107-119.

COELHO, M. de F. O que Atrai o Turista? Gestão da Competitividade de Destinos a partir de Atrações e da Atratividade Turística. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, v. 7, nº 4, 2015. p. 489-505.

CUNHA, C. P. SPINOLA, C. A. Parque Nacional: Um conceito com múltiplas interpretações. In: **XIII SEPA** - Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, UNIFACS, 2014.

DAVENPORT, L.; RAO, M. A história da Proteção: Paradoxos do passado e desafios do futuro. In: TERBORGH, J.; VAN SCHAİK, C.; DAVENPORT, L; RAO, M. (Orgs). **Tornado os Parques Eficientes**: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. 1 ed. Curitiba: Fundação O Boticário, 2002. p. 52-73.

DORST, J. **Antes que uma natureza morra**: por uma ecologia política. São Paulo, Ed. USP, 1973.

DRIVER, B. L.; BROWN, P. J. The opportunity spectrum concept and behavioral information in outdoor recreation resource supply inventories: a rational. **Integrated inventories of renewable natural resources: proceedings of the workshop**. Jan. 8-12, Arizona, 1978.

DRUMMOND, J. A.; BARROS-PLATIAU, A. F. Brazilian environmental laws and policies, 1934-2002: a critical overview. **Law & Policy**, v. 28, n. 1, jan. 2006.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. de A.; OLIVEIRA, D. de. Uma análise sobre a história e a situação das Unidades de Conservação no Brasil. In: GANEM, R. S. (org.). **Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. p.341-385.

DUDLEY, N. **Guidelines for applying Protected Area management categories**. Gland: UICN, 2008.

EISENLOHR, P. V. *et al.* Trilhas e seu papel ecológico: o que temos aprendido e quais as perspectivas para a restauração de ecossistemas? **Hoehnea**, v.40, p.3, 2013.

FONTOURA, L. M.; SIMIQUELI, R. F. **Análise da Capacidade de Carga Antrópica nas Trilhas do Circuito das Águas do Parque Estadual do Ibitipoca, MG**. 2006. 98 f.. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Análise Ambiental). Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Engenharia. Juiz de Fora, 2006.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. UAB/UFRGS/SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GODOY, L. O Modelo de Gestão e o Financiamento de Áreas Protegidas nos Estados Unidos da América. **Revista de Direito Ambiental**, v. 77, p. 361 – 414, Jan – Mar 2015.

HAMMITT, W. E.; COLE, D. N. **Wildland recreation: ecology and management**. New York: John Wiley & Sons, 2nd. 1998.

HAWES, M.; DIXON, G; BELL, C. Refining the definition of Wilderness: Safeguarding the experiential and ecological values of remote natural land. **Bob Brown Foundation Inc.**, Hobart, Australia. 2018.

HEINS, D. F. Bases para la gestión sustentable del uso público en la Reserva Nacional Nonguén. 35 slides. In: **Seminario Innovación & Gestión Sustentable del Turismo en Áreas Protegidas**. Universidad Andrés Bello. Facultad de Ecología y Recursos Naturales. Escuela de Ecoturismo. Octubre, 2017.

IBAMA. **Roteiro Metodológico para a Elaboração de Plano de Manejo em Unidades de Conservação de Uso Indireto**. Brasília: IBAMA: GTZ, 110p, 1996.

IBAMA. **Efetividade de gestão das unidades de conservação federais do Brasil**. IBAMA, WWF-Brasil. Brasília: IBAMA, 2007.

IBAMA; FUNATURA. **Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/ Fundação Pró-natureza, 1990. 253 p.

IBAMA; FUNATURA. **Plano de Manejo do Parque Nacional de Brasília**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/ Fundação Pró-natureza, 1998. 305p.

IBDF. **Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, I Etapa**. Brasília, 1979. 107 p.

IBDF. **Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, II Etapa**. Brasília, 1982. 173 p.

ICMBIO; MMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/Ministério do Meio Ambiente, 2008. 1365p.

ICMBIO. **Plano de Manejo do Parque Nacional de Jericoacoara**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2011a. 217p.

ICMBIO. **Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação com Enfoque na Experiência do Visitante e na Proteção dos Recursos Naturais e Culturais**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2011b. 88p.

ICMBIO. **Dados de Visitação 2007 – 2016**. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade, 2017a. Disponível em: http://www.ICMBIO.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/noticias/2017/dados_de_visitacao_2012_2016.pdf. Acesso em: 24 set. 2017.

ICMBIO. **Relatório Anual do Parque Nacional da Tijuca**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2017b. Disponível em: http://Parquenacionaldatijuca.rio/files/report_anual_2017.pdf. Acesso em: 25 jan. 2019.

ICMBIO. **Parques do Brasil: visitar é proteger**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/Ministério do Meio Ambiente: 2018a. Disponível em: http://www.ICMBIO.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/Parques_do_brasil_estrategia_de_implementacao_visitacao_2018_2020_ICMBIO.pdf. Acesso em: 25 maio 2019.

ICMBIO. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018b. 57p.

ICMBIO. **Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC)**. In: CREMA, A.; FARIA, P. E. P. (orgs). Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018c, 43 p.

ICMBIO. **Guia do Visitante – Parque Nacional da Tijuca [online]**. 2019a. Disponível em: <http://www.ICMBIO.gov.br/parnatijuca/guia-do-visitante.html>. Acesso em: 12 fev. 2019.

ICMBIO. **Guia do Visitante – Parque Nacional do Iguaçu [online]**. 2019b. Disponível em: <http://www.ICMBIO.gov.br/parnaiguacu/guia-do-visitante.html>. Acesso em: 12 fev. 2019

ICMBIO. **Parque Nacional de Brasília [online]**. 2019c. Disponível em: <http://www.ICMBIO.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/213-Parque-nacional-de-brasilia.html>. Acesso em: 12 fev. 2019.

ICMBIO. **Parque Nacional de Jericoacoara [online]**. 2019d. Disponível em: <http://www.ICMBIO.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/190-Parque-nacional-de-gericoacoara.html>. Acesso em: 12 fev. 2019.

ICMBIO. **Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha [online]**. 2019e. Disponível em: <http://www.ICMBIO.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/192-Parque-nacional-marinho-fernando-de-noronha.html>. Acesso em: 12 fev. 2019.

ICMBIO; MMA. **Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ Ministério do Meio Ambiente. ICMBio/MMA, 2018. 208 p.

INSTITUTO ECO BRASIL. **Capacidade de Carga Turística**. 2018. Disponível em: <http://www.ecobrasil.eco.br/30-restrito/categoria-conceitos/1180-cct-capacidade-de-carga-turistica> Acesso em: 23 nov. 2018.

IUCN. **What is the IUCN World Parks Congress?** International Union for Conservation of Nature: 2018. Disponível em: <https://www.worldparkscongress.org/wpc/about/history>. Acesso em: 11 set. 2018.

JENKINS, C. N.; JOPPA, L. Expansion of the global terrestrial Protected Area System. **Biological Conservation**, v.142, p. 2166–2174. 2009.

JOPPA, L; LOARIE, S.; PIMM, S. On the protection of Protected Areas. **Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)**, v.105, p. 6673 –6678, 2008.

LEE, M.; BEARD, J.; THOMPSON, F. **Recreation Opportunity Spectrum (ROS)**. 30 Slides. Northern Arizona University. Forest Service Department of Agriculture, 2013.

LEROUX, S. J. *et al.* Global protected areas and IUCN designations: Do the categories match the conditions? **Biological Conservation**, v.143, p.609–616, 2010.

MACHADO, M; de M. **Uso e Ocupação do Solo da Área de Proteção Ambiental do entorno costeiro do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**: contexto para a Praia da Pinheira e Guarda do Embaú, no município de Palhoça/Sc., 2014. 192 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Florianópolis, 2014.

MAGALHÃES, J. P. **A evolução do Direito Ambiental no Brasil**. São Paulo. Editora Juarez de Oliveira, 2002.

MANNING, R.E. How much is too much? Carrying capacity of national parks and protected areas. In: ARNBERGER, A.; BRANDENBURG, C.; MUHAR, A. (Ed.). **Monitoring and management of visitor flows in recreational and protected areas**. Conference Proceedings. Vienna: 2002. p.306-313

MARCONI; M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MMA. **Roteiro Metodológico de Planejamento voltado para Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 2002. 136p. Disponível em: <http://www.ICMBIO.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/roteioparna.pdf>. Acesso em: 24 maio 2018.

MMA. **Diretrizes para a visitação em unidades de conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/ Secretaria de Biodiversidade e Florestas. 2006. 61p. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/_arquivos/livro.pdf. Acesso em: 12 abr. 2018.

MMA. Parques nacionais batem novo recorde de visitação. 2019. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/15401-Parques-nacionais-batem-novo-recorde-de-visita%C3%A7%C3%A3o.html>. Acesso em: 26 set. 2019.

MEDEIROS, R.; IRVING, M.; GARAY, I. E.G. A Proteção da Natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. RDE. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador/Bahia, v. ano VI, n. 9, p. 83-93, 2004.

MEDEIROS, R. **Singularidades do sistema de áreas protegidas para a conservação e uso da biodiversidade brasileira**. In: GARAY, I. & BECKER, B. (orgs.) *Dimensões Humanas da Biodiversidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, vol. 9, N° 1, p. 41-64, janeiro-junho, 2006.

MEIRELLES, A. J. de A.; DANTAS, E. W. C.; DA SILVA, E. V. **Parque Nacional de Jerioacoara: trilhas para a sustentabilidade**. Fortaleza: Edições UFC, 2011, 157p.

MENEGUEL, C.A, ETCHEBEHERE, M.L.C. Parques Nacionais no Brasil e a prática do turismo sustentável. **Revista Hospitalidade**, v. 8 (1), p. 78-94, 2011.

MTUR. Parques Nacionais. In: *Ações de Gestão do Conhecimento para o Aprimoramento da Política Nacional de Turismo*. Apêndice D. Brasília: Ministério do Turismo, 2014.

MILANO, M. S. Unidades de conservação – técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade. In: *Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação*. Coord. Antônio Herman Benjamin. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

MITTERMEIER, R. A *et al.* Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. **Megadiversidade**, v. 1, n° 1, 2005

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2008.

NEWSOME, D.; MOORE, S. A.; DOWLING, R. K. **Natural Area Tourism: Ecology, Impacts and Management**. Clevedon: Channel View Publications, 2002.

NPS. **Final Master Plan Rocky Mountain National Park**. National Park Service, 1976. Disponível em: https://www.nps.gov/romo/learn/management/upload/final_master_plan.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019

NPS. **Yosemite National Park Califórnia**. National Park Service/Departament of the Interior, 1977.

NPS. **VERP**. The Visitor Experience and Resource Protection (VERP): Framework a Handbook for Planners and Managers. U.S. National Park Service/Department of the Interior. U.S. Denver Service Center, 1997. 108 p.

NPS. **Backcountry/Wilderness Management Plan and Environmental Assessment**. Rocky Mountain National Park. National Park Service, 2001. Disponível em: <https://winapps.umn.edu/winapps/media2/wilderness/toolboxes/documents/planning/ROMO%20BWMP%202001.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

NPS. **Grand Canyon National Park South Rim: visitor Study**. LITTLEJOHN, M. A.; HOLLENHORST, S.J (orgs). National Park Service, 2004. 136p.

NPS. **Widforss Trail. Grand Canyon National Park. National Park Service**. 2007. Disponível em: <https://www.nps.gov/grca/planyourvisit/upload/Widfross.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

NPS. **Mapa y Guia Zion National Park. National Park Service**. 2010. Disponível em: <https://www.nps.gov/zion/planyourvisit/upload/ZionSpanishMG2010.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

NPS. **Foundation Document Rocky Mountain National Park.** National Park Service, 2013a. Disponível em: https://www.nps.gov/romo/learn/management/upload/ROMO_Foundation_Document.pdf. Acesso em: 12 de fevereiro de 2019.

NPS. **Foundation Document Zion National Park. National Park Service,** 2013b. Disponível em: https://www.nps.gov/zion/learn/management/upload/ZION_Foundation_Document_SP-2.pdf. Acesso em: 16 de fevereiro de 2019.

NPS. **Trail Map and Guide. Great Smoky Mountains National Park.** National Park Service, 2014. Disponível em: https://www.nps.gov/grsm/planyourvisit/upload/GSMNP-Map_JUNE14-complete4-2.pdf. Acesso em: 26 maio 2018.

NPS. **Smokies Trip Planner Great Smoky Mountains National Park.** National Park Service, 2016. Disponível em: <https://www.nps.gov/grsm/planyourvisit/upload/2016-trip-planner-w-map.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

NPS. **Desert View.** Grand Canyon National Park. National Park Service. 2017a. Disponível em: https://www.nps.gov/grca/planyourvisit/upload/Desert_View-b.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019

NPS. **Pocket Map: North Rim Services Guide.** Grand Canyon National Park. National Park Service, 2017b. Disponível em: <https://www.nps.gov/grca/learn/news/upload/nr-pocket-map.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

NPS. **Pocket Map South Rim Services Guide.** Grand Canyon National Park. National Park Service, 2017c. Disponível em: <https://www.nps.gov/grca/learn/news/upload/sr-pocket-map.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019

NPS. **10 Most Visited "National Parks" in 2017.** 2017d. Disponível em: <https://www.nps.gov/aboutus/visitation-numbers.htm>. Acesso em: 03 maio 2018.

NPS. **Visitor Use Management Plan.** Zion National Park. National Park Service. 2017e. Disponível em: https://www.peer.org/assets/docs/nps/8_3_17_Zion_preliminary_concepts.pdf. Acesso em: 03 fev. 2019.

NPS. **Zion Visitation.** National Park Service. 2017f. Disponível em: <https://www.nps.gov/zion/learn/management/upload/ZION-VISITATION-2007-2017-4.pdf>. Acesso em: 03 maio 2018.

NPS. **Information Sheet Zion National Park.** National Park Service. 2018a. Disponível em: <https://www.nps.gov/zion/planyourvisit/upload/ZIONSPRING2018TEAR.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2019.

NPS. **Trip Planner (Planificador de Viaje).** Grand Canyon National Park. National Park Service. 2018b. Disponível em: https://www.nps.gov/grca/learn/news/upload/grca_spanish.pdf. Acesso em: 04 fev. 2019.

NPS. **Wilderness Guide Zion National Park.** National Park Service. 2018c. Disponível em: <https://www.nps.gov/zion/learn/news/upload/Wilderness-Guide-2019-small.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2019.

NPS. **Winter Information Sheet Zion National Park.** National Park Service. 2018d. Disponível em: <https://www.nps.gov/zion/learn/news/upload/WINTER-TEAR-SHEET-2018-Updated2.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2019.

NPS. **Grand Canyon National Park**. [Site Oficial]. National Park Service. 2019a. Disponível em: <https://www.nps.gov/grca/index.htm>. Acesso em: 10 fev. 2019.

NPS. **Great Smoky Mountains National Park**. [Site Oficial]. National Park Service. 2019b. Disponível em: <https://www.nps.gov/grsm/index.htm>. Acesso em: 10 fev. 2019.

NPS. **National Park System**. National Park Service. 2019c. Disponível em: <https://www.nps.gov/aboutus/national-park-system.htm>. Acesso em: 10 fev. 2019.

NPS. **History E-Library**. Nomenclature of Park System Areas. National Park Service. 2019d. Disponível em: www.nps.gov/history/history/hisnps/NPSHistory/nomenclature.html Acesso em: 10 fev. 2019.

NPS. **Nomenclature of Park System Areas**. National Park Service 2019e. Disponível em: <https://www.nps.gov/parkhistory/hisnps/NPSHistory/nomenclature.html>. Acesso em: 10 fev. 2019.

NPS. **Organic Act 1916**. 2019f. Disponível em: <https://www.nps.gov/grba/learn/management/organic-act-of-1916.htm>. Acesso em: 12 jan. 2019.

NPS. **Rocky Mountain National Park**. [Site Oficial]. National Park Service. 2019g. Disponível em: <https://www.nps.gov/romo/index.htm>. Acesso em: 23 fev. 2019.

NPS. **Visitation Numbers**. National Park Service. 2019h. Disponível em: <https://www.nps.gov/aboutus/visitation-numbers.htm>. Acesso em: 19 jan. 2019.

NPS. **Yosemite National Park**. [Site Oficial]. National Park Service. 2019i. Disponível em: <https://www.nps.gov/yose/index.htm>. Acesso em: 23 fev. 2019.

NPS. **Zion National Park** [Site Oficial]. National Park Service. 2019j. Disponível em: <https://www.nps.gov/zion/index.htm>. Acesso em: 21 fev. 2019.

ORMSBY, J. *et al.* **A Review of Research into Tourist and Recreational Uses of Protected Natural Areas**. Great Barrier Reef Marine Park Authority. Townsville, 2004.

PADUA, M. T. J. **Categorias de Unidades de Conservação – Objetivos de Manejo**. Boletim FBCN, 1978, 13:78 – 84p.

PARQUE NACIONAL DA TIJUCA [Site Oficial]. 2019. Disponível em: <http://www.Parquedatijuca.com.br/>. Acesso em: 25 jan. 2019.

PARQUE NACIONAL MARINHO DE FERNANDO DE NORONHA. [Site Oficial]. 2019. Disponível em: <https://www.parnanoronha.com.br/>. Acesso em: 04 fev. 2019.

PECCATIELLO, A. F. O. **Análise Ambiental da capacidade de carga antrópica na trilha do Circuito do Pião - Parque Estadual do Ibitipoca, MG**. 2007. 54f. Monografia (Especialização). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2007.

PERRY, E.E.; XIAO, X.; MANNING, R. E. Barrier or bridge? The role of transportation in national park visitation by racial and ethnic groups. **World Leisure Journal**, v. 57, p. 173-184, 2015.

PETTENGILL, P. R.; MANNING, R. E. **A re-view of the Recreation Opportunity Spectrum and its potential application to transportation in parks and public lands**. Paul S. Sarbanes Transit in Parks Technical Assistance Center. Report to the U.S. Federal Lands Highway, 2011.

PIRES, P.; RUGINE, V. Reconhecimento do Uso Público nos Parques Estaduais no Brasil com ênfase na visitação turística. **Revista Brasileira De Ecoturismo**, v. 11, nº1, p. 61-80, 2018.

PORTAL JERICOACOARA [online]. 2019. Disponível em: http://www.portaljericoacoara.com.br/Parque_nacional_jericoacoara.html. Acesso em: 15 fev. 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PUREZA, F. **Histórico de Criação das Categorias de Unidades de Conservação no Brasil**. 2014. 247 p. Trabalho de Conclusão (Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável). IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas. 2014.

RECH, I.; PERELLO, L.; CANTO-SILVA, C. Panorama do Uso Público em Parques Estaduais do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira De Ecoturismo**, v. 10, nº 4, 2017.

REZENDE, V. L.; CUNHA, F. L. Os desafios do uso de trilhas em Unidades de Conservação. **Fórum Ambiental do Alto Paulista**, v.10, nº 3, 2014. p. 29-41.

RIVA, A. L. da; AIDAR, F.; TOLEDO, C. **Unidades de conservação no Brasil: a contribuição do uso público para o desenvolvimento socioeconômico**. São Paulo: Semeia, 2014. 53 p.

ROCKY MOUNTAINS NATIONAL PARK. **Vacation and Travel Information** [online]. 2019. Disponível em: <https://rockymountainnationalpark.com/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

SALVIO, G. M. M. **Áreas Naturais Protegidas e Indicadores Socioeconômicos: o desafio da conservação da natureza**. Jundiaí: Paco Editora, 2017. v. 1. 216p.

SALVIO, G. M. M.; GOMES, C. R. Protected Area Systems in South American Countries. **Floresta Ambiente**. Seropédica, v. 25, n. 4, 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-80872018000400122&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 jan. 2019.

SANPARKS. **South African National Parks Annual Report 2015/16**. 2016. Disponível em: <https://www.sanparks.org/assets/docs/general/annual-report-2016.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2018.

SANTANA, R.C.B. *et al.* A importância das Unidades de Conservação do Arquipélago de Fernando de Noronha. **Holos**, v. 7, 2016.

SANTOS, N. B dos. **Efetividade dos Planos de Manejo na gestão dos Parques Estaduais de Minas Gerais**. 2016. 75p. Dissertação (Mestrado em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre). Instituto de Ciências Biológicas. Universidade Federal de Minas. 2016.

SCHENINI, P. C.; COSTA, A. M.; CASARIN, V. W. Unidades de Conservação: Aspectos Históricos e sua Evolução. In: **Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

SHULTIS, J; MORE, T. American and Canadian National Park Agency response to declining visitation. **Journal of Leisure Research**, v.43, nº 1, p.110–132, 2011.

SIMAS-PEREIRA, G. **O Plano de Manejo e o seu Uso como Ferramenta de Gestão dos Parques Nacionais no Estado do Rio de Janeiro**. 2009, 115 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Florestas, Rio de Janeiro, 2009.

SIMONETTI, S. R.; NASCIMENTO, E. P. Uso público em unidades de conservação: Fragilidades e oportunidades para o turismo na utilização dos serviços ecossistêmicos. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, v. 12, n. 1, p.173-190, 2013.

SOUZA, L.H.; NORONHA-OLIVEIRA, M.V. Zoneamento turístico em Áreas Naturais Protegidas: um diálogo entre conservação, oferta de atrativos e perfil da demanda ecoturística. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.5, n.2, mai/ago-2012, pp.197-222.

SOUZA, J. V. C. **Congresso Mundiais de Parques Nacionais da UICN (1962- 2003)**: registros e reflexões sobre o surgimento de um novo paradigma para a conservação da natureza Brasília, 2013. 214 p.: il. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2013.

SOUZA, T. V. S. B. Recreation classification, tourism demand and economic impact analyses of the federal protected areas of Brazil. A dissertation presented to the graduate school of the University of Florida in partial fulfillment of the requirements for the degree of doctor of philosophy. University of Florida, 2016.

SOUZA, T. V. S. B. *et al.* **Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira**: efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2015: Sumário Executivo. ICMBIO. Brasília, 2017.

SPINOLA, C. A. Parques Nacionais, Conservação da Natureza e Inserção Social: Uma realidade possível em quatro exemplos de cogestão. In: **Revista Turismo Visão e Ação** (Eletrônica), vol. 15, nº 1, p. 71–83, 2013.

STEVENS, T. H.; MORE, T. A.; MARKOWSKI-LINDSAY, M. Declining National Park Visitation: An Economic Analysis. **Journal of Leisure Research**, vol. 46, nº. 2, p. 153-164, 2014.

STATE OF QUEENSLAND. **Queensland Ecotourism Plan 2013-2020**. Queensland Government, 2013, 21p. Disponível em: <https://www.cabinet.qld.gov.au/documents/2013/aug/ecotourism%20plan/Attachments/Plan.PDF>. Acesso em: 23 mar. 2019.

TAKAHASHI, L. Uso Público em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação**, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Ano 02, nº 02, out/2004.

TAKAHASHI, L. Y.; CEGANA, A. C. V. Como monitorar o impacto dos visitantes utilizando o sistema LAC - Limite Aceitável de Câmbio. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 16, n.2, p. 206-222, 2005.

TERBORGH, J.; SCHAİK, C. V. Por que o mundo necessita de Parques. In: TERBORGH, J.; VAN SCHAİK, C.; DAVENPORT, L; RAO, M. (Orgs) **Tornando os Parques Eficientes**: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Fundação O Boticário, 2002.

TOEWS, V. A **Backcountry Visitor Impact Management Strategy for Riding Mountain National Park**. 1999. 155f. Masters of Natural Resources Management. Natural Resources Institute. University of Manitoba. Winnipeg, Manitoba, 1999.

USA. Yosemite Act, June 30, 1864. An act authorizing a Grant to the State of California of the "Yosemite Valley," and of the land embracing the "Mariposa Big Tree Grove". U.S. Statutes at Large, Vol. 13, Chap. 184, p. 325. Disponível em: https://www.nps.gov/yose/learn/management/enabling_leg.htm. Acesso em: 23 maio 2019.

USA. Act nº 227, February 26, 1919. An Act To establish the Grand Canyon National Park in the State of Arizona. US Congress, Chap. 44, p. 1175. Disponível em: <https://www.loc.gov/law/help/statutes-at-large/65th-congress/session-3/c65s3ch44.pdf>. Acesso em 20 maio 2019.

USA. United States Code - National Park Service and Related Programs. Title 54, Subtitle I - National Park System, 2014. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/USCODE-2014-title54/html/USCODE-2014-title54-subtitleI.htm>. Acesso em: 23 maio 2019.

VASCONCELLOS, J. *et al.* **Introdução aos Planos de Manejo de Unidades de Conservação**. Apostila de EAD. ICMBIO/MMA, 2018.

WALLACE, G. Administração do visitante: lições do Parque Nacional de Galápagos. *In*: LINDBERG, K.; HAWKINGS, D. (orgs). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC. pp. 93-140, 2002.

WATSON, J.E.M. *et al.* The performance and potential of protected areas. **Nature**, v. 515, p. 67–73, 2014.

WETTERBERG, G. B. *et al.* **Uma Análise de Prioridades em Conservação da Natureza na Amazônia**. PNUD/FAO/IBDF/BRA-45. Série Técnica nº 8, 1976. 62 p.

WORBOYS, G. L. *et al.* (Eds). **Protected Area Governance and Management**. ANU Press, Canberra, 2015.

XIAO, X. *et al.* Effects of Transportation on Racial/Ethnic Diversity of National Park Visitors. **Leisure Sciences**, v. 39, n.2, p. 126-143, 2017.

YOSEMITE National Park established. 2019. Disponível em: <https://www.history.com/this-day-in-history/yosemite-national-park-established>. Acesso em: 25 nov. 2018.